



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

**UM ESTUDO DIALÓGICO SOBRE NARRATIVAS IDENTITÁRIAS
DE MULHERES JOVENS NO CONTEXTO DE COLETIVOS
LÉSBICOS-BISSEXUAIS FEMINISTAS**

Adriana Almeida Camilo

Dissertação de mestrado
Brasília, junho de 2010



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde**

**UM ESTUDO DIALÓGICO SOBRE NARRATIVAS IDENTITÁRIAS
DE MULHERES JOVENS NO CONTEXTO DE COLETIVOS
LÉSBICOS-BISSEXUAIS FEMINISTAS**

Adriana Almeida Camilo

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, área de concentração: Desenvolvimento Humano e Cultura.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Brasília, junho de 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA

EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira - Presidente

Universidade de Brasília

Prof. Dr. João de Castro Salgado - Membro

ISMAI, Portugal

Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira - Membro

UniCeub

Profa. Dra. Ana Lúcia Galinkin - Suplente

Universidade de Brasília

Brasília, junho de 2010

Agradecimentos

Confiança, gratidão, nutrição, alegria, proteção, amor, companheirismo, escuta, crítica, paciência, desafio, descontração, aconchego, cuidado, admiração, respeito, presença, atenção, leveza, torcida, troca, apoio!!!

Agradeço a todas as participantes da pesquisa pela disposição em colaborar para a realização desse estudo. Por lembrarem que a chegada perde seu sentido se desconsiderarmos as descobertas da caminhada. E que, às vezes, perder-se no caminho representa a possibilidade de descobrir novas trilhas e de aprender que o processo pode ser mais leve, divertido e humano.

Agradeço à minha família pelo amor, apoio incondicional e confiança. À minha mãe, Célia, ao meu pai, Camilo (*in memoriam*), e aos meus irmãos, Luciano e Marcello, por alimentarmos cotidianamente nosso espaço emocional de acolhimento, liberdade e troca. Agradeço por acreditarem em meu trabalho e por auxiliarem com tudo que é simples, precioso, indispensável para a vida. Agradeço também o carinho e estímulo da minha cunhada Laíse, do vô Pedro, das tias e primuch@s. Lu, muito grata pela força no abstract!

Agradeço à minha orientadora, Maria Cláudia, pela forma dedicada e competente com que compartilhou a construção do trabalho, pelas sugestões impecáveis, paciência com minhas limitações e amizade. Que sua generosidade com as pessoas volte triplicada para você!

Agradeço a minhas(meus) amadas(os) companheiras(os) de vida acadêmica, pelas trocas afetivas e pelo conhecimento co-construído no contexto de nossos encontros de estudo: Tati Yokoy, Rute Bicalho, Anafé Pena, Alba Santana, Cláudio Araújo, Thirza Reis, Jack Marangoni, Lu Campolina, Amanda Lima, Marina Rios, Helena Galvão, Grazielle Tonon, Marcella Padilha, Ana Flávia Madureira, Alessandra Vieira, Viviane Fernandes, Daniela Domingues, Micheline Silva e demais integrantes do Labmis. Professoras Ângela Branco, Lúcia Pulino, Silviane Barbato e Denise Fleith, pelas sugestões no decorrer das disciplinas do mestrado ou na ocasião da Jornada de Projetos da Pós-Graduação. Miro Milovic, pelo diálogo com a Filosofia e a Política. Ana Paula Soares da Silva, Mariana Barsinski e Adriana Saraiva, pelas interlocuções que tanto colaboraram para a construção deste trabalho. Agradeço também a @s alun@s de Psicologia da Adolescência, nas ocasiões em que ministrei a disciplina, pela disposição em compartilhar o aprendizado.

Agradeço aos membros da banca, João Salgado, Ana Flávia Madureira e Ana Lúcia Galinkin, por gentilmente aceitarem nosso convite e pelas valiosas sugestões.

São muitos os grupos fraternos e profissionais que me apoiaram ao longo da construção deste trabalho. Agradeço a muit@s amig@s:

Kaká, Joelma, Melissa, Dani Moreira e Karen, por me acolherem em seu “infinito particular”. Agradeço a vocês, juntamente com Andréia, Ângela, “tia” Ângela, Angélica-

Deca, Clarisse, Dani Lima, Ellen, Flores, Gil, Lanlan, Luana, Ludmila, Michele, Sarah, Tate e Tatu, por tantas trocas, desafios, diversão e confiança. Aprendi muito com vocês!

Carol Ramalhete e Renata Navega, minhas irmãs de alma, Murilo Grossi e Tereza, pela fluidez, amor e plenitude investid@s na construção do nosso lar, fazendo da nossa casa um espaço sagrado de aprendizado e renovação. Agradeço também pelo cuidado, paciência e amorosidade nessa reta final da dissertação, vocês foram incríveis!

Chaia, por acreditarmos juntas no sonho – que há de se materializar, no momento propício – pelo amor, pela amizade, pela irreverência e pelo aprendizado intensivo que compartilhamos em poucos meses de (con)vivência.

Isabel, Larissa, Dione e Pato, pelo exercício cotidiano de solidariedade feminina e por recordarmos a ousadia e a coragem de lançar-se no misterioso e desconhecido oceano.

Lucas, pela profunda entrega, pelo aconchego e pelo acolhimento amoroso em tempos de muito aprendizado e trabalho.

Especialíssim@s amig@s, pela forma singular com que cada um(a) se faz presente em minha vida: Abacate, Adriana-Dinha, Ana Paula, Andressa e todas as ilustres integrantes da Mulherada, Antônia, Arhata, Bruno, Chico, Cláudia, Cris Assunção, Danai, Débora, Dri Carvalho, Eli, Elisinha, Elishi Tami, Enrique, Eva, Fábio, Fafá, Filipe-Dyanesh, Graziela, Gisele, Gil Roberto, Giordano, Iaiá, Ileno, Isabela, Jorginho, July, Luanda, Kapish, Kátia, Kiowa, Lidiane, Lucas Amaral, Luciana, Luísa, Luís Ladeira, Luís Pontual, Mara, Marina, Mário, Maviane, Mariposa, Milena, Paulo e Mário, Raul, Renata Almeida, Renata Camargo, Rogério, Rosinha, Sahar, Stelinha, Susy, Tereza, Thaís, Thangam, Zen e muit@s outr@s.

Mulheres dos grupos Jardim Florido, Teia de Thea, Melissas e Urânias, por lembrarem que a gratidão e a confiança tornam a vida mais plena e, juntas, resgatamos nossa história e nossa força.

Jorge Ponciano Ribeiro e equipe IGTB, Adriana Fittipaldi, Adriano Holanda, Alexandre Galvão, Larissa Vitória, Carlene Tenório, Maura Alves, Miriam Philliphi, Mônica Alvim, Nayla Reis, Sheyla Anthonny, Turmas do G7 e do curso de psicoterapia de grupo do IGTB, pela amizade, por caminharem ao meu lado em tantos momentos importantes e por valorizarem a integração e o diálogo de saberes.

Galeras Moviment-ser, Comunidade (Des)construção, PAHL Brasil/Ensoltas, Fora do Tempo, Integral Bambu e Joanhina de Recife, espaços de (re)construção coletiva e de experimentação de diferentes formas de conviver.

Amigas e companheiras de trabalho do TJGO, Laila, Nara, Telise, Daiane, Carla, Tatiana e Francisco, por compartilharmos os desafios de concretizar, através de nossas ações, princípios como cuidado, respeito, dedicação, bom humor, abertura para o aprendizado e para a novidade. Laila e Nara, pelo carinho e por cuidarem de mim quando estava longe

de casa. Ana Flávia, por me acolher em seu lar e compartilhar conversas, comidinhas e saudades.

Crianças, adolescentes e profissionais que conheci nos abrigos de Luziânia-GO, que reforçaram em mim o desejo e a necessidade de construirmos relações mais equânimes.

Pacchi, Vick Noble, Sandra Román, Kathy Jones, Florência, Julie Felix, Sally Pullinger, coletivo de mulheres artistas-artesãs de Capilla del Monte e todas que se disponibilizaram a falar sobre suas vidas. Agradeço por compartilharem conosco, de forma tão entusiasmada e amorosa, o princípio de um projeto de vida, por e para mulheres, nutrindo-o generosamente com suas emocionantes histórias de vida.

Pessoas que cruzaram meu caminho nas viagens que trilhei, quando esta dissertação ainda era semente. Vocês foram fundamentais na ampliação de meus horizontes e na compreensão profunda do respeito às diferenças. Um especial agradecimento a Genevieve, Veronika, Maria, Marcus, Nina, Claudinha e cariocas de Mendonza.

Artistas que me acompanharam com sua sonoridade e poesia, tornando mais leve, criativo e inspirador o processo de construção da dissertação.

CAPES, pela bolsa concedida nos meses iniciais da pesquisa.

E por fim, mas não menos importante, à Grande Mãe, como síntese da energia criadora, protetora e curadora, por recordar, a cada novo ciclo, que integramos uma grande teia neste vasto universo...

Com carinho e gratidão,

Adriana

Dedico este trabalho a todas as mulheres que compartilharam suas histórias ao longo dos meses de realização deste estudo.

Para Alice, com profundo amor pela semente em gestação.

“Escrevo-te em desordem, bem sei. Mas é como vivo. Só trabalho com achados e perdidos. (...) Quero escrever-te como quem aprende. Fotografo cada instante.”

Clarice Lispector- Água Viva

“Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade.”

Clarice Lispector- A paixão segundo GH

“Sim, eu acredito que exista um povo múltiplo, um povo de mutantes, um povo de potencialidades que aparece e desaparece, encarna-se em fatos sociais, em fatos literários, em fatos musicais. É comum me acusarem de ser exageradamente, bestamente, estupidamente otimista, de não ver a miséria dos povos. Posso vê-la, mas... não sei, talvez eu seja delirante, mas penso que estamos num período de produtividade, de proliferação, de criação, de revoluções absolutamente fabulosas do ponto de vista dessa emergência de um povo. É isto a revolução molecular: não é uma palavra de ordem, um programa, é algo que eu sinto, que eu vivo, em encontros, em instituições, nos afetos, e também através de algumas reflexões”.

Felix Guattari, 1982

Resumo

Esta dissertação investiga as narrativas identitárias de jovens mulheres que se identificam como lésbicas e bissexuais, no contexto de coletivos autônomos feministas do Distrito Federal. Os coletivos autônomos apresentam especificidades e estruturas de organização próprias, tendendo à descentralização e às estruturas colegiadas, além de um caráter eminentemente político, configurando-se como tentativas de diferenciação e oposição à prática política partidária convencional. A pesquisa fundamenta-se na articulação das seguintes abordagens: a psicologia histórico-cultural, a perspectiva dialógica do *self*; a epistemologia qualitativa e os estudos de subjetividade e ação sociopolítica contemporânea. Partimos de uma perspectiva que considera o desenvolvimento da (o) jovem em contexto sócio-cultural e que preconiza tanto a unidade quanto a multiplicidade do *self*; as continuidades, assim como as transformações, em uma rede dialógica e narrativa de significados. O presente trabalho tem como objetivos: identificar como jovens, no contexto de coletivos autônomos feministas, constroem significações acerca de si, do mundo e de suas ações sociopolíticas por meio de narrativas; interpretar as narrativas autobiográficas de jovens que integram estes coletivos, com foco analítico em eventos significados como marcadores de trajetória e em processos dialógicos de reorganização e autoregulação psíquica frente à novidade; identificar as especificidades das articulações em redes e das ações afirmativas empreendidas por essas jovens e seus grupos. A construção das informações ocorreu a partir de metodologias qualitativas e interpretativas, contando com: 16 meses de observações etnográficas das interações, em distintos espaços de ação sociopolítica, com registro em diário de campo; análise de documentos dos três grupos participantes, com foco nos registros virtuais; e entrevistas narrativas autobiográficas com 2 jovens, integrantes ou recém saídas dos coletivos. As narrativas construídas no contexto interacional da pesquisa subsidiaram as análises, organizadas em dois momentos: no primeiro momento, denominado dimensão macrocontextual, privilegiamos aspectos como composição, histórico e autodefinição; bem como as articulações dos grupos participantes em redes de apoio e colaboração. No segundo momento, por sua vez, realizamos análises microgenéticas dos fluxos de posicionamentos identitários, a partir das entrevistas narrativas autobiográficas. A análise das entrevistas inclui negociações eu-outro no contexto da entrevista e análise microgenética de momentos de cada entrevista, com foco em significações sobre eventos marcadores de trajetória e processos dialógicos de reorganização e autoregulação psíquica diante da novidade. As narrativas construídas no contexto interacional da pesquisa sinalizam ligações entre a inserção em coletivos autônomos feministas e ressignificações das formas de vivenciar as identidades de gênero e sexual. As análises apontam para processos de adesão e resistência ao fazer político, conectados às tensões entre as representações de identidades sexuais - sustentadas como posições políticas na defesa de direitos sociais - e o complexo e múltiplo exercício da sexualidade. As análises microgenéticas das entrevistas, focadas nas relações entre os posicionamentos identitários, indicam a coerência interna como um processo de reorganização psíquica, dinâmico e mutável, continuamente atualizado e circunscrito em termos temporais e contextuais.

Palavras-chave: desenvolvimento humano, coletivos autônomos feministas, jovens lésbicas e bissexuais, *self* dialógico, narrativas identitárias

Abstract

The present work investigates the identity narratives of lesbians and bisexual young women in the context of some autonomy collectives that have emerged in Brasilia, Federal District, Brazil. The autonomy collectives present their own specificity and structure of organization, tending to decentralization and to the collegiate structures, besides a character eminently politic, configuring themselves as groups that try to oppose the conventional practice political party. The study is based on the articulation of the following approaches: the historical-cultural psychology, the self dialogic perspective, the qualitative epistemology and the studies of contemporary subjectivity and social-political action. We started from a perspective which considers the development of the youth in a social and cultural context that both the unity and the multiplicity of the self; the continuities as well the transformations in a dialogical and narrative network of meanings. The current study have the following objectives: to identify how young women placed in a context of feminist autonomy collectives build significations about themselves, about the world and also their social political actions through narratives; to interpret the autobiographical narratives of these young women, with an analytical focus on markers trajectory events and dialogical processes of reorganization and psychical self regulation before the new; to identify the specificities of the articulations in networks as well the affirmative actions launched by these young women and their groups. The construction of information occurred with the use of qualitative and interpretative methodologies, including a sixteen-month ethnographic observation of interactions into distinct spaces of social and political action, registered in a research diary; analysis of documents of three groups engaged; and autobiographical narrative interviews with two young women, either members or newly out of the collectives. The narratives built in the interactional context of the research provided the analysis, organized in two moments: at the first moment, named macro contextual dimension, we privileged aspects such as composition, historical and self definition, besides of the articulation of the participating groups in support and collaboration networks. At the second moment of the analysis, we perform micro genetics analysis of the flows of identity positioning, taken from the autobiographical narratives interviews. The analysis of the interviews includes trading me-others in the interview context and micro genetics analysis of the moments from each interview, focusing on significations about markers trajectory events and dialogical processes of reorganization and psychical self regulation before the new.

Keywords: human development, feminist autonomy collectives, lesbian and bisexual young adults, dialogical self, identity narratives

Sumário

	página
<u>CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....</u>	<u>1</u>
<u>CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</u>	<u>5</u>
Juventude e ação sociopolítica na contemporaneidade.....	5
Identidade narrativa e self dialógico: abordagens contemporâneas de processos identitários.....	11
Formas contemporâneas de socialidade, novos movimentos sociais e coletivos autônomos.....	20
Micropolítica, descentralização e desterritorialização de processos subjetivos.....	24
<u>CAPÍTULO 3: DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS.....</u>	<u>29</u>
<u>CAPÍTULO 4: METODOLOGIA.....</u>	<u>30</u>
Fundamentação epistemológica.....	30
Procedimentos éticos.....	34
Antecedentes e planejamento da pesquisa.....	34
Participantes.....	37
Procedimentos de construção e análise de informações.....	38
Observações etnográficas.....	38
Análise de documentos.....	39
Entrevistas narrativas autobiográficas.....	41
Organização da dimensão macrocontextual e da análise das entrevistas.....	44
<u>CAPÍTULO 5: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</u>	<u>46</u>
Primeiro momento: dimensão macrocontextual de análise.....	47
1- Descrevendo os grupos: composição, histórico e autodefinição.....	47
1.1- Obá.....	47
1.2- Iansã.....	49
1.3- Ewá.....	52
2- Especificidades das ações, formas de organização e articulação dos grupos.....	53
2.1 - Estabelecimento de alianças e relacionamento com redes de apoio político.....	53
2.2- Pluralidade, tensões e segmentações dos movimentos LGBTTT.....	58
Segundo momento: análise das entrevistas.....	67
1- Descrevendo as entrevistas.....	67
1.1- Descrevendo a entrevista com Artemísia.....	67
1.1.1- Contexto geral de contatos estabelecidos com a Artemísia.....	67
1.1.2- Contexto de realização, temas e estrutura narrativa da entrevista com Artemísia.....	68
1.2- Descrevendo a entrevista com Alecrim.....	71
1.2.1- Contexto geral de contatos estabelecidos com Alecrim.....	71
1.2.2- Contexto de realização, temas e estrutura narrativa da entrevista com Alecrim.....	72
2- Trajetórias de desenvolvimento de Alecrim e Artemísia.....	73
2.1- Significações sobre participação em movimentos sociais.....	74
2.2- Análise da entrevista com Artemísia.....	77
2.2.1- Análise da construção da temporalidade e estrutura narrativa da entrevista com Artemísia.....	77
2.2.2- Análise de posicionamentos e análise microgenética de momentos da entrevista com Artemísia.....	78
2.3- Análise da entrevista com Alecrim.....	99
2.3.1- Análise da construção da temporalidade e estrutura narrativa da entrevista com Alecrim.....	99

2.3.2- Análise de posicionamentos e análise microgenética de momentos da entrevista com Alecrim.....	101
--	-----

CAPÍTULO 6: (RE)CONHECENDO O CAMINHO PERCORRIDO..... 119

REFERÊNCIAS 126

APÊNDICES.....136

Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	136
Apêndice 2: Roteiro Entrevista Narrativa Autobiográfica.....	138
Apêndice 3: Protocolo de identificação da entrevista e de memórias da fala conclusiva.....	142

Lista de tabelas

	página
Tabela 1. Linha da vida (simplificada) de Artemísia.....	69
Tabela 2. Linha da vida (simplificada) de Alecrim.....	73

CAPÍTULO 1- APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

“O desejo é revolucionário, porque sempre quer
mais conexões, mais agenciamentos.”

(Giles Deleuze e Claire Parnet)

Ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional, acompanhei e refleti sobre o desenvolvimento de adolescentes e jovens em diversos contextos. A multiplicidade de experiências, nos últimos dez anos, reflete a escolha do tema e da metodologia adotada no presente trabalho.

Ruas, shoppings, campeonatos de skate, festivais de dança, hip-hop, rock e pagodes do Distrito Federal-DF, pontos de encontro com as tribos urbanas ao longo de várias pesquisas. O envolvimento direto em ações desenvolvidas para e por adolescentes e jovens de vários países das Américas, África e Europa, em projetos de cidadania global. Espaços como centros de medidas socioeducativas e instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em medida protetiva, no contexto jurídico, onde atuei como pesquisadora e psicóloga. Os serviços de Atenção Psicossocial nas periferias do Rio de Janeiro e (as)os jovens que lá conheci. As salas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Goiás, e os consultórios e serviços de saúde mental onde atendi crianças, adolescentes e suas famílias – as crises, inquietações existenciais, violências, esperanças.

Minha caminhada trouxe, com força, não apenas as dificuldades de jovens, diante da escassez de políticas bem fundamentadas e estruturadas para esta parcela da população. Fui também contemplada com ricas vivências com grupos e movimentos juvenis que se sobressaem no campo social por suas ações afirmativas de transformação de comunidades e suas culturas híbridas. Estes grupos, suas potencialidades, desafios e especificidades, bem como os processos identitários neles engendrados, foram grande motivação para a realização desse estudo. Para mim, era premente a sensação de que serviços de atenção à juventude, a mídia corporativa e, em certa medida, a academia, às vezes escolhiam lentes bastante limitadoras e desatualizadas, resultando em significativas dificuldades para compreender a força expressiva juvenil, bem como a criatividade e a novidade em suas ações e narrativas. Diversos estudos apontam a necessidade de realizar

pesquisas mais realistas, menos impactadas por estereótipos e preconceitos e que contemplem a complexidade e diversidade de ações sociopolíticas desenvolvidas por jovens.

Durante a última década, desenvolvi certa militância em direitos humanos, especialmente nas áreas direitos da infância e juventude, saúde mental e, mais recentemente, no movimento feminista. Ao longo do processo de elaboração da dissertação, envolvi-me cada vez mais com estudos e vivências sobre processos grupais e novas formas de ação sociopolítica, chegando a participar ativamente em alguns desses espaços de troca simbólica e afetiva. O estabelecimento de laços com os grupos que integram o presente estudo – associações e coletivos autônomos feministas compostos exclusivamente ou majoritariamente por mulheres lésbicas e bissexuais - ocorreu durante este processo.

No contexto do Distrito Federal, é possível encontrar diversos grupos juvenis – muitos autodenominados coletivos autônomos - organizados em torno de questões como: opressões de gênero e sexualidade; ocupação do espaço urbano e organização sociopolítica; libertação animal e meio-ambiente; divulgação da informação, com propostas alternativas à mídia corporativa; democratização do transporte urbano. Estes movimentos tendem a adotar estratégias descentralizadas e participativas de atuação e apresentam especificidades e estruturas de organização próprias. Muitos assumem um caráter eminentemente político, configurando-se como tentativas de diferenciação e oposição à democracia representativa e à prática política partidária convencional. Destaco ainda outros agrupamentos – muitos prescindem de autodenominações – agregados em torno de temas como espiritualidade, corporeidade e meio-ambiente, que apresentam um movimento sincrético de valorização das culturas regionais agregada ao uso de novas tecnologias.

Partindo da possibilidade de compreender os novos movimentos sociais como contextos de desenvolvimento que disponibilizam não apenas novas formas de conceber e vivenciar ações sociopolíticas de jovens e adolescentes, como também disponibilizam discursos socialmente reconhecidos como não hegemônicos, explicitando tensões do campo social, esses grupos e movimentos autônomos configuram-se como espaços privilegiados para estudos sobre identidade e desenvolvimento jovem em contextos

contemporâneos. Pretendemos contribuir com reflexões sobre o desenvolvimento de jovens adultas, no contexto de movimentos sociais e coletivos autônomos feministas que atuam no combate a opressões de gênero e sexualidades. Objetivamos também identificar as especificidades das ações afirmativas empreendidas por essas(es) jovens e seus grupos.

Ao longo da dissertação, utilizo a linguagem não-exclusiva ou inclusiva de gênero, que implica no uso de estratégias discursivas que façam referência ao gênero feminino e ao masculino, ou que os dissimulem, considerando as diversas possibilidades de identidade de gênero. Tais medidas reconhecem a existência de relações de poder e opressão estabelecidas a partir da linguagem. De acordo com nossos referenciais teóricos, a linguagem configura-se como prática social co-construída e contextualizada, refutando a noção de suposta neutralidade. No Brasil, há um projeto de lei (PL 4610/2001) aprovado pelo Congresso e aguardando sanção do Presidente da República, que versa sobre o uso de linguagem inclusiva em todos os documentos públicos oficiais. O projeto estabelece “a utilização de vocábulos do gênero masculino apenas para referir-se ao homem, exigindo que toda a referência à mulher seja feita com o gênero feminino”. Embora reconheça que a linguagem inclusiva não seja capaz de englobar todas as possibilidades identitárias de gênero, considero seu uso um exercício importante na construção de práticas discursivas que explicitem a diversidade e tensões do campo social.

A presente dissertação está organizada da seguinte forma: no capítulo 2, apresentamos a literatura que apóia as informações construídas neste estudo. Fundamentam o presente trabalho os referenciais da psicologia histórico-cultural contemporânea e do construcionismo social, os estudos sobre identidade narrativa e *self* dialógico, a epistemologia qualitativa, os estudos sobre novos movimentos sociais, micropolítica e ação sociopolítica juvenil na contemporaneidade. O capítulo 3 define os objetivos que orientam a realização do trabalho.

No capítulo 4, abordamos a fundamentação epistemológico-metodológica do presente estudo, enfatizando: (a) o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, (b) a legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico, e (c) a pesquisa como processo dialógico, com ênfase às particularidades e especificidades dos contextos concretos de interação. As informações analisadas no presente trabalho provêm

de observações etnográficas de ações empreendidas pelos grupos participantes, da análise de documentos e da análise de narrativas co-construídas em entrevistas autobiográficas. A metodologia foi detalhadamente descrita e dividida em tópicos, a fim de facilitar a compreensão sobre o desenvolvimento da pesquisa, a saber: antecedentes e planejamento da pesquisa; procedimentos éticos; caracterização de participantes; observações etnográficas; análise de documentos; entrevistas narrativas autobiográficas e, por fim, organização das análises em dimensão macrocontextual e análise das entrevistas.

O capítulo 5 está organizado em dois momentos: a análise da dimensão macrocontextual e a análise das entrevistas. Na dimensão macrocontextual, realizaremos uma análise descritiva dos três grupos participantes, privilegiando aspectos como composição, histórico, autodefinição e especificidades de articulações dos grupos participantes em redes de apoio e colaboração, considerando não apenas interlocutoras(es) recorrentes no estabelecimento de parcerias, mas especialmente aquelas coletividades que não são privilegiadas no diálogo. No segundo momento, por sua vez, realizaremos análises microgenéticas de duas entrevistas, destacando aspectos comuns às trajetórias das participantes, bem como análise da estrutura narrativa e de posicionamentos identitários de cada participante, com foco em significações sobre eventos marcadores de trajetória e potenciais processos dialógicos de reorganização e autoregulação psíquica diante da novidade. Por meio das escolhas teórico-metodológicas, pretende-se identificar os processos intersubjetivos de negociação e construção de significações acerca de si e da realidade social protagonizados pelas(os) participantes, enfatizando a cultura e a busca por processos de singularidade, deslocando a análise dos macroeventos políticos para as práticas cotidianas.

Encerramos o trabalho com o capítulo 6, no qual tecemos algumas reflexões sobre nossas escolhas metodológicas e sobre algumas contribuições que pretendemos oferecer ao campo com o nosso trabalho.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Juventude e ação sociopolítica na contemporaneidade

Os contextos sociais tipicamente contemporâneos expõem a necessidade de a cultura ser refletida não apenas a partir daquilo que há de comum, mas também da relação com a diferença. Grande parte dos processos atuais de formação cultural resulta de lutas e embates entre grupos, em processos de dominação que buscam produzir formas culturais supostamente hegemônicas (Canclini, 1995/2006). A noção moderna de identidade cultural mascara os vários níveis de diferenciação presentes nos grupos, estabelecidos a partir de marcadores como gênero, raça e etnia, orientação sexual, condição socioeconômica, entre outros (Hall, 1992/2002, 2000; Lopes de Oliveira, Camilo & Assunção, 2003).

Michael Foucault (1979) elaborou análises precisas sobre a domesticação dos costumes; a inscrição da família nuclear como espaço privilegiado, em detrimento dos relacionamentos em comunidade; o fortalecimento das instituições de saúde, trabalho social e ensino e suas disseminadas práticas de padronização e confinamento, disciplinando corpos, estratégias de interação sociais e afetos. Dentre os efeitos produzidos pela organização social moderna, estão o esvaziamento do corpo comunitário, atribuindo-se a instâncias do Estado, abstratas e distanciadas, a tarefa de gerir o bem comum; e um sentimento de suposta segurança, advindo de mecanismos de controle. Nesse processo, vemos a despersonalização das relações sociais, que passam a ser significadas como individualistas e competitivas, com o outro sendo posicionado como estranho, diferente, reforçando as fronteiras simbólicas entre pessoas e grupos (Hall, 1992/2002, 2000; Herschmann, 1995). De acordo com Maffesoli (2004, 2005), esse processo trouxe a substituição da solidariedade orgânica por uma solidariedade mecânica, distanciada do cotidiano e sustentada por um corpo técnico imbuído do poder de avaliar comportamentos e ditar padrões para o bom funcionamento do meio social.

Outro aspecto significativo são as mudanças no campo das relações econômicas, que supervalorizam a formação, reduzindo as alternativas de emprego para jovens e

submetendo a cidadania e o bem-estar social às relações de mercado. Nas configurações sociais da contemporaneidade, mediadas pela racionalidade econômica neoliberal e pelos processos de globalização, novas coordenadas espaço-tempo têm lugar, alterando o significado das identidades culturais. A facilidade e a rapidez dos fluxos regionais e internacionais de pessoas, bens, serviços e capitais altera os registros culturais, pela interpenetração de códigos, estilos e imagens entre culturas originalmente distintas. Desse modo, produzem-se culturas híbridas, concorrendo-se para formas culturais globais pasteurizadas e tendendo à homogeneização, nas quais elementos identitários são partilhados, de forma que as referências de espaço-tempo se diluem (Canclini, 1995/2006).

Alternativas a essa tendência à uniformização cultural podem ser identificadas nos contextos em que a articulação entre o global e o local tem expressão criativa. Isso ocorre em relação aos movimentos de minorias sociais organizadas e de afirmação da cultura de periferia, entre outros. Nestes contextos, a tensão gerada entre o local e o global pode ceder lugar a novas possibilidades de subjetivação, mais afirmativas no sentido da participação ativa dos atores em projetos articulados de transformação social, especialmente por meio da atuação no microcontexto da comunidade local. Especial destaque tem recebido os agrupamentos juvenis, por sua participação nesse processo de explicitar as tensões inerentes às desterritorializações identitárias (Canclini, 1995/2006; Sarlo, 1997).

Nos últimos anos, observamos um aumento de projetos e políticas que visam estimular a “participação” ou o “protagonismo juvenil” (Boghossian & Minayo, 2009). Parte dos investimentos direcionados à promoção do chamado protagonismo juvenil envolvem preocupações com comportamentos qualificados como desviantes e situações de vulnerabilidades deste segmento da população, em virtude de fatores como precarização e reestruturação das relações de trabalho. Integrado às inovações nas políticas públicas de educação e promoção da saúde de adolescentes desenvolvidas nos últimos anos no Brasil, o estímulo à participação juvenil viria ao encontro de interesses do Estado e da sociedade na manutenção de valores e projetos (Boghossian & Minayo, 2009). Com distintas motivações, essas políticas e iniciativas são, em sua maioria, influenciadas pela concepção de que jovens não se interessam em participação política.

Em geral, essas análises estão focadas nas formas mais tradicionais e institucionalizadas da democracia representativa, como o processo eleitoral, as militâncias estudantil, partidária ou sindical (Ibase/Polis, 2006; Lanes, 2006). Tal concepção ignora o fato que a crise da despolitização abrange a sociedade como um todo, em distintas faixas etárias e contextos sociais (Habermas, 1987). Além disso, desconsidera as novas formas de ação sociopolítica de jovens como estratégias legítimas de atuação.

Ao longo do século XX, a adolescência e a juventude enfrentaram mudanças significativas como categorias históricas. Nas décadas de 1920 e 1930, os estudos de Chicago sobre gangues fundamentaram o estabelecimento de uma política de controle das massas jovens (Oliveira, Silva & Rodrigues, 2006; Vidich & Lyman, 2003). Durante a década de 1950, com participação da indústria midiática, ocorreu a construção, no imaginário social, da figura do rebelde sem causa e da juventude transviada (César, 1998). Nas décadas seguintes, no contexto brasileiro, foi dado destaque às grandes manifestações e mobilizações do movimento estudantil em torno da luta pela democracia e pelo fim da ditadura. No Brasil, a partir dos anos 1980, a articulação de diferentes setores da sociedade civil impulsionou o início da transição de uma política do controle para a política de atenção e proteção integral à infância e à juventude, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, como um de seus principais marcos históricos e legais. Este processo foi acompanhado por uma ampliação do papel do Terceiro Setor¹ em funções outrora outorgadas ao Estado, com a conseqüente proliferação de associações e fundações voltadas à infância e à juventude. Outro elemento da transição foi a busca por metodologias participativas que incluíssem crianças e jovens na estrutura democrática e nos processos decisórios (Boghossian & Minayo, 2009; H.S. Gonçalves, 2005; Bock, 2004; Salles, 2005).

Ao longo dos primeiros anos do século XXI, observamos um incremento nas pesquisas sobre “participação juvenil”, com foco em ações coletivas, como aponta a cuidadosa e recente revisão de literatura de Boghossian e Minayo (2009). Em 2001,

¹ Uma das formas de conceituar o Terceiro Setor é posicionando-o em relação ao Primeiro Setor, representado pelo Estado, e ao Segundo Setor, correspondente ao Mercado, composto por entidades privadas que tem o lucro como fim. O Terceiro Setor é composto por entidades privadas com finalidades públicas e de interesse social. De acordo com o Novo Código Civil, são exemplos de organizações do Terceiro Setor: cooperativas, associações, fundações, institutos, instituições filantrópicas, entidades de assistência social e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

quando iniciamos nossos estudos exploratórios sobre o tema (Camilo, Assunção, Postiglioni & Lopes de Oliveira, 2002a, 2002b), chamou-nos atenção a escassez de investigações voltadas ao assunto. Uma parcela significativa das publicações existentes sobre agrupamentos juvenis e as especificidades de suas ações concentravam-se em áreas como filosofia, educação, saúde pública, sociologia e antropologia, indicando a participação ainda pouco expressiva da Psicologia neste campo. Os indícios de que a diversidade de estratégias de aglutinação e socialidade dos grupos juvenis não estavam sendo consideradas em sua dimensão sociopolítica despertaram nosso interesse em aprofundar o assunto em tela.

Numa perspectiva que aborda o desenvolvimento do *self* em contexto (Bruner, 1997; Valsiner, 1998; Branco & Valsiner, 1999; Lopes de Oliveira, 2003, 2006; Yokoy de Souza, 2007; Yokoy de Souza, Branco e Lopes de Oliveira, 2008; Madureira & Branco, 2005a, 2005b, 2007; Silva, 2003; Rossetti-Ferreira & cols., 2004; Amorim & Rossetti-Ferreira, 2008; Barsinski, 2006; Cunha, 2007), torna-se importante investigar o impacto das formas contemporâneas de socialidade na formação subjetiva do(a) adolescente e do(a) jovem. Um de nossos estudos sobre as tribos urbanas do Distrito Federal (Lopes de Oliveira, Camilo & Assunção, 2003), apontou para a emergência, na narrativa de entrevistados(as), de indicadores para pensar outros modelos de socialidade alternativos às tribos, que prescindem da fusão imaginária, da identidade social fundada na imagem visual e nas práticas culturais, de lazer e de consumo (Maffesoli, 2000, 2007). Estes processos contribuem para instituir outros modos de interação nos grupos de pares, que resgatam uma posição subjetiva mais ativa dos(as) adolescentes, alternativamente à indistinção sujeito/grupos. Essa posição parece mais coerente tanto com o modelo de identidade proposto por Hall (1992/2002, 2000), baseado na perspectiva da diferenciação, quanto com o de Harré e Gillet (1994/1999), que destacam a intencionalidade e autonomia.

Em nossas pesquisas posteriores sobre processos grupais na adolescência e juventude (Camilo & Lopes de Oliveira, 2003; 2004), as especificidades das ações afirmativas desenvolvidas pelos grupos participantes, bem como o caráter fluido - e pautado pelo afeto - de suas articulações coletivas, confirmavam-nos a existência de processos identitários significativos em curso. Acreditamos que a atuação sociopolítica

de jovens – por meio de ações grupais ou individuais – tem se revelado bastante fértil no sentido de explicitar as tensões e contradições da sociedade capitalista e gerar novas possibilidades de agenciamentos subjetivos. As novas formas de organização coletiva juvenil muitas vezes não encontram correspondência nos mecanismos conhecidos da democracia representativa. Embora tendam a apresentar-se de forma fragmentada e não sistemática, alimentam o potencial de questionar a efetividade das formas convencionais de participação cidadã (Camilo, 2008).

Dentre os aspectos comuns às novas formas de organização social juvenil, como os coletivos autônomos que são objeto do presente trabalho, indicamos a importância da sensibilidade e dos afetos na constituição e integração dos grupos (Camilo & Lopes de Oliveira, 2009). Um ponto relevante, também sinalizado por autoras(es) como Oliveira, Silva e Rodrigues (2006) e Carrano (2006), é o destaque dado à cultura como via de expressão e de atuação sociopolítica, assumindo espaços outrora ocupados pelas instituições convencionais da democracia participativa, alvo de desconfiança, mas não necessariamente de rejeição, por parte dos jovens. Outro elemento que deve ser considerado na análise da participação juvenil é a relação entre as condições materiais de existência e as possibilidades reais de exercício da cidadania. As sociedades ocidentais impõem o consumo, como índice de inserção e sucesso social, o núcleo central das identidades. As dificuldades de adolescentes de tornar as interações no contexto dos grupos de pares espaços de criação, superação e transformação, no plano pessoal e social, relaciona-se à histórica falta de perspectivas a que a sociedade relega parcela significativa da população jovem (Camilo & Lopes de Oliveira, 2007).

Na atualidade, os agrupamentos juvenis tendem a se organizar em torno de lazer, entretenimento, esporte, expressões artísticas – como música, dança, teatro, grafite -, ou ações de voluntariado, podendo contemplar iniciativas que objetivam a melhoria das condições de vida de comunidades. Diante da diversidade e complexidade do fenômeno, outra forma de considerar os mecanismos de aglutinação e socialidade dos grupos que prezam pela ação sociopolítica é a possibilidade de tornarem-se meios de oposição à dominação social e étnica promovida pelo sistema capitalístico. Isso ocorre tanto pela construção de novos significados – e novos agenciamentos - em meio à massificação da cultura do consumo e à exclusão social, como por um reposicionamento na lógica de

reprodução cultural, ao tornarem-se produtores e não apenas consumidores de produtos culturais. Com as novas tecnologias da comunicação, temos observado a proliferação de iniciativas juvenis como sítios eletrônicos e blogs de divulgação e construção colaborativa de informação, rádios livres, elaboração coletiva de fanzines², grupos de rap que divulgam seu trabalho pela internet, customização de roupas com mensagens de cunho político e estéticas distintas às que vigoram na moda padronizada, coletivos de poesia em comunidades populares, dentre outras (Camilo & Lopes de Oliveira, 2009; Sposito, 2006).

Marilia Sposito (2006), em um trabalho sobre relações entre educação, juventude e movimentos sociais, sinaliza para a existência de práticas coletivas juvenis bastante diversificadas e ainda pouco investigadas. Na tentativa de reunir alguns elementos que integram o interesse de jovens pela ação voluntária em comunidades, a autora indica duas direções: (a) mobilizados(as) pela percepção da alteridade - e pela responsabilidade e solidariedade adjacentes -, jovens encontram no voluntariado a possibilidade de ir além da denúncia, realizando algo significado como concreto na transformação da realidade social; (b) buscando uma atualização da relação com a temporalidade, altamente impactada pelas mudanças promovidas nas sociedades complexas, jovens resgatam o presente como o momento ideal para realizar projetos e ensaiar novas formas de relacionar-se com o outro, diferenciando-se da geração de 1960, que projetava no futuro sua utopia de uma nova sociedade. Para a autora (2006), a ação no presente – ainda que fragmentada e fluida – permitiria que jovens restabelecessem os laços sociais e a conexão temporal entre ação e resultado na comunidade.

Em uma ampla pesquisa dos Institutos Ibase/Pólis (2006) sobre participação juvenil, com oito mil jovens de diferentes regiões do Brasil, observou-se que é maior o número daqueles(as) que já participaram de entidades, grupos e movimentos sociais em algum momento no passado do que aquelas(es) que participavam no momento em que a pesquisa foi realizada. Além disso, os dados apontam que embora a maioria dos jovens

² Os fanzines, fenômeno que se popularizou na década de 80 entre grupos jovens afinados com movimentos punks e anarquistas, são formas acessíveis de propagar ideias e iniciativas de transformação social junto a uma comunidade e de problematizar a hegemonia das grandes corporações midiáticas na divulgação da informação. Os fanzines são formas artesanais de integrar texto, desenho, poemas, colagens, sempre com mensagens de cunho autoral. Atualmente fanzines também são divulgados pela internet, seja pela digitalização de arquivos em papel, seja por sua elaboração em formato eletrônico, com uso de técnicas do design gráfico.

não participe ativamente de espaços reconhecidos como da dimensão política, é grande o interesse dessa parcela da população pelo tema em questão. É marcante também o envolvimento de jovens com grupos de cultura, esporte, religião e lazer, indicando estes como espaços potenciais para canalização de sua participação. Com relação ao recorte de gênero, dos 6,3% de participantes da pesquisa que se envolviam com atividades de comunicação, como elaboração de fanzines, programas de rádio e jornais comunitários, a maioria é composta de jovens do sexo masculino das classes A e B. Dentre jovens que participam de algum movimento pela melhoria da qualidade de vida no bairro ou na cidade, observa-se que jovens do sexo feminino priorizam a mobilização por maior segurança, enquanto os jovens do sexo masculino organizam-se mais em torno de objetivos relacionados a áreas de lazer e prática de esportes.

Identidade narrativa e self dialógico: abordagens contemporâneas de processos identitários

“Todo enunciado é um elo dentro de uma cadeia”

Bakhtin

A Psicologia do Desenvolvimento esteve historicamente associada à infância e, secundariamente, à adolescência, como fase que encerraria processos de consolidação da identidade (Lopes de Oliveira, 2006). Tal concepção ignora o caráter dinâmico, relacional e culturalmente circunscrito dos processos de desenvolvimento e identitários, além de desconsiderar a idade adulta e a maturidade como momentos fundamentais do ciclo de vida (Rossetti-Ferreira & cols., 2004). No presente trabalho, as discussões serão desenvolvidas a partir de uma perspectiva que considera o desenvolvimento da(o) jovem em contexto sócio-cultural e que preconiza tanto a unidade quanto a multiplicidade do *self*; as continuidades, assim como as transformações, em uma rede dialógica e narrativa de significados (Hall, 1992/2002, 2000; Bakhtin, 1997; Hermans, 1996; Bamberg, 2002, 2004; Linell, 2003). Nessa perspectiva, o foco da compreensão dos processos de construção da identidade se desloca do *sujeito*, como unidade individuada, que se

completaria supostamente na adolescência, para as relações dinâmicas *sujeito/sujeito/sociedade*, no contexto das práticas culturais concretas, em que as identidades individuais se mantêm como estruturas abertas e em constante transformação na linha do tempo (Lopes de Oliveira, 2006; Valsiner, 2001).

O conceito identidade tem sido objeto de intensa explosão discursiva, tanto como alvo de desconstrução quanto de crítica (Hall, 1992/2002; 2000). Para o autor, a Filosofia fundamentaria suas discussões na crítica ao sujeito auto-sustentável da metafísica ocidental pós-cartesiana. A crítica feminista e a crítica cultural, sob influência da noção de processos inconscientes da psicanálise, colocariam em questão as concepções racionalistas de sujeito. O pós-modernismo, por sua vez, sustentaria seus argumentos no conceito de eu performativo. O elemento comum às diferentes áreas do conhecimento é que todas tecem, por distintas escolhas epistemológicas, críticas à noção moderna de identidade: autocontida, encapsulada e una; que se expressa na síntese consciente entre as imagens passada, presente e prospectiva do *self*; com fronteiras entre eu e outro nitidamente definidas. Embora acatando a idéia de que, na atualidade, o conceito permaneça central na compreensão do ser humano pelas ciências sociais, o autor defende que tal concepção estaria sob rasura, em sua forma desconstruída (Hall, 2000). Para o autor, a identidade teria especial relevância para questões como política, contato com a diversidade, agência (*agency*) e movimentos migratórios, dentre os quais destacamos os três primeiros, por sua importância para o presente trabalho.

Hall define a construção da identidade como processo de desenvolvimento do senso de pertença a um coletivo, no qual os indivíduos encontram matrizes de ancoragem, de continuidade de si ao longo do tempo. Para o autor, a identidade é constituída pelos pontos de “sutura”, de apego temporário às posições-de-sujeito co-construídas nas relações sociais por meio de práticas discursivas. A identidade é a articulação do sujeito ao fluxo dos discursos, num movimento contínuo e complementar de investimento pessoal e de ancoragem às convocações do social.

Concebemos a construção da identidade como produto não apenas da igualdade, da repetição, mas igualmente da diferenciação, a partir da relação com o outro. Compreendemos que o *self* também encontra seu lugar nas formas de subjetivação que não coincidem com o outro, dimensão onde as singularidades, as particularidades e

idiosincrasias pessoais se destacam (Hall, 2000; Lopes de Oliveira & Vieira, 2006). A partir desta perspectiva, criticamos a visão corrente de que o desenvolvimento da matriz de identidade se completa na adolescência e que a vida adulta testemunha alterações de conteúdo e não de estrutura de identidade, compartilhando as reflexões de Lopes de Oliveira (2006).

A complexidade das relações intra e interculturais na contemporaneidade desafia a concepção moderna de identidade, apoiada em um espaço-tempo simbólico, e produzidas no jogo da negociação intersubjetiva no campo social (Gergen, 2001; Branco & Valsiner, 1999). A globalização, por exemplo, tem ocupado papel central em gerar novas formas de conceber as identidades, substituindo as etnias da antropologia clássica por processos sociais de “colagem” de elementos de diferentes origens culturais, no esforço de constituir uma identidade grupal, em geral desterritorializada e híbrida (Agier, 2001). Embora as idéias de Stuart Hall não sejam suficientes para a emergência de uma concepção de identidade que sustente as discussões contemporâneas sobre desenvolvimento humano – e tampouco consideramos serem estes os objetivos do autor -, seus textos foram fundamentais na flexibilização de nossas fronteiras semióticas, abrindo espaço para uma visão mais dialógica e polifônica do *self*.

Neste trabalho, compreende-se que a subjetividade se reorganiza continuamente por meio da interação com o outro. A linguagem é destacada como central na constituição subjetiva- e não como mera via de expressão de processos mentais - e integra-se ao sujeito em sua totalidade, com seus afetos, desejos, valores, crenças e sua história (Gergen, 2001; Lopes de Oliveira, 2006; Golishian & Anderson, 1996). Um dos desdobramentos da concepção de identidade narrativa é o reconhecimento do sujeito como agente de (re)construção de sentidos e, conseqüentemente, de (re)construção de si mesma(o) (Silva, 2003). Para a compreensão desta posição epistemológica, é importante realizar um breve resgate de mudanças significativas na filosofia da linguagem.

A partir da crítica ao chamado “paradigma subjetivista”, baseado no dualismo cartesiano, no indivíduo racional e no caráter representacional das idéias, Marcondes (1996) defende a existência de dois pontos de ruptura que fundamentam a compreensão da linguagem como forma de ação no real, “essencialmente intersubjetiva e interativa” (p. 437). A primeira ruptura se afilia à filosofia da história e da cultura, tendo como

grande precursor Hegel e seus questionamentos sobre o caráter a-histórico e atemporal da noção de sujeito de Kant. Para Hegel, a constituição da consciência é um processo eminentemente social que se dá por meio da linguagem, do trabalho e da socialização, mostrando o caráter fundamental do reconhecimento do outro – ou outra consciência. Nesse sentido, a consciência é fundada no processo de interação – com o mundo e com outras consciências – sendo essa compreensão a base para a noção de intersubjetividade, defendida por autores como Habermas. O segundo ponto de ruptura, com Leibniz como seu precursor, seria a vertente derivada das ciências matemáticas, da representação da lógica como semântica formal e da “relação entre linguagem e realidade como uma relação entre uma estrutura lógica e uma estrutura ontológica” (p. 436). Os primeiros escritos de Wittgenstein e a Filosofia Analítica da Linguagem emergiram dessa tradição e, por meio de grandes transformações, transitaram de uma compreensão estrutural de linguagem, regida por regras formais, para um caráter social da linguagem. Escritos posteriores de Wittgenstein apontam para a linguagem como práticas sociais concretas, constituidoras do significado da experiência humana. Nesse sentido, linguagem é ação no real.

A psicologia discursiva, um dos fundamentos da perspectiva do *self* dialógico, pretende problematizar como os discursos engendrados socialmente, com base em posições de poder, em ideologias, causam impactos na subjetividade e no cotidiano das pessoas. Questiona-se: de que forma o funcionamento psicológico é marcado pelos discursos sociais? Nesta perspectiva, grande destaque é dado à emergência, à novidade, à intencionalidade, aos agenciamentos, denotando um caráter mais ativo do indivíduo. Para a abordagem discursiva, a construção de um senso de si é sempre uma construção, um processo nunca completado. Na articulação do sujeito ao fluxo discursivo, há sempre o excesso ou a falta, nunca o ajuste completo. Esta compreensão dos processos identitários é fundamental para a análise das novas formas de organização coletiva e para a questão da alteridade, pois o foco passa do sujeito racional e autocontido do pensamento cartesiano para os processos relacionais de demarcação e fortalecimento de fronteiras simbólicas (Hall, 2000; Rocha-Coutinho, 2006).

De acordo com autores da psicologia discursiva, como Bamberg (2002, 2004), a fala é sempre direcionada a uma audiência específica, de acordo com propósitos

interacionais co-construídos nas práticas comunicativas. Interlocutores com perspectivas pessoais originariamente distintas podem criar um mundo social temporariamente compartilhado, por meio de um jogo de negociações semioticamente mediadas (Lopes de Oliveira, 2003).

Para a perspectiva dialógica, por sua vez, os estudos devem privilegiar os processos de negociação entre os posicionamentos dos indivíduos e dos grupos e culturas aos quais estes indivíduos estão ancorados. As ideias, valores e estórias que emergem deste processo constante de mudanças e criações impactam não apenas os indivíduos, mas também as coletividades (Hermans, 1996). As construções discursivas são, portanto, contextualizadas e construídas histórica e socialmente por sujeitos concretos (Yokoy de Souza, 2007).

A visão dialógica do *self* é referencial fundamental em nossas discussões sobre processos identitários e desenvolvimento humano, tendo Bakhtin (1997) como um de seus principais precursores. Para Bakhtin, o *self* é de natureza plural e narrativamente configurado de modo polifônico, ou seja, por múltiplas vozes, constituído pelas categorias *eu-para-mim*, *eu-para-os-outros* e *outro-para-mim*. A unicidade do sujeito falante é, portanto, questionada, filiando-se às perspectivas que problematizam a concepção moderna de identidade (Bakhtin, 2008). A consciência é tomada como ficção, pois se organiza por meio das interações discursivas, distintas nos diferentes contextos sócio-históricos. A linguagem é eminentemente dinâmica, com os sentidos buscando, por meio de jogos de poder, tornarem-se centrais nos processos de significação, caracterizados pelo autor como arena ideológica. O autor defende o conceito de enunciação, e não de enunciado, destacando o caráter processual, relacional e ativo das práticas discursivas. A palavra adquire uma dimensão subjetiva, na medida em que o sujeito não cria o discurso de forma estrita, ele(ela) toma para si, se apropria da palavra, que expressa o indivíduo e assume sentidos na relação dialógica. Baseado no conceito de liberdade relativa, reitera a condição humana de agente articulador(a) de seu próprio discurso, veículo de sua consciência, sempre aberto(a) à mudança. O trabalho de Bakhtin foi desenvolvido em um momento de fortes tensões no contexto russo, durante a transição para o modelo de organização socialista. Em momentos históricos de ruptura, como a transição da Idade Média para o Renascimento, bem como as passagens de século, como

do século XX para o XXI, a noção de crise tem se mostrado fundamental para a análise dos mecanismos de organização das sociedades.

Nos últimos anos, observa-se a criação de trabalhos singulares e desdobram-se os desafios de traduzir as reflexões da perspectiva do *self* dialógico em metodologias de análise adequadas aos mais diversos contextos. O trabalho da psicóloga Tatiana Yokoy de Souza (2007) pode ser citado como exemplo de pesquisa que problematiza a concepção de desenvolvimento humano e busca estabelecer conexões entre uma dada realidade institucional e as narrativas autobiográficas engendradas pelos jovens participantes. Baseada em autores do Construcionismo Social, da Psicologia Histórico-Cultural, da perspectiva do *self* dialógico, da análise institucional pós-estruturalista e da epistemologia qualitativa, a autora critica as teorias e metodologias hegemônicas que concebem a adolescência como fase de transição, seguindo uma lógica linear e minimizando, por consequência, o papel da cultura neste processo. Com o objetivo de interpretar as trajetórias de desenvolvimento e os contextos de subjetivação de adolescentes atendidos no sistema de medidas socioeducativas, bem como compreender seus processos de institucionalização, o trabalho da autora destaca-se pela articulação dos planos macroanalítico - o contexto institucional - e microanalítico - os posicionamentos dialógicos do *self* na forma de personagens, assumidos pelos adolescentes nas suas narrativas, e a análise microgenética de pequenas histórias. As escolhas metodológicas de Yokoy de Souza se destacaram pela capacidade de expressar a pluralidade e polifonia da identidade dos participantes e de explicitar, em que medida, os processos discursivos são nitidamente estabelecidos como dispositivos relacionais, com o adolescente promovendo ativamente a co-constituição de si e do outro no processo comunicativo.

Cabe afirmar que as contribuições do *self* dialógico não assumem uma mera transição do interno, da noção de identidade encapsulada e unificada, para um externo, dado pelas relações sociais. Seus fundamentos teóricos não reduzem a realidade social a uma metáfora discursiva, desaparecendo o sujeito e a história que constitui sua narrativa (Edwards, 2005; Lopes de Oliveira & Vieira, 2006; Ratner, 2001; Yokoy de Souza, 2007). Trata-se da reconceptualização e descentração da noção do sujeito, não de seu abandono (Foucault, 1972).

Um das críticas à concepção de *self* dialógico – da qual compartilhamos – é que a abordagem tem sido muito efetiva em realizar uma “fotografia” dos distintos posicionamentos na organização do *self*, mas ainda enfrenta diversos desafios na análise das continuidades e descontinuidades do *self*, em meio a processos de desenvolvimento humano (Lopes de Oliveira, 2009), especialmente no que tange a análises mais elaboradas sobre os processos de mudança, incorporação da novidade, mecanismos de relação com a alteridade etc., temas muito relevantes para o presente trabalho.

A discussão sobre mudança e permanência do *self* dialógico levanta um aspecto fundamental na análise de processos de desenvolvimento: a coerência autobiográfica. Para Valsiner (2002, p. 261), “uma característica curiosa do *self* dialógico é o quanto estável ele pode ser – e como tão facilmente essa estabilidade pode ser transformada em momentos de extrema instabilidade”. A constituição do senso de si não é um processo que deve ser naturalizado, mas compreendido como produto de práticas sociais e historicamente estabelecidas. Pode ser concebido também como produto – circunscrito a um determinado momento histórico – de um processo de convencionalização de algumas formas de atuação em detrimento de outras. Tal concepção leva à pergunta: como deve ser nossa ação e significação do mundo para sermos reconhecidos(as) como membros de uma comunidade? (Rosa, 2007).

A coerência autobiográfica é uma das necessidades essenciais humanas, podendo ser definida como o senso de continuidade, não obstante as mudanças que ocorrem ao longo da vida (Chandler, 2000). Para o autor, as práticas de sustentação de si participam da construção da identidade narrativa do sujeito e sustentam uma imagem de si que permaneça no tempo, lidando com a contínua tensão entre a permanência e a mudança. Tais estratégias são acionadas especialmente em episódios de crise, como uma proteção à ameaça de desintegração de si, permitindo que sujeitos desenvolvam a ancoragem dos posicionamentos identitários (Lopes de Oliveira, 2005, 2006).

Autodescrições e autoteorias podem ser compreendidas como posicionamentos tipicamente autoreflexivos, que se organizam numa determinada situação de acordo com o contexto e a audiência. O público internalizado, a forma como o sujeito se expressa, está marcada pelo modo como o sujeito representa esse público. O dinamismo ou a

estabilidade do *self* são mais acentuados ou desestimulados de acordo com as diversas formas de institucionalização e disciplinação dos processos subjetivos

d’Alte, Petracchi, Ferreira, Cunha & Salgado (2007), reconhecendo a heterogeneidade da noção de dialogismo, desenvolveram uma sistematização dos desafios atuais e principais marcos da abordagem dialógica do *self*, caracterizando cinco princípios: relacional, contextual, de dialogicidade, de alteridade e dinâmico. Em virtude de sua relevância para a discussão que pretendemos pautar sobre processos dialógicos de reorganização psíquica e de incorporação da novidade, apresentaremos a definição do princípio dinâmico, de acordo com Salgado (citado por d’Alte & cols., 2007). Para o autor, as análises de base dialógica devem priorizar os “processos dinâmicos de constante organização e reorganização dialógica”, visto que todo processo de construção de significados está em constante transformação, “através de um processo contínuo de identificação e reconstrução de si mesmo, que se torna possível através da constante tensão criada no espaço comunicacional que é estabelecido na relação dialógica com o Outro” (p. 16).

Como veremos quando da apresentação dos resultados, o princípio dinâmico é fundamental na análise de processos dialógicos de reorganização psíquica, de incorporação da mudança. Consideramos que uma possível forma de discutir desafios colocados à perspectiva dialógica é a análise das continuidades e discontinuidades do *self*, nos jogos e relações entre posições e posicionamentos identitários.

Cunha (2007), em um trabalho sobre processos dialógicos de auto-organização e mudança com jovens adultos, desenvolveu uma “análise microgenética dialógico-discursiva”, organizada em três momentos: (a) detectar estados/posicionamentos que não haviam sido apresentados antes e surgem como auto-inovações; (b) compreender os “processos dinâmicos envolvidos na emergência da diferença” e regulação da novidade (p. 88); e (c) criar um modelo de trajetória de desenvolvimento de cada participante ao longo da entrevista. De acordo com a pesquisadora, a repetição de estados de *self* pode ser compreendida como um padrão de auto-organização interna face uma situação problema específica. Embora não ambicione observar a emergência de um processo de desenvolvimento – no sentido de gerenciamento e incorporação de uma mudança no padrão de auto-organização - ao longo da entrevista, por tratar-se de uma metodologia de

construção de informações desenvolvida a partir de um único encontro com cada participante, Cunha (2007) defende que este deve ser objeto privilegiado na análise de intervenções psicológicas, como psicoterapias, atuações em instituições, dentre outros.

As reflexões de Cunha (2007) resgatam um importante debate na psicologia do desenvolvimento: quais os critérios indicativos de um processo de desenvolvimento em curso? M. Gonçalves (no prelo), em seu trabalho sobre momentos de inovação em psicoterapia, fundamentado em uma perspectiva discursiva e dialógica do *self*, sinaliza para a existência de distintos níveis nos processos de desenvolvimento. Retomando a proposta de Fogel e cols. (2006), afirma que mudanças do tipo “inovação” podem ser observadas quando as pessoas, em uma situação de narrar um episódio ou sua história de vida, como no contexto da psicoterapia, significam sua narrativa “final” como diferente da anterior. Este tipo de mudança pode ser percebida na situação interacional de entrevista, por exemplo. Para que mudanças do tipo “inovação” ocorram, as interações que trazem diferença e novidade ao campo semiótico do indivíduo tem de ser percebidas como interessantes ou de alguma forma preferíveis, mais favoráveis. Acontecimentos que teriam potencial de mudança, mas que são percebidos como indistintos do restante da narrativa de vida, são alvo de pouca elaboração discursiva, “perdendo sua capacidade latente de mudança” (M. Gonçalves, no prelo, p. 07). Na análise de posicionamentos identitários de participantes do presente trabalho, utilizaremos os critérios citados acima - além de outros que serão apresentados na metodologia - para identificação de mudanças tipo “inovação” nas narrativas autobiográficas.

Para fins teóricos e analíticos, definimos posicionamentos identitários como sínteses provisórias de si, co-construídas e continuamente reorganizadas na interação discursiva. Dominique Maingueneau (1997), em uma análise de termos-chave da análise do discurso, afirma que posicionamento pode ser caracterizado como:

- O ato pelo qual uma formação discursiva se posiciona num campo discursivo, emerge, marcando a sua identidade em relação a outras;
- A própria formação discursiva, considerada como identidade num interdiscurso.

Estas duas acepções são inseparáveis, na medida em que a primazia do interdiscurso implica que a identidade de uma formação discursiva seja um processo de redefinição constante das suas relações com outras formações discursivas. (...) Posicionamento está

relacionado com a dupla acepção de posição (tomada de posição e posição militar), de forma a sublinhar o laço entre identidade discursiva e conflitos interdiscursivos (p. 79/80).

Formas contemporâneas de socialidade, novos movimentos sociais e coletivos autônomos

Para a compreensão dos coletivos autônomos juvenis, na perspectiva dos movimentos sociais, as discussões fundadas nas questões estruturais e na luta de classes, partindo do domínio econômico para pensar a ação política, mostraram-se insuficientes. A multiplicidade de estratégias coletivas de participação sociopolítica da atualidade implica na ampliação do foco para as culturas, as ideologias, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade e os processos identitários. Essa mudança – do econômico para o cultural - reflete a forma como os novos movimentos sociais, assim denominados por Maria da Glória Gohn (1997/2007), se relacionam como redes de cooperação com outras grupidades. No que tange à organização interna, por sua vez, mostram-se mais fluidos, abertos e participativos, tendendo à descentralização e às estruturas colegiadas.

Os(as) participantes das ações coletivas assim definidas caracterizam-se como atores sociais, termo que denota o caráter ativo e autônomo de sujeitos, cuja ação transformadora requer um processo dinâmico de interações, oposições e negociações na construção grupal de identidades e manejo das relações de poder. Dentre as diversas teorias que orientam a abordagem dos novos movimentos sociais, aquelas que focam em categorias como autonomia e identidade tiveram maior destaque nos países latino-americanos, além de promoverem releituras e criação de novas categorias de análise, tais como exclusão social, descentralização, redes de solidariedade etc.

Diversos autores europeus participaram da problematização do paradigma tradicional marxista, identificando nele limitações como fundamento para a análise dos novos movimentos sociais (Freitag & Rouanet, 1993). Para Habermas (1987), importante expoente das correntes contemporâneas da Escola de Frankfurt, a despolitização é um fato histórico, caracterizado pela ausência de participação da população na política. Tomada pelos interesses das grandes corporações, transformou-se em um fenômeno

distante, um espetáculo manipulado e acessível apenas por meio das mídias. O autor aborda os novos movimentos sociais como indicadores do potencial de crise do capitalismo tardio por seu papel de iniciadores de processos pelos quais a esfera pública possa ser revivida, com expansão e criação de espaços de troca na sociedade civil, comportando ainda elementos de oposição a aspectos dessa mesma sociedade.

Para Gohn (1997/2007), os novos movimentos sociais se caracterizam pela crítica ao poder estatal sem, contudo, configurarem como alternativa a este poder. Diversos grupos e movimentos populares europeus recusaram a política de cooperação entre o Estado e os sindicatos, voltando sua ação para a garantia de direitos sociais adquiridos ou a serem conquistados. Na realidade latino-americana o cenário é distinto. Muitos movimentos sociais construíram e até hoje mantêm alianças estratégicas com o poder estatal e/ou sindical com o intuito de alcançar (os)as legisladores(as) e gestores(as) públicos(as), buscando promover alterações nas crenças e valores da sociedade e nas legislações que regulam as relações sociais, como os movimentos de negras(os), de mulheres, de democratização do acesso a moradia, dentre outros.

Uma explicação para essa especificidade dos movimentos sociais na América Latina é o controle da sociedade civil estabelecido pelo Estado, especialmente durante os anos de ditadura. Além disso, a partir de 1990 ocorreram mudanças nos mecanismos de cooperação internacional: de uma política de subsídios econômicos passaram a priorizar a oferta de assessoria técnica a movimentos sociais. No Brasil, um dos efeitos dessa transição foi um processo de especialização, institucionalização e segmentação de organizações não-governamentais e movimentos sociais, como estratégia para obter fomentos governamentais e garantir a sustentabilidade (Gohn, 1997/2007).

Um exemplo de movimento social que enfrentou significativas mudanças nas últimas décadas é o movimento feminista. Considerando sua relevância para o presente trabalho, apresentaremos um breve histórico do feminismo brasileiro, de caráter plural e polissêmico desde suas primeiras manifestações no país (Sarti, 2004). Nos primórdios do movimento, do final do século XIX até meados da década de 1930, as iniciativas focavam na luta por direitos políticos de voto. Mais adiante, no contexto de luta contra a ditadura militar, os primeiros grupos mais estruturados, organizados em torno de uma identificação como movimento de mulheres, desenvolveram articulações com grupos de

esquerda e a Igreja Católica. Em virtude da peculiaridade dessas parcerias, no contexto brasileiro da década de 1970, temas como sexualidades, aborto e planejamento familiar permaneceram periféricos, restritos a pequenos grupos de discussão e com limitada inserção na luta por direitos sociais (Pinto, 2003; Sarti, 2004).

Com o gradual processo de abertura política, os movimentos feministas brasileiros ganharam fôlego para reforçar discussões sobre a desnaturalização da condição social da mulher e para reivindicação de políticas públicas específicas. A noção de gênero foi consolidada e diversos grupos passaram a declarar-se feministas. Em meados da década de 1980, quando a oposição à ditadura diluiu-se como elemento aglutinador de movimentos com filiações ideológicas bastante diversas, algumas vertentes decidiram priorizar a luta contra as desigualdades sociais, em detrimento das discussões feministas (Sarti, 2004; Bonetti, 2009; Zanetti, 2009). Para Sarti (2004), outra expressão da pluralidade e segmentação do movimento feminista no Brasil é a sua organização em duas vertentes:

A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980. A outra vertente preocupava-se, sobretudo, com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência (p. 41).

Na virada do milênio, o feminismo ganhou contornos distintos, que vão desde organizações não-governamentais que alcançaram elevados graus de especialização e profissionalização até o chamado “feminismo difuso” (Pinto, 2003, p. 92), significado como práticas discursivas que transitam em diferentes arenas e legitimam a política de equidade de gênero. O feminismo difuso não conta com militantes, organizações e demandas específicas, mas é percebido, por exemplo, pelo crescente espaço que políticas de direitos de mulheres tem ganhado nas campanhas de candidatas(os) a cargos eletivos do legislativo e do executivo. Isso não necessariamente expressa um comprometimento

dos(as) candidatos(as) com as pautas do movimento, mas sinaliza a existência de um feminismo difuso na sociedade, de acordo com a historiadora Celi Pinto (2003).

O feminismo pode ser caracterizado como um movimento múltiplo e fragmentado, que congrega grupos com diferentes formas de organização e atuação sociopolítica, não encontrando abordagem teórica que consiga abarcar sua complexidade. Para Judith Butler (1990/2008), os esforços dos feminismos – no plural, denotando sua diversidade e suas circunscrições contextuais – em encontrar uma identidade comum, como “mulher” ou “feminino”, como base para uma política, tornam-se uma restrição para discursos sobre políticas feministas.

A pluralidade de ações sociopolíticas e formas de organização coletiva não são exclusividade do movimento feminista. No exercício de descrever e compreender as atuais grupalidades aglutinadas em torno de causas de cunho social, além da expressão “novos movimentos sociais”, proposta por Gohn (1997/2007), encontramos o termo “novíssimos movimentos sociais”, sugerida pela socióloga Adriana Saraiva (2007), com o intuito de destacar a flexibilidade e informalidade de algumas ações afirmativas empreendidas por grupos na contemporaneidade.

Diante das inúmeras variações nas ações coletivas de cunho sociopolítico, consideramos limitada a diferenciação estabelecida entre “movimentos sociais tradicionais” e “novos movimentos sociais”, embora a sistematização de diferentes formas de expressão dos movimentos sociais realizada por Gohn (1997/2007) auxilie-nos sobremaneira na compreensão do complexo cenário atual. Consideramos que a reafirmação da dicotomia entre o “tradicional” e o “novo” desconsidere a complexidade e heterogeneidade do fenômeno e busque categorizar os chamados “novos movimentos sociais” nas conhecidas estratégias de ação coletiva, reduzindo seu potencial criativo e dissidente. No presente trabalho, optamos por utilizar a denominação coletivos autônomos para identificar os grupos participantes. Tal escolha justifica-se pela forma como os próprios grupos se autodenominam, numa referência aos grupos do Levante Zapatista de 1994³ (Spinelli, 2009; Hilsenbeck Filho & Cabral, s/d), e a seu caráter

³ O movimento zapatista dos anos 90 ganhou notoriedade e projeção internacional em 1994, em uma tomada armada de várias cidades do estado de Chiapas, no sul do México, na data em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte. É um movimento que vivenciou, nos últimos anos, a transição de um discurso de revolução militar e tomada do poder do Estado, de base esquerdista, para um

apartidário, descentralizado, com ações apoiadas na micropolítica e na problematização das formas convencionais de participação da democracia representativa (Camilo & Lopes de Oliveira, 2009).

No contexto do Distrito Federal, é possível encontrar diversos coletivos autônomos juvenis organizados em torno de questões como: opressões de gênero e sexualidade; ocupação do espaço urbano e organização sociopolítica; divulgação da informação, com propostas alternativas à mídia corporativa; libertação animal; e democratização do transporte urbano. Esses movimentos apresentam especificidades e estruturas de organização próprias, além de um caráter eminentemente político, configurando-se como tentativas de diferenciação e oposição à prática política partidária convencional e ao processo de globalização (Saraiva, 2007; Camilo, 2008; Camilo & Lopes de Oliveira, 2009).

Micropolítica, descentralização e desterritorialização de lutas e processos subjetivos

Diante da complexidade das atuais formas de ação sociopolítica, Félix Guattari (2004) surge com contribuições interessantes, desenvolvendo o conceito de “revolução molecular”, caracterizada como ações de pequenos grupos e/ou indivíduos que promovem mudanças significativas na realidade social por meio da micropolítica. O livro

discurso de articulação de segmentos da sociedade civil na construção de um programa de lutas “anti-capitalistas”, “de baixo”, compreendido como uma criação construída pela nova força política e civil de uma sociedade plural. Caracteriza-se pela diluição da vanguarda guerrilheira em meio à população indígena camponesa, com foco na organização político-social da vida cotidiana nas comunidades e formas híbrida de articulação, abrangendo um conglomerado de comunidades indígenas, coletivos e grupos do sul do México. Tem a sociedade civil como sua principal interlocutora, e não o Estado; em seus comunicados, faz referência à sociedade civil, buscando alcançar aqueles(as) que escapariam às divisões de classes estabelecidas pelos movimentos de esquerda de base marxista, que insistiram em usar a condição de trabalhador(a) como estratégia de agregação da população, estratégia essa que, hoje, não mais se sustenta, considerando a precarização e flexibilização do trabalho e todas as mudanças nos processos de subjetivação da contemporaneidade. O movimento zapatista tem influenciado movimentos de cunho emancipatório em vários lugares do mundo, especialmente na América Latina. Diferente dos movimentos de esquerda tradicionais, destaca os aspectos étnicos culturais, reunindo em redes grupos diversos como indígenas, feministas e ambientalistas. Embora criticado por sua suposta falta de definição, há autores que indicam a heterogeneidade e a flexibilidade do movimento como um dos principais elementos de sua articulação em redes, impactando a crise da hegemonia do capitalismo (Spinelli, 2009; Hilsenbeck Filho & Cabral, s/d). Um número significativo de coletivos autônomos do DF faz menções explícitas ao movimento zapatista, como referência histórica para construir suas ações “anti-capitalistas e descentralizadas” (Camilo, 2008).

“Plan sobre el planeta. Capitalismo mundial integrado⁴ y revoluciones moleculares”, composto por diversos textos de Guattari publicados entre 1979 e 1992, está associado a seu trabalho com o coletivo do CINEL (Centre d’initiatives pour des nouveaux espaces de liberté) e aos desafios de “minorias subversivas”, com edição espanhola de livre cópia, distribuição e divulgação [tradução nossa, p.15].

Guattari (2004) enfatiza a cultura e a busca por processos de singularidade, deslocando a análise dos macroeventos políticos para as práticas cotidianas, onde o político se inscreve. Para Guattari, que focou sua análise em movimentos sociais afinados com os referenciais da contracultura, há grupos que não pretendem acumular poder ou estabelecer o consenso, mas propor, de forma contínua, outras maneiras de desenvolver e conceber as relações sociais, o trabalho, o cotidiano. Suas ações estariam pautadas na solidariedade, na defesa e afirmação dos direitos humanos, na multiplicidade dos desejos e na autonomia. São iniciativas interventivas, analíticas e dissidentes, inclusive com relação a partidos e sindicatos. No Brasil, esses grupos tendem a proliferar com maior força entre estudantes, jovens e lideranças intelectualizadas, embora existam exemplos de sua expressão em comunidades populares (Camilo, 2008). Para Guattari (2004), o reconhecimento da autonomia de indivíduos e grupos não implica em isolamento, mas sim abre espaço para a emergência do novo nas interações sociais e para a articulação de redes. Pondera ainda que embora alguns grupos sofram o processo de atração pelo Estado, o exercício contínuo de não se diluir nas questões burocráticas e manter-se dentro de seus propósitos, que vão além das fronteiras e demandas institucionais, é o que permite ao grupo constituir-se como movimento social, não obstante suas parcerias com o poder estatal.

Indicando que não há tema mais negligenciado do que as margens, os grupos, ações e significados marginais, o autor aponta que no outro extremo da consolidação e estabilização do capitalismo mundial integrado está a proliferação de minorias e autonomias, resultando em uma explosão de singularidades de desejos individuais e

⁴ “Capitalismo mundial integrado é o nome que, já nos anos 60, Guattari propõe como alternativa à ‘globalização’, termo segundo ele por demais genérico e que vela o sentido fundamentalmente econômico, e mais precisamente capitalista e neoliberal do fenômeno da mundialização que então se instalava. (...) O capitalismo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique de fora de seu controle” (Guattari & Rolnik, 1986/2008, p. 411).

coletivos e o surgimento de novas segmentações e ações sociopolíticas que problematizam as formas de poder típicas da organização Estado nação. A revolução possível neste panorama envolve a problematização da causalidade linear, do sentido único da história, e desenvolve-se por meio da multiplicidade de caminhos e destinos, “semiotizados por articulações sociais de qualquer classe ou condição, incluindo as margens” (Guattari, 2004, tradução nossa, p.43).

No livro “Micropolítica: Cartografias do desejo”, desenvolvido em parceria com a psicóloga Suely Rolnik (Guattari & Rolnik, 1986/2008), o autor sugere que as relações de produção econômica não se contrapõem às relações de produção subjetiva, visto que qualquer produção é, ao mesmo tempo, material e semiótica. Para o capitalismo mundial integrado, a produção de subjetividades adquiriu caráter central para a sustentação do sistema, na medida em que se constitui como a matéria prima de qualquer produção.

A questão da micropolítica – ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de “molar”) se cruza com aquele que chamei de “molecular”. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar de lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares (Guattari & Rolnik, 1986/2008, p. 149, grifos dos autores).

Em uma problematização da noção moderna de indivíduo, a subjetividade é considerada em sua dimensão relacional, social e circunscrita a contextos específicos, vivenciada por indivíduos em suas existências particulares. Os processos de subjetivação implicam no jogo contínuo e dinâmico de estratégias de adesão e de resistência às macronarrativas (Guattari & Rolnik, 1986/2008).

O autor esboça uma série de questionamentos sobre as possibilidades dos coletivos, através das revoluções moleculares, superarem suas segmentações, que limitam suas ações a problemas locais. O acirramento das segmentações aprisiona os grupos em uma lógica de segregação e hierarquização muito próxima à do capitalismo mundial

integrado, assemelhando-se aos dispositivos de poder aos quais se opõem e reforçando os antagonismos sociais. O autor reafirma veementemente que as formas de luta e organização serão descentralizadas, dado que a desterritorialização é um processo irreversível. Para Guattari e Rolnik (1986/2008), os grupos, movimentos e indivíduos “que ousam criar territórios singulares” têm o potencial de estimular e construir subjetividades dissidentes das subjetividades serializadas do sistema capitalístico (p.16).

O processo de desterritorialização e a descentralização das formas de luta e organização social geram impactos nos processos de subjetivação. Para Rolnik (1989), em seu livro “Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo”, as desterritorializações estão integradas a processos sociais como a globalização, que estimula o livre trânsito de bens e pessoas de acordo com o fluxo de investimentos das grandes corporações internacionais. Mediadas por diversos dispositivos do sistema capitalístico, dentre eles a cultura de massa, as desterritorializações promovem o reposicionamento de identidades e significados culturais, produzindo intensos efeitos nas relações íntimas, nos afetos, nas subjetividades. Adotando a metáfora da cartografia, Rolnik afirma:

Perplexo, ele [o cartógrafo] se dá conta de que toda a força ativa do desejo que sentia no ar é, predominantemente, convertida em força reativa contra sua própria expansão. O que acaba de perceber, na verdade, é que a desterritorialização exacerbada em nada garante que na composição dos territórios se tenha a intenção de fazer passar as intensidades. Ao contrário, a intenção que predomina é a de se fazer reconhecer no sistema de hierarquização de sentidos e valores e, com isso, realimentá-lo (p. 99).

A produção de subjetividades não é apenas um reflexo das superestruturas do sistema, mas também a matéria-prima de evolução das forças produtivas. Rolnik defende a desterritorialização como promotora de crise e com o poder de, paradoxalmente, fascinar e surpreender as pessoas, descentrando identidades – libertando da rigidez e racionalidade da identidade moderna – ao mesmo tempo em que estimulam o investimento dos afetos desterritorializados na construção ou reconstrução de territórios semióticos. Para a autora, esse investimento pode ser legitimado como busca de construção de identidades, de senso de si em meio aos múltiplos territórios possíveis. E é

especialmente na relação com o outro que o investimento de afetos leva aos encontros e tensões nas fronteiras semióticas dos territórios:

o “outro” pode desertar de seu papel a qualquer momento, virar a casaca, literalmente. É que seu corpo, como qualquer outro, não pára de conectar-se a novos agenciamentos, o que faz com que ele mergulhe numa nova lista de afetos e sentidos; e dependendo do grau desse mergulho, ele pode virar ainda “outro”, um completo desconhecido. Quando isso acontece – e acontece muito – o território que se estava constituindo desaba de repente (p. 105).

Partindo da possibilidade de compreender os coletivos autônomos como contextos de desenvolvimento que disponibilizam não apenas novas formas de conceber e vivenciar a ação sociopolítica, como também disponibilizam discursos socialmente reconhecidos como não hegemônicos, dissidentes e singulares, esses grupos e movimentos autônomos configuram-se como espaços privilegiados para estudos sobre as relações entre estabilidade e mudança nos processos dialógicos de reorganização psíquica. Estabelecemos uma relação de interação, conexão e complementaridade entre as questões estruturais da organização social – ou molares, como caracteriza Guattari (2004) – e as questões da singularidade e das práticas cotidianas de indivíduos e grupos, imersos em contextos concretos, historicamente e socialmente circunscritos. Associando a análise de narrativas autobiográficas de mulheres jovens à análise das especificidades e redes de articulação de grupos que atuam no combate a opressões de gênero e sexualidades, pretendemos atender aos objetivos do presente estudo, apresentados a seguir.

CAPÍTULO 3 - DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

O presente estudo tem os seguintes objetivos:

- identificar como jovens, no contexto de coletivos autônomos feministas, constroem significações acerca de si, do mundo e de suas ações sociopolíticas por meio de narrativas;
- interpretar as narrativas autobiográficas de jovens que integram estes coletivos, com foco analítico em eventos significados como marcadores de trajetória e em processos dialógicos de reorganização e autoregulação psíquica frente à novidade;
- identificar as especificidades das articulações em redes e das ações sociopolíticas empreendidas por essas(es) jovens e seus grupos.

Dentre os objetivos secundários estão: (1) refletir sobre o desenvolvimento humano sob a perspectiva do *self* dialógico; e (2) discutir as bases epistemológicas das metodologias qualitativas.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

Fundamentação epistemológica

As ciências humanas construíram suas bases a partir do modelo das ciências naturais e da tentativa de liberar-se da tutela da filosofia (Japiassu, 2002; González Rey, 2005; Figueiredo, 2008; Castañon, 2007). Na busca por metodologias de pesquisa que tivessem sua cientificidade reconhecida no meio acadêmico, a complexidade dos processos humanos foi submetida às mesmas premissas de dominação da natureza, ao rigor e à precisão próprios da linguagem matemática. A busca por critérios de cientificidade em psicologia levou a uma limitada reflexão epistemológica e, durante anos, pressupostos da filosofia foram apropriados sem uma crítica mais aprofundada. Tampouco houve um sólido compromisso de construção de bases epistemológicas próprias, que refletissem as especificidades dos momentos concretos de pesquisa em psicologia (Japiassu, 2002; González Rey, 2005). Ao verificarmos o volume de estudos que ainda reduzem a(s) adolescência(s) e a(s) juventude(s) a um processo biológico de maturação, percebermos que o modelo mecanicista permanece até hoje como referencial de cientificidade (Figueiredo, 2008; Lopes de Oliveira, 2006).

Em seu livro “Pesquisa qualitativa e subjetividade”, González Rey (2005) faz críticas ao positivismo atóxico e ao instrumentalismo, defendendo a pesquisa qualitativa como forma de romper com as limitações presentes no modo tradicional de fazer ciência. A forma como o positivismo foi utilizado para fundamentar o estudo dos fenômenos psicológicos negligenciou um problema epistemológico central: qual o modelo de ciência apropriado para a psicologia? Para o autor, problematizar a metodologia qualitativa implica em um debate teórico-epistemológico. Defende, em sua obra, que seu compromisso é discutir uma fundamentação epistemológica consistente para as ciências antropológicas. Denomina sua abordagem de Epistemologia Qualitativa, conectando discussões epistemológicas a questões específicas da metodologia qualitativa como via privilegiada de construção do conhecimento.

Para González Rey (2005), a invenção e disseminação maciça do dogma de cientificidade pelo positivismo, estabelecendo a confiabilidade e a validade dos dados por

meio de instrumentos, provocaram deformações no uso da teoria e desvirtuaram o propósito da ciência. O instrumentalismo tende a desconsiderar as pessoas e o contexto social a partir dos quais a pesquisa é conduzida, arriscando ignorar os processos subjetivos e sociais relacionados à produção de conhecimento, com impactos nos espaços de aplicação destes saberes, como instituições de saúde, escolas, empresas, políticas públicas e os mais diversos âmbitos políticos e sociais.

A Epistemologia Qualitativa, que fundamenta a orientação metodológica deste trabalho, defende **o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, compreendido como produção e não como apropriação linear de uma realidade**⁵ (González Rey, 2005). O conhecimento passa a ser legitimado por sua continuidade e sua capacidade de gerar novas zonas de inteligibilidade acerca do que é estudado e de articular essas zonas em modelos cada vez mais úteis para a produção de novos e mais aprofundados conhecimentos (González Rey, 2003, 2005). Com base no conceito de complexidade, integra-se ao contexto da pesquisa a tensão contínua entre organização e processo, entre continuidade e ruptura. A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados, sendo impossível conceber um acesso ilimitado e direto ao sistema do real. Tal acesso é sempre parcial e mediado por nossas próprias práticas. O objetivo da pesquisa torna-se a conversão da produção dos sujeitos, o complexo tecido informacional que estes produzem por diferentes caminhos, em material privilegiado para construção do conhecimento. Ao apresentar este atributo da Epistemologia Qualitativa, González Rey retoma a crítica à chamada epistemologia da resposta, cuja concepção instrumental procura na resposta do sujeito a unidade para construção do conhecimento. O autor estabelece **a legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico**. O singular é compreendido como ponto de partida do processo de construção de teorias por parte do(a) pesquisador(a), pautado em uma noção processual do conhecimento, “que não se reduz a teorias que constituem fontes de saber preexistentes em relação ao processo de pesquisa” (González Rey, 2005, p.5).

Para o autor, os instrumentos de pesquisa são meios de produção de informação, e não de resultados, através dos quais se estimula expressões simbólicas diferenciadas das

⁵ Excepcionalmente, na fundamentação epistemológica, usaremos negrito para destacar frases que conceituem aspectos metodológicos centrais para o presente trabalho.

pessoas. Podem ser individuais ou grupais e caracterizados como questionários, entrevistas, conflitos de diálogo, filmes, dramatizações, completamento de frases, debates, produção e/ou uso de fotografias, textos, desenhos, dentre outros, desde que compreendidos sempre como parte do processo de comunicação.

O ato de compreender a pesquisa, nas ciências antropológicas, é considerado um processo de comunicação, um processo dialógico. Para o autor, a dimensão discursiva da comunicação é fundamental, mas não elimina outras dimensões que constituem a subjetividade. É por meio da comunicação que participantes de pesquisa implicam-se no processo, expressam seus interesses e contradições, manifestando-se de forma ativa, crítica e criativa. Essa compreensão do processo de construção do conhecimento influencia toda a metodologia, dos instrumentos a postura e objetivos do(a) pesquisador(a), que se inclui na construção de informações da pesquisa, tornando-se também participante dela.

A construção do conhecimento é configurada como um processo reflexivo indissociável do(a) pesquisador(a) como sujeito, convertido(a) em “um núcleo gerador de pensamento” (González Rey, 2005, p.34). Todos os elementos da constituição subjetiva do(a) pesquisador(a) estão implicados em sua produção: crenças, desejos, valores, afetos, história, idéias. A partir das necessidades e tensões geradas no espaço social da pesquisa, os “sistemas conversacionais” são constituídos, descentrando o(a) pesquisador(a) do lugar daquele que faz as perguntas, tornando o “tecido de informação” uma co-construção da qual todos(as) são responsáveis, com o envolvimento autêntico dos(as) participantes (p. 45). A veracidade das informações é, então, dada predominantemente pelo clima no qual são construídas, adquirindo similar importância à dada aos procedimentos operacionais.

A metodologia de entrevistas narrativas autobiográficas adotada neste trabalho (Chaitin, 2004; Jovchelovitch & Bauer, 2000), vai ao encontro da proposta de González Rey, que consiste em apresentar estratégias indutoras de conversação. **O sujeito adquire autonomia para situar o lugar de onde falará ao(à) pesquisador(a), pressupondo uma narrativa de caráter mais narrativo que argumentativo. Os trechos da conversação são de natureza inacabada e contraditória, assim como a expressão cotidiana do sujeito.** A articulação e interpretação do tecido de informação, por parte

do(a) pesquisador(a), promoverão o surgimento de novas zonas de sentido sobre o tema estudado.

Os estudos qualitativos que inspiram o presente trabalho (Yokoy de Souza, Branco & Lopes de Oliveira, 2008; Branco & Rocha, 1998; Branco & Valsiner, 1997, 1999; Valsiner, 1998, 2001) caracterizam-se pelo **foco nas perspectivas dos(as) participantes e nas maneiras como atribuem significados às suas experiências. A pesquisa é compreendida como processo, mais do que como produto, com ênfase às particularidades e especificidades dos contextos concretos de interação, incluindo o(a) pesquisador(a) como elemento fundamental desta construção.** As metodologias qualitativas demandam tempo, energia, grande envolvimento e compromisso ético do(a) pesquisador(a) (Creswell, 1998). Dentre outros desafios dos estudos qualitativos nas ciências humanas estão a diversidade de procedimentos de pesquisa e a complexidade dos processos de construção de informações, com demandas de redução de um grande volume de narrativas e imagens a um conjunto coerente de zonas de sentido (Denzin & Lincoln, 2006). Nos estudos qualitativos pretende-se ampliar a consciência sobre experiências ou pontos de vista que foram esquecidos ou negligenciados por estudiosos(as) da área, por meio de práticas interpretativas, em geral desenvolvidas de forma interligada. Além disso, pode-se suprir lacunas de estudos já existentes, estabelecer uma nova linha de pensamento ou acessar um grupo não estudado (Creswell, 1998).

Para atender aos objetivos do presente estudo, a integração de análise de documentos, observações etnográficas e entrevistas autobiográficas constituiu um campo semiótico favorável a interpretações relevantes sobre como as jovens constroem significações acerca de si, do mundo e de suas ações sociopolíticas por meio de narrativas. Pretende-se, através da triangulação das estratégias de construção de informação, construir uma metodologia que aborde de maneira adequada a complexidade de processos subjetivos de jovens no contexto dos coletivos autônomos. Compreendemos a construção do conhecimento como uma atividade interpretativa, relacional, dialógica e inserida politicamente em um contexto sociocultural (Yokoy de Souza, 2007; Araújo, 2008).

As informações analisadas no presente estudo provêm de observações etnográficas de ações empreendidas pelos grupos participantes, da análise de documentos e de narrativas co-construídas em entrevistas autobiográficas. Esta seção foi dividida em tópicos, a fim de facilitar a compreensão sobre o desenvolvimento da pesquisa, a saber: procedimentos éticos; antecedentes e planejamento da pesquisa; caracterização de participantes; observações etnográficas; análise de documentos; entrevistas narrativas autobiográficas e, por fim, organização das análises da dimensão macrocontextual e das entrevistas.

Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília, atentando para todas as Diretrizes e Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos estabelecidas pela Resolução 196/96 do Conselho de Saúde do Ministério da Saúde. Procedimentos éticos, como apresentação da pesquisa, garantia de sigilo e assinatura de consentimento livre e termo de compromisso da pesquisadora (Apêndice 1), foram rigorosamente atendidos em todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa empírica.

Antecedentes e planejamento da pesquisa

Em um primeiro momento, ainda na elaboração do projeto de pesquisa, motivada por meu interesse pessoal no tema da participação sociopolítica de jovens, iniciei um levantamento de coletivos autônomos juvenis em atividade, com foco naqueles que desenvolviam suas ações no contexto do Distrito Federal. Este mapeamento prévio foi realizado através de pesquisas na internet e, ocasionalmente, em eventos ou espaços públicos da cidade, onde alguns grupos divulgavam seus panfletos e fanzines. Conversas informais com pessoas do meu círculo de convivência, que se identificavam como integrantes de coletivos autônomos, e participação pontual em atividades empreendidas por agrupamentos organizados em torno de temas como feminismo, corporeidade, meio-ambiente e espiritualidade também colaboraram com este momento da pesquisa. Com o tempo foi se delineando o interesse por coletivos autônomos feministas, compostos predominantemente por jovens.

No início de 2008, um dos grupos participantes, uma associação que desde 2003 desenvolve ações de combate a opressões de gênero e discriminações motivadas por orientação sexual, raça e etnia, foi contemplada com recursos governamentais para projetos específicos. Dentre as diversas atividades realizadas no âmbito desses projetos, destaca-se atendimento psicológico e jurídico a vítimas de violência, mediação de conflitos e grupos terapêuticos, com foco no público LGBTTT⁶. Também constituem ações típicas a realização de seminários, palestras, vivências e grupos de estudos com públicos distintos, como mulheres autoidentificadas como lésbicas e bissexuais, profissionais de saúde, educação e segurança, estudantes, integrantes de movimentos sociais e pessoas da comunidade. Mediante convite das integrantes desse grupo, iniciei uma consultoria em maio de 2008, com duração prevista de 08 meses, para estruturação do serviço de atenção psicológica do projeto.

Anterior a esse convite, eu já havia estabelecido vínculo com algumas integrantes da associação, mas ainda não havia decidido quais seria(m) o(s) grupo(s) convidado(s) a participar do estudo. A decisão de focar a construção de informações nas ações empreendidas por essas mulheres, no âmbito do movimento lésbico feminista, bem como em suas trajetórias de desenvolvimento, foi construída e consolidada ao longo do período de consultoria. Após a escolha do grupo, comuniquei e consultei informalmente suas integrantes sobre sua disponibilidade para participar da pesquisa. Em meados de julho de 2008, ainda na condição de consultora, dois grupos que se identificam como coletivos autônomos feministas retomaram ou iniciaram suas atividades, com ênfase nos eventos de celebração do mês de visibilidade lésbica. A articulação entre os três grupos e a agitação promovida por suas ações - dada a quantidade e as especificidades de suas atividades, a serem discutidas mais adiante, na dimensão macrocontextual de análise - foram fundamentais em nossa decisão de convidar as integrantes destes dois coletivos a também participarem da pesquisa. Além disso, a presença de jovens de diferentes orientações sexuais, bem como a diversidade de formas de organização e articulação intra e intergrupos, tornou a inclusão destes dois grupos especialmente interessante para os objetivos do estudo.

⁶ LGBTTT- Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros.

A construção de informações foi realizada a partir de minha relação com três grupos feministas, compostos apenas ou majoritariamente por mulheres auto-identificadas como lésbicas e bissexuais, que realizam ações afirmativas de combate a opressões de gênero e sexualidade no Distrito Federal. Durante o período de elaboração do projeto de pesquisa, observamos a existência de outros grupos congêneres na região, em sua maioria mistos, contudo nossas escolhas consideraram: (a) o caráter destacado da atuação dos grupos participantes no tema em tela, (b) o apartidarismo e a não filiação dos grupos a instituições públicas ou privadas, e (c) a conveniência.

Foram realizadas observações etnográficas das ações empreendidas pelos 03 grupos participantes, em distintos espaços de ações sociopolíticas, perfazendo um total de 16 meses de observação, de maio de 2008 a agosto de 2009. O período de consultoria, de maio a dezembro de 2008, foi incorporado às observações etnográficas, por permitir minha aproximação com as integrantes dos grupos participantes e a contextualização das condições de construção de informações (Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva & Carvalho, 2004). Atividades desenvolvidas no âmbito específico do meu trabalho como consultora, como acompanhamento psicológico a pessoas que procuraram o projeto, em situação de violação de direitos, não foram objeto de análise.

O período entre janeiro e agosto de 2009, após a finalização da consultoria, culminou na intensificação de minha participação nas atividades dos três grupos. Os registros deste período foram objeto privilegiado de análise, extrapolando as funções típicas de inserção cultural das observações etnográficas. As detalhadas notas do diário de campo elaborado de janeiro a agosto de 2009 subsidiaram, juntamente com os documentos, as análises da dimensão macrocontextual, na qual abordamos as especificidades das ações e formas de organização dos grupos feministas participantes, bem como as tensões, pluralidade e segmentações de movimentos sociais vinculados às temáticas gênero e sexualidades.

A formalização da participação na pesquisa, com assinatura de consentimento livre e termo de compromisso da pesquisadora, foi realizada neste segundo momento das observações etnográficas. Não obstante o encerramento da consultoria e minha apresentação, no início de todas as atividades, como pesquisadora, era recorrente as mulheres referirem-se a mim também como a psicóloga do projeto. Sabemos que estas

estratégias não eram suficientes para descolar o posicionamento “psicóloga do projeto” do posicionamento “pesquisadora”, o que reconhecemos como um aspecto revelador do caráter interacionista da construção de informações, no contexto da pesquisa. Pretendemos aprofundar as discussões sobre a complexidade das relações participantes-pesquisadora em outros trabalhos, como desdobramentos da presente dissertação.

Participantes

São considerados participantes do estudo: (a) jovens com histórico de participação em ações afirmativas coletivas de combate a discriminações motivadas por identidade sexual e de gênero, integrantes dos grupos participantes⁷ e que se identificam como lésbicas e bissexuais, perfazendo cerca de 60 jovens; (b) participantes de eventos promovidos por essas jovens e seus grupos; (c) a pesquisadora; (d) uma auxiliar de pesquisa.

Eu, Adriana, sou pesquisadora do presente estudo, psicóloga, brasileira, 28 anos, solteira, sem filhos, com histórico de experiências afetivas com homens e mulheres, negra, pertencente à classe média de Brasília, mestranda da Universidade de Brasília e especialista em psicologia clínica na abordagem gestáltica. Minha trajetória profissional inclui experiências prévias com agrupamentos juvenis, com ênfase em ações sociopolíticas e participação cidadã de jovens, bem como intervenções terapêuticas com adolescentes em sofrimento psíquico grave e suas famílias. Como psicóloga no contexto jurídico, atuei com crianças e adolescentes encaminhados para instituições de acolhimento, como medida protetiva, e com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

⁷ Para garantir a confidencialidade dos nomes de suas integrantes, os grupos participantes serão chamados de Obá, Iansã e Ewá, três orixás afrobrasileiras. Obá é a protetora das sociedades secretas de mulheres africanas e dos movimentos feministas, do poder feminino e de seus direitos, além de ser a solucionadora de causas impossíveis. Iansã é a rainha dos ventos, tempestades e raios, defende o que é seu na luta e no amor e tem a voz possante como o trovão. Conhecedora dos mistérios da morte e senhora das mudanças. Ewá é a senhora das possibilidades e dos mistérios, guerreira e protetora das amazonas. Hesitamos em substituir os nomes reais dos grupos por nomes fictícios em virtude da importância do registro histórico de suas atuações e de retratá-los como coletividades reais (Bonetti, 2009). Contudo, o acordo estabelecido na apresentação da pesquisa, bem como no consentimento livre e termo de compromisso da pesquisadora, garantiam o sigilo da identidade das participantes, de modo que a divulgação do nome dos grupos poderia violar este princípio ético. Embora conscientes que a metodologia adotada seja altamente reveladora de elementos que facilitem a identificação dos grupos, optamos por manter este compromisso ético como meta.

A inclusão da pesquisadora, da auxiliar de pesquisa e de jovens que participaram de eventos promovidos pelos grupos reforça o caráter relacional das narrativas construídas no contexto interacional da pesquisa, postura adotada também pelas pesquisadoras Silva (2003); Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva e Carvalho (2004) e Yokoy de Souza (2007), em seus estudos qualitativos em desenvolvimento humano.

Procedimentos de construção e análise de informações

Observações etnográficas

“Se não somos apenas uma única pessoa, mas, sim, uma multidão de possibilidades (...) na função de etnógrafas, poderíamos estar prestes a utilizar esses múltiplos eus na criação de múltiplos textos”

Yvona Lincoln

A pesquisa etnográfica consiste na descrição e interpretação de um grupo social ou cultural, envolvendo períodos prolongados de observação, em geral participante, nos quais a(o) pesquisador(a) vivencia uma imersão na vida das(os) participantes, buscando os significados por elas(es) atribuídos a comportamentos, valores, práticas comunicativas e interações, considerando a cultura compartilhada pelo grupo. As formas típicas de construção de informações nos estudos etnográficos são observações participantes, entrevistas e análise de documentos (Creswell, 1998). Na metodologia adotada, as estratégias de pesquisa são consideradas meios de produção de informação, percebidas como parte do processo de comunicação (González Rey, 2005).

Na dimensão de análise macrocontextual, foram realizadas observações etnográficas das interações no contexto da sede de um dos grupos e em distintos espaços de ação sociopolítica, com registro detalhados destas observações em um diário de campo, sempre condicionado à anuência das pessoas presentes, durante ou logo após as interações, de acordo com as especificidades e limitações da situação observada. Atividades como manifestações de rua e festas, por exemplo, implicaram em registros *a posteriori*. O diário de campo é composto por todos os comentários produzidos

livremente pela pesquisadora, incluindo descrições de episódios, idéias, sentimentos, percepções, conexões com outras vivências (Creswell, 1998).

As observações etnográficas não apenas serviram como meio de contextualização e inserção da pesquisadora (Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva & Carvalho, 2004), como também: (a) fundamentaram as análises na dimensão macrocontextual; (b) promoveram alterações significativas no desenho metodológico de momentos posteriores da pesquisa; e (c) subsidiaram a escolha das jovens convidadas a participarem das entrevistas autobiográficas. A problematização das observações, juntamente com a análise de documentos, privilegia as relações entre distintas(os) integrantes da cena sociopolítica – coletivos, associações, governo, universidades, empresas privadas, público em geral – bem como os projetos dos grupos participantes, como coletividades que se propõem a uma organização de forma descentralizada e participativa.

As atividades observadas consistiram em: palestras e oficinas sobre direitos humanos, gênero e sexualidades; saraus e encontros de mulheres lésbicas e bissexuais; reuniões com grupos de trabalho do poder legislativo; grupos de estudo em universidades; a edição de 2009 do principal evento anual do grupo Iansã; seminários; eventos organizados em prol da visibilidade lésbica ao longo do mês de agosto, nas edições de 2008 e 2009, como mostras de vídeos, oficinas e festas, em diferentes regiões administrativas do Distrito Federal, culminando em uma caminhada que conta com significativa adesão de segmentos da população jovem.

Análise de documentos

Compõe também a dimensão macrocontextual da construção de informações, a análise de documentos dos três grupos participantes, tais como: materiais de divulgação, estatuto, fotos, reportagens de jornais, comunicações pessoais de suas integrantes etc., desde a criação até a atualidade e, se possível, de registros anteriores à efetivação dos grupos (Capelletto, 2003). Os documentos selecionados e organizados foram:

- Estatuto, panfletos, fanzines, materiais de divulgação e registros virtuais do sítio da associação Obá, bem como de seu perfil e sua comunidade em uma rede de relacionamentos sociais;

- Fanzines e registros virtuais do sítio do coletivo Iansã;
- Panfletos e registros virtuais do blog, do sítio – atualmente inativo – e da comunidade em uma rede de relacionamentos sociais do coletivo Ewá;
- Dois documentos – em seu formato eletrônico - elaborados por uma convergência de coletivos autônomos do Distrito Federal e disponíveis na internet.

Os panfletos, fanzines, estatuto e materiais de divulgação impressos foram obtidos diretamente com os grupos, durante eventos ou através do contato com suas integrantes. Os registros virtuais foram selecionados através de pesquisas na internet. Após diversas releituras dos documentos, optou-se por usar exclusivamente os registros virtuais, considerando a relevância das mídias digitais para a operacionalização das ações e circulação de idéias entre esses coletivos e a sociedade (Gohn, 1997/2007). A internet também ocupou um papel relevante no estreitamento da minha relação com os grupos participantes: até meu acesso a algumas atividades dos grupos ocorriam através dos respectivos sítios ou de mensagens enviadas para meu correio eletrônico, sendo estas as principais estratégias de divulgação das ações empreendidas pelos grupos. Em seguida, os registros foram selecionados e organizados de acordo com os temas mais recorrentes, quais sejam: (a) constituição histórica, composição e autodefinição do grupo; (b) críticas ao cristianismo, ao capitalismo e à representatividade; (c) questões do corpo: padrões, definições, identidades e aborto; (d) as possibilidades de sexualidade e a visibilidade destas; e (e) gênero, feminismo e crítica à heteronormatividade. A organização e análise dos registros virtuais foram realizadas com a colaboração de uma auxiliar de pesquisa. Fotos e vídeos não foram objeto de análise por questões éticas e por demandarem estratégias analíticas diferenciadas, que escapariam aos objetivos do presente trabalho.

A análise de documentos, integrada à dimensão macrocontextual de construção de informações, além de permitir aproximação do contexto de pesquisa, subsidiou a análise descritiva das ações, objetivos e formas de organização dos grupos participantes, bem como das articulações, relações em redes de apoio, pluralidade, tensões e segmentações dos movimentos sociais.

Entrevistas narrativas autobiográficas

Foram realizadas entrevistas narrativas autobiográficas com duas jovens, que integravam ou eram recém saídas dos grupos participantes, no momento da construção de informações. O uso de entrevistas autobiográficas, no presente trabalho, está fundamentado nos estudos qualitativos de história de vida e em outros enfoques analíticos de base narrativa (Chaitin, 2004; Jovchelovitch & Bauer, 2002; Flick, 2002; Fraser & Godim, 2004; González Rey, 2005), e pressupõe um caráter mais narrativo que argumentativo da expressão da(o) participante. O sujeito adquire autonomia para situar o lugar de onde falará à(ao) pesquisador(a), dando destaque a momentos específicos de sua trajetória de vida de acordo com sua subjetividade, na medida em que escolhe o que deseja falar a um(a) ouvinte particular, manifestando-se de forma crítica e criativa. Os trechos da conversação são de natureza contraditória e inacabada, assim como a expressão cotidiana da(o) participante.

Compreendemos o processo de construção de informação como uma co-construção, eminentemente relacional, que apenas adquire sentido mediante o processo dialógico de engajamento de ambas as partes, com a expressão de necessidades, afetos e demais aspectos da dimensão subjetiva das pessoas. O estabelecimento da confiança e uma conduta não diretiva são fundamentais para o sucesso de uma entrevista narrativa autobiográfica (Capelletto, 2003; Creswell, 1998; Rieman, 2003).

No contexto da metodologia qualitativa e interpretativa adotada, a entrevista é um contexto privilegiado de negociação e produção de intersubjetiva acerca dos temas em debate. Assim, as narrativas não são tomadas apenas como expressão de posições pessoais, mas também como efeitos de processos intersubjetivamente engendrados, nos quais (as)os envolvidas(os) vão apresentando pautas de discussão, argumentando e colaborando para a suscitação e fundamentação de perspectivas que expressam as vozes capitalizadas pelos sujeitos em contexto, nos diferentes momentos da trajetória de vida (Bakhtin, 1997; Hermans, 1996).

As entrevistas de história de vida ou entrevistas autobiográficas, como abordagens qualitativas de pesquisa, são utilizadas por pesquisadoras(es) de diferentes áreas e países. Foram introduzidas pelo sociólogo alemão Schutze, em meados de 1980,

com o objetivo de compreender como as pessoas constroem significações acerca de si, de suas trajetórias e dos fenômenos sociais que vivenciam. De base fenomenológica, a entrevista de história de vida é uma abordagem que considera o modo único e particular de cada indivíduo contar e compreender sua história, demandando da(o) entrevistador(a), uma maneira muito aberta de abordagem, para que a (o) participante se expresse e construa seu discurso a partir de sua perspectiva pessoal, considerando as especificidades do contexto ao qual está inserida(o). Ademais, a entrevista de história de vida apóia-se na idéia de que as pessoas constroem suas narrativas buscando criar uma coerência interna, de acordo com a audiência, selecionando histórias que pretende privilegiar e organizando-as de maneira específica, particular e contextualizada (Chaitin, 2004; Jovchelovitch & Bauer, 2002).

Após apresentar os propósitos da pesquisa, a forma como a entrevista organiza-se, em linhas gerais, rerepresentar o consentimento livre e termo de compromisso da pesquisadora⁸ e pedir permissão para gravar, solicitava que a participante iniciasse seu relato, a partir de uma pergunta aberta (Jovchelovitch & Bauer, 2002). No presente estudo, baseadas no trabalho de Chaitin (2004) e considerando nossos objetivos de identificar como as jovens constroem significações acerca de si, do mundo e de suas ações sociopolíticas por meio de narrativas, a questão formulada foi: *“Por favor, conte-me sua história de vida, incluindo o que quer que você considere relevante”*. Após o início da narrativa, mantinha-me sentada silenciosamente e não interrompia o relato da participante até que houve sinalização de que havia terminado, estimulando-a com escuta atenta. Em seguida, perguntava: *“Haveria ainda alguma coisa que você gostaria de dizer?”* Durante o relato das participantes, tomei notas de pontos a serem aprofundados posteriormente e de mudanças na linguagem corporal. O segundo momento da entrevista, também conhecido como fase de questionamento (Jovchelovitch & Bauer, 2002), permite que a entrevistadora, a partir da escuta atenta da primeira fase, possa extrair questões que complementem possíveis lacunas da história, gerando material adicional para a análise. As perguntas do segundo momento, em geral, seguem o seguinte formato: *“Você comentou/falou que começou a escrever oficialmente ao entrar na escola pública, você poderia contar alguma história sobre seu processo de escrever?”* Por fim, na fase

⁸ As participantes recebiam uma cópia do consentimento livre e termo de compromisso da pesquisadora.

conclusiva, de caráter informal, é possível fazer questões de cunho mais argumentativo (Jovchelovitch & Bauer, 2002). Um exemplo de pergunta realizada neste momento da entrevista é: “*Como você se sentiu falando da sua vida para mim?*” Um dos propósitos das fases conclusiva e de questionamento, é agregar, às narrativas autobiográficas das participantes, relatos mais aprofundados sobre experiências no contexto específico das ações sociopolíticas e dos coletivos autônomos. A entrevista é encerrada com a disponibilidade para perguntas das participantes e com agradecimentos.

Foi construído um roteiro de entrevista, disponível no final do trabalho (Apêndice 2) e baseado em Chaitin (2004), Jovchelovitch e Bauer (2002) e Yokoy de Souza (2007), com as orientações relativas a cada fase da entrevista e com possíveis perguntas a serem realizadas na fase conclusiva. Além disso, foi também elaborado um protocolo de identificação da entrevista e de memórias da fala conclusiva (Apêndice 3), inspirado em Flick (2002) e preenchido logo após a entrevista.

As entrevistas foram transcritas na íntegra, uma parte pela pesquisadora, outra por auxiliar de pesquisa, com inclusão de características paralinguísticas, pausas, gestos, risos, tom de voz de participantes e da pesquisadora. Ambas as entrevistas foram minuciosamente revisadas e corrigidas, seguidas de leituras e releituras das transcrições. Este procedimento auxiliou nos primeiros esboços do desenho metodológico das análises (Rieman, 1993). Dentre as estratégias para garantir sigilo e privacidade das(os) participantes, foram suprimidos ou substituídos nomes e alguns dados demográficos além da localização da sede de grupos e outros detalhes que possam facilitar sua identificação. Após a realização da entrevista, as participantes foram consultadas sobre possíveis informações ou trechos que elas gostariam de suprimir e que, conseqüentemente, não seriam citados ou utilizados na construção das informações, com rigoroso respeito a essas negociações. Contudo, as participantes não desejaram suprimir nenhum trecho de seus relatos.

Toda participação na pesquisa foi condicionada à apresentação, leitura e assinatura do consentimento livre e termo de compromisso da pesquisadora, buscando reforçar a autonomia das (os) participantes de decidir como colaborar com a pesquisa – e se necessário, deixar de fazê-lo – em qualquer etapa do estudo (Creswell, 1998). Os

materiais utilizados ao longo da pesquisa consistem em gravador digital, computador, bloco de notas, papel e canetas.

Organização das análises da dimensão macrocontextual e das entrevistas

As estratégias de construção das informações buscam abordar a complexidade dos processos identitários de jovens no contexto dos coletivos autônomos e movimentos sociais feministas, considerando a tensão entre a perspectiva êmica, composta das visões de integrantes do grupo pesquisado, e a perspectiva ética, que integra as interpretações da pesquisadora (Creswell, 1998). Por meio das escolhas teórico-metodológicas, pretende-se identificar os processos intersubjetivos de negociação e construção de significações acerca de si e da realidade social protagonizados pelas(os) participantes.

Na dimensão macrocontextual, enfatizamos a cultura e a busca por processos de singularidade, deslocando a análise dos macroeventos políticos para as práticas cotidianas (Guattari, 2004), subsidiando as análises a partir de registros virtuais dos grupos e das notas das observações etnográficas. Organizamos a dimensão macrocontextual de análises em dois momentos:

(1) no primeiro, realizaremos uma análise descritiva dos três grupos participantes, privilegiando aspectos como composição, histórico e autodefinição;

(2) no segundo momento, estruturado em duas seções, apresentaremos especificidades de articulações dos grupos em redes de apoio e colaboração, bem como analisaremos as tensões e movimentações nos campos semióticos, considerando as relações de Obá, Iansã e Ewá com outras coletividades. A partir do relato de um evento, ocorrido em 2009, discutiremos o posicionamento dos grupos participantes nas redes de apoio político, considerando não apenas interlocutoras(es) recorrentes no estabelecimento de parcerias, mas especialmente aquelas coletividades que não são privilegiadas(os) no diálogo (Anjos, 2002; Machado & Prado, 2005).

Na dimensão macrocontextual de análise, os grupos e todas as pessoas que integravam as atividades são consideradas participantes. No segundo momento, os grupos assumem o papel de pano de fundo e as duas participantes das entrevistas tornam-se figuras (Sifuentes, 2007). A análise das entrevistas está organizada da seguinte forma:

(a) no primeiro momento, denominado “descrevendo as entrevistas”, narraremos o contexto geral de contatos estabelecidos com Alecrim e Artemísia, assim como contexto de realização, temas e duração das entrevistas.

(b) no segundo momento, as análises das entrevistas estão organizadas em três subseções. Iniciaremos apresentando significações sobre participação em movimentos sociais, destacando aspectos comuns às trajetórias das duas participantes. Em seguida, desenvolveremos a análise da estrutura narrativa de cada entrevista e, por fim, na terceira subseção, realizaremos a análise de posicionamentos identitários, incluindo negociações eu-outro no contexto da entrevista e análise microgenética de momentos de cada entrevista, com foco em significações sobre eventos marcadores de trajetória e potenciais processos dialógicos de reorganização e autoregulação psíquica diante da novidade.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiro momento: Dimensão Macrocontextual

Na análise de processos sociais complexos e diversificados, como a emergência dos coletivos autônomos no cenário sociopolítico atual, é necessário enfatizar a cultura e a busca por processos de singularidade, deslocando o foco analítico dos macroeventos políticos para as práticas cotidianas (Guattari, 2004; Guattari & Rolnik, 1986/2008). A partir da análise de registros virtuais e de notas do diário de campo sobre alguns eventos, selecionados dentre diversas atividades ocorridas ao longo do período de observações etnográficas, desenvolvemos a análise de especificidades das formas de organização e das ações empreendidas pelos três grupos participantes.

Organizamos a dimensão macrocontextual de análises em dois momentos:

(1) no primeiro, realizamos uma análise descritiva dos três grupos participantes, privilegiando aspectos como composição, histórico, autodefinição e caracterização das ações empreendidas;

(2) no segundo momento, estruturado em duas seções, apresentamos as especificidades de articulações dos grupos em redes de apoio e colaboração, bem como analisamos as tensões e movimentações nos campos semióticos, considerando as relações de Obá, Iansã e Ewá com outras coletividades. A partir do relato de um evento, ocorrido em 2009, discutimos o posicionamento dos grupos participantes nas redes de apoio político, considerando não apenas interlocutoras(es) recorrentes no estabelecimento de parcerias, mas especialmente àquelas coletividades que não são privilegiadas(os) no diálogo (Anjos, 2002; Machado & Prado, 2005). Selecionamos este trecho pela diversidade de trajetórias políticas das mulheres presentes e pelo potencial de suas narrativas em expressar os desafios e contradições do atual cenário sociopolítico.

1- Descrevendo os grupos: Composição, Histórico, AutoDefinição e Ações Empreendidas:

1.1- Obá:

Obá, o mais antigo dos três grupos, é composto por mulheres que se identificam como lésbicas. Existe como coletivo autônomo desde 2003, tendo assumido, em 2005, personalidade jurídica de associação, uma das modalidades de constituição de organizações não-governamentais “*sem fins lucrativos*” tal como definido pelo novo Código Civil. Identifica-se como sendo um grupo feminista de “*estrutura colegiada, não hierarquizada e descentralizada*”, organizado na forma de diretorias temáticas, como cultura, juventude, comunicação, raça/etnias, saúde da mulher, dentre outras. A associação já realizou parcerias com o poder público, assumindo tarefas de cunho público não-estatal. Possui uma sede constituída, onde recebe e encaminha denúncias de violação de direitos motivadas por identidade sexual e de gênero às instituições competentes. Obá também promove eventos de periodicidade mínima mensal, como encontros de mulheres lésbicas e bissexuais, palestras e oficinas para públicos diversos, em geral sobre direitos humanos, gênero e sexualidades.

Obá é o único grupo que possui um sítio eletrônico com domínio próprio, no qual divulga suas ações e eventos, fazendo uso de linguagem mais formal e concisa, com as informações sistematizadas em tópicos. Este sítio é utilizado para divulgar a associação e suas iniciativas, contendo narrativas estritamente institucionais. A “*defesa e promoção dos direitos humanos com enfoque nas questões de orientação sexual, gênero e raça/etnia*” é apontada no sítio como um de seus objetivos. Descreve sua forma de trabalhar como “*a partir da ótica da visibilidade*” e “*especificamente pela cidadania das mulheres lésbicas e bissexuais*”. Caracteriza-se como uma associação “*fundada no pensamento feminista*” que “*luta pela igualdade de gênero*”.

Em conversas informais, durante as observações etnográficas, as responsáveis pelo desenvolvimento do sítio afirmaram terem estabelecido uma analogia entre seu design e a maneira que o grupo se descreve, como sendo horizontal e descentralizado: a

barra de rolagem que, na maioria dos sítios, movimenta-se na vertical, neste caso, é horizontal.

Na comunidade e no perfil da associação, em uma rede de relacionamentos sociais da internet, diferentemente do sítio eletrônico, a linguagem é mais informal, com espaço para fotos das atividades desenvolvidas e eventuais relatos pessoais de integrantes do grupo, acompanhados de comentários de mulheres que aderiram à comunidade. É necessário aprovação das mediadoras da comunidade – integrantes da Obá - para ter acesso a seu conteúdo e participar das discussões. Nestes espaços virtuais prevalecem divulgações de atividades empreendidas por Obá e a ação mais comentada é o evento organizado em prol da visibilidade lésbica, que ocorre anualmente desde 2005, com atividades distribuídas ao longo do mês de agosto, como mostra de vídeos, sessões solenes junto ao poder legislativo, oficinas, palestras e festas. De acordo com os registros virtuais da associação, o evento tem como objetivo “*visibilizar as lésbicas, suas demandas e direitos*”. Fanzines⁹ e ações cotidianas, tais como encontros e oficinas, também eram objeto de comentários pelas integrantes da comunidade.

Os encontros de mulheres lésbicas e bissexuais realizados por Obá abordam temas diversos, muitos com vinculação à questão da visibilidade, tais como: mídias, representação da mulher e preconceitos; direitos sexuais e reprodutivos; saúde na perspectiva dos direitos humanos; lei Maria da Penha e lesbofobia; racismo; política de redução de danos para álcool e drogas; descriminalização do aborto; visibilidade lésbica após o mês da visibilidade. Em uma edição especial, celebraram o “*dia das namoradas*”. A dinâmica dos encontros costuma seguir um estilo informal, priorizando a conexão entre o público e o privado, a partir das ligações entre relatos de experiências das mulheres presentes e a temática do evento, que se acomodam livremente no local, em geral sentadas em círculo. Os encontros finalizam com um lanche comunitário e música. Além disso, o grupo eventualmente promove saraus para compartilhar “*poesia, música, arte e cultura lésbica*”, exclusivos para mulheres, sem especificar orientação sexual nos convites.

⁹ Os fanzines são estratégias de divulgação de informações usadas pelos 3 grupos, principalmente Iansã e Obá.

O sítio e a comunidade na rede de relacionamentos ocupam funções distintas, com discursos construídos para audiências específicas. O sítio foi desenvolvido para uma audiência imaginada, mais ampla e heterogênea, posicionando a associação no cenário social e nas articulações dos movimentos sociais, que detalharemos mais adiante, além de apresentar suas funções de representação e atendimento ao público. A comunidade e o perfil na rede de relacionamentos, por sua vez, são espaços virtuais que privilegiam o estabelecimento de interações entre suas integrantes, que aderiram espontaneamente à rede e, a princípio, seriam público privilegiado das iniciativas empreendidas por Obá.

1.2- Iansã:

Iansã descreve-se, em seu sítio, como um evento que resultou na constituição de um coletivo autônomo “*de estudos e intervenções feminista*”. Mobilizado pela “*vontade de reunir pessoas e grupos para conversar sobre a crise dos corpos*”, apresenta-se como um grupo “*descentralizado*”, com “*forma precária de organização*” e que pretende “*questionar sistematicamente suas ações*” e implicações. Surge, em “*paródia a um feriado cristão*”, como o “*o primeiro feriado feminista dos planetas*”, para problematizar questões do corpo que envolvem “*sexualidade, feminismo, arte, lugar ocupado pelo corpo, etc.*”, com a proposta de sair do plano teórico e “*invadir a prática cotidiana*”. Privilegia a realização de um evento anual, homônimo ao grupo, que ocorre desde 2005, com diferentes formatos e sediado em distintos locais do Distrito Federal a cada edição. É composto predominantemente por jovens lésbicas e bissexuais e diferencia-se dos demais grupos por contar com a participação de homens. Qualifica-se como um coletivo feminista, sendo o único, dentre os três grupos participantes, que não estabelece critérios de adesão marcados por identidade de gênero ou orientação sexual. No relato da edição de 2007, publicado no sítio, por exemplo, apresenta o evento como uma oportunidade de “*celebramos a pluralidade, o movimento, a crise como veículo motor, a mudança, a desconfiança da norma, a zombaria, os corpos que não se enquadram, a resistência aos padrões de beleza, a sabotagem da heteronormatividade, a singularidade (rumo aos 6 bilhões de sexos, até que a categoria ‘sexo’ não faça mais sentido - implodida de dentro)*”.

Afirma que “*o norte de nossas ações é o espírito faça-você-mesma, de maneira liberta, espontânea e divertida*”. Relata detalhadamente como surgiu e usa uma linguagem informal e fluida. “*O coletivo, carinhosamente [apelido do grupo], costuma ter problemas de definição, inclusive, por desconfiar que definições muito encaixotadas amarram nossas pernas. Mas, como as pessoas perguntam, a gente costuma dizer que somos um coletivo autônomo feminista de atuação cotidiana e metodologia precária*”.

O tema que surge como maior frequência é a gestão, o controle e a crise dos corpos: “*conversar sobre as crises dos corpos (gênero, sexualidades, o lugar que os corpos ocupam no espaço, arte a partir do corpo, transgressões pelo corpo, violações do corpo, alterações de corpo e mente, conflitos entre o modelo repartido mente versus corpo)*”. Diz vir da crise que “*surge do encontro de questões, pessoas e inquietações*”. A crise é tomada como elo de ligação entre teoria e prática e como “*o veículo instaurador da nossa fala, fala (e grito) (e silêncio) que nos leva em busca da reconstrução de outro corpo e outros corpos. nossas crises têm-se feito em forma de teia, de rizoma, de cadeia, de misturas, de rupturas, de anseios, desejos, interferências, lutas, desapontamentos, transformações, reinvenções... de trânsito, e em trânsito. (...) nosso desejo é estabelecer um lugar de produção criativa onde possibilidades outras possam ser pré-figuradas e performatizadas, o que, acreditamos, fortalece e dá novos sentidos a bandeiras anti-sexistas, anti-racistas e anti-capitalistas que nos são tão caras. mas cuidado, porque até esse lugar estabelecido está sujeito à crise!*”

O sítio está organizado de forma temática e conta com uma seção que apresenta de forma cronológica os relatos dos eventos homônimos, de modo que as autodefinições do coletivo aqui reunidas encontram-se diluídas ao longo dos textos. Os registros virtuais de Iansã concentram-se na organização, na divulgação e nos relatos detalhados de seus eventos, além de contarem com seções como dicionário feminista e traduções de textos de temas afins. Os projetos propostos também são descritos como “*de organização precária*”: iniciam a partir de uma proposta individual ou da iniciativa de pequenos grupos, com a mobilização de integrantes do coletivo de acordo com os afetos, desejos e disponibilidade pessoal. O sítio do grupo é uma plataforma colaborativa que permite edição coletiva de textos na internet, com o convite explícito para que as pessoas – inclusive externas ao coletivo - participem com suas contribuições. O acesso à plataforma

de edição dos textos é obtido através da solicitação de senha ao grupo, via correio eletrônico.

Diferente dos outros grupos, que desenvolvem seus relatos na 3ª pessoa do singular, fazendo referência ao nome da associação ou do coletivo, Iansã desenvolve seu relato na 1ª pessoa do plural e, eventualmente, na 1ª pessoa do singular, destacando a existência de outras vozes, além da voz do discurso coletivizado. É um coletivo composto predominantemente por estudantes universitárias(os)¹⁰, voltado para estudo e intervenções feministas, de modo que nos registros virtuais a linguagem, embora informal, é bem estruturada e fundamentada em reflexões contemporâneas da filosofia, das teorias feministas e das ciências sociais.

De acordo com os registros virtuais, após as edições de 2005 e 2006, que priorizaram as discussões sobre a crise dos corpos, com atividades que se assemelhavam a mesas-redondas, o relato da edição de 2007 sinaliza que o coletivo decide, a partir da problematização do formato dos encontros anteriores, ensaiar novas formas de organização e desenvolvimento das atividades, “*mais descentralizadas*”.

No começo do ano seguinte, 2008, o coletivo cessou suas atividades para o público externo, momento em que o sítio ficou em “*hibernação*” e o evento anual foi realizado em formato virtual e na “*modalidade à distância, (...) finito, em particular (de onde alguns feminismos diriam que nunca saímos, porque nem existe algum tipo de separação político/privado)*”. Nesta época, uma das integrantes do coletivo, durante atividade desenvolvida pelo grupo Obá, afirmou [rindo]: “*o grupo Iansã está em crise*”. Após o período de “*hibernação*”, Iansã voltou a realizar um encontro e a participar de eventos de outros grupos ao longo do ano de 2009.

A edição do referido ano, com atividades distribuídas ao longo de quatro dias, integram as ações que constituem o escopo das observações etnográficas. Um dos destaques do evento promovido pelo grupo foi o cuidado dedicado à forma como as atividades foram organizadas, com incorporação à programação – e, em certa medida, politização - dos momentos de refeição, limpeza do espaço e confraternização. Para o grupo, vivenciar uma forma “*não-sexista*” de compartilhar tarefas como lavar a louça, ou priorizar alimentos não-industrializados, orgânicos e de origem vegetal nas refeições,

¹⁰ Informação obtida durante as observações etnográficas.

consistiam dimensões essenciais de transposição de teorias “*feministas e anti-capitalistas*” para a prática cotidiana. Durante o evento de 2009, era significativa a presença de estudantes universitárias(os) e professoras entre as(os) participantes.

1.3- Ewá:

O coletivo Ewá desenvolve ações como debates, palestras, encontros e manifestações de rua, além de ter atuado, em parceria com a associação Obá, na realização das edições de 2008 e 2009 dos eventos organizados em prol da visibilidade lésbica ao longo do mês de agosto. Surgiu em 2008, como uma dissidência de um movimento de mulheres lésbicas e bissexuais de âmbito nacional. Ewá possui um blog desde julho de 2008, de intensa atividade, caracterizado por postagens de notícias, leis ou projetos em tramitação, relatos pessoais, divulgações de eventos, entre outros, relativos a temas como gênero, sexualidades e direitos humanos.

Ewá disponibiliza poucas informações sobre o coletivo em seu blog, de modo que tivemos acesso a registros virtuais que abordassem a constituição e o histórico do coletivo em seu endereço antigo, agora inativo, e na apresentação da comunidade do coletivo em uma rede de relacionamentos virtual. Nestes espaços, apresenta-se da seguinte maneira: “*é um coletivo formado por e para mulheres que se identificam como lésbicas ou bissexuais, com atividades concentradas no Distrito Federal, mas visando o global. Luta pela liberdade de orientação, expressão afetivassexual (sic) e identidade de gênero, sendo regido pelos seguintes princípios: feminismo; visibilidade das mulheres lésbicas e bissexuais; diversidade; autonomia dos corpos e aumento da presença feminina em diversos espaços da sociedade (autodeterminação e empoderamento das mulheres)*”. Em seu blog, o coletivo defende a laicidade do governo e a descriminalização do aborto, oferece palavras de ordem ao enfrentamento do capitalismo, dentre outros assuntos, e afirma seu comprometimento com o bom uso da mídia livre, através de tecnologias da informação como a internet.

Durante o ano de 2008, o coletivo Ewá assumiu algumas funções representativas junto ao movimento LGBTTT no contexto do Distrito Federal, sendo o único grupo de mulheres lésbicas e bissexuais a participar da Conferência Distrital de Direitos LGBTTT.

O grupo caracteriza-se também pelo interesse por temas transversais, como racismo e meio ambiente, tendo desenvolvido atividades pontuais que abordassem temáticas como ecofeminismo, territorialização de espaços urbanos e gênero etc.

2- Especificidades das ações, formas de organização e articulações dos grupos

2.1- Estabelecimento de alianças e relacionamento com redes de apoio político

A articulação entre os três grupos participantes, como redes de cooperação, ocorreu por meio de parcerias, ações conjuntas e auxílio mútuo na divulgação de atividades, através de seus sítios e blogs, com ênfase para o mês da visibilidade lésbica, em agosto. Durante o período de observações etnográficas, Obá e Ewá realizaram um número significativo de atividades em parceria, especialmente eventos que integravam a programação do mês da visibilidade lésbica, como mostras de vídeos, oficinas, palestras, campeonatos esportivos e festas, em diferentes regiões administrativas do Distrito Federal. As atividades culminavam na Parada-Caminhada em prol da visibilidade lésbica, organizada por Obá com a participação colaborativa de Ewá nas edições de 2008 e 2009. A Parada-Caminhada é desenvolvida a partir da força criativa e de trabalho das integrantes dos grupos e de voluntárias e, segundo relato de integrantes da Obá, eventualmente conta com o apoio de sindicatos ou de microempresas filiadas à causa, sem contar com orçamento específico de quaisquer instituições. As atividades do mês de visibilidade lésbica assumem, no mínimo, três funções: (a) celebrar o dia nacional da visibilidade lésbica, convencionado como 28 de agosto; (b) estabelecer um espaço diferenciado de socialização e encontro para mulheres lésbicas e bissexuais; (c) promover debates junto a diferentes públicos sobre demandas específicas de lésbicas e bissexuais, não separatividade entre público e o privado e “*politização da intimidade*”. As festas têm ainda outro papel: auxiliar na sustentabilidade da Parada-Caminhada, que demanda investimento em aluguel de equipamentos, material de divulgação, dentre outros.

Era recorrente também a realização de articulações entre Obá e Ewá para atividades representativas de âmbito local, em geral vinculadas ao movimento de mulheres lésbicas e bissexuais e aos movimentos de direitos humanos. O coletivo Iansã,

por sua vez viveu um período de “hibernação” em 2008, retomando suas atividades abertas ao público em 2009, quando realizou a quinta edição de seu evento homônimo, na sede da associação Obá. Além disso, durante o ano de 2009, Ewá desenvolveu atividades pontuais em parceria com integrantes de Iansã, como um encontro-oficina sobre feminismo e meio ambiente, debatendo o lugar dos corpos nas cidades, territorialização de espaços urbanos e gênero, ecofeminismo etc.

Embora nenhum dos três grupos explicita vinculações formais a instituições de ensino, Obá, Iansã e Ewá mantêm uma relação estreita com universidades, através do contato com grupos de estudo ou docentes que atuam em temas como gênero e sexualidades. A existência dessas ligações favoreceu nossa inserção no campo, na medida em que a maioria das participantes estava minimamente familiarizada com as atividades típicas de realização de pesquisa ou eram estudantes universitárias. Evidentemente, isso não retirou a importância de longos períodos de observação etnográfica e participação intensiva em eventos promovidos pelos grupos, em um processo gradual de co-construção de uma relação de confiança e de aproximação e compartilhamento de campos semióticos (Olesen, 2006; Bonetti, 2009; Machado & Prado, 2005; Lotman, 1990).

Observamos também o estabelecimento de outras formas de relação de apoio com universidades, como: (a) realização de oficinas e palestras junto à comunidade universitária; (b) divulgação de seus eventos nos campi e, eventualmente, (c) uso de espaços das instituições de ensino superior para a realização de atividades específicas, como debates. Durante o período de observações etnográficas, esta última modalidade de relação de apoio foi bastante esporádica, em virtude da inauguração da sede da associação Obá, que frequentemente disponibilizava o espaço para a realização de encontros e eventos promovidos por Iansã e Ewá, dentre outros coletivos feministas.

Nenhum dos grupos mantinha relações estreitas com entidades do movimento estudantil ou estava filiada a partidos políticos, mas era recorrente o estabelecimento de redes de apoio com entidades sindicais ou deputadas conhecidas como apoiadoras de movimentos de direitos humanos, especialmente na forma de empréstimo de equipamentos ou mobiliário para a realização de eventos. Este tipo de relação de apoio era alimentada principalmente por Obá, em virtude de seu caráter de associação, demandando a manutenção de estrutura e logística mais complexas, voltadas para

atendimento ao público LGBTTTT, como o acompanhamento de pessoas em situação de violação de direitos.

A assunção de funções públicas de cunho não estatal e os vínculos estabelecidos entre os novos movimentos sociais e os sindicatos são indicados como reflexos da reorganização social ocorrida no Brasil em seu processo de redemocratização, fenômeno não recorrente em países europeus, como a França (Gohn, 1997/2007; Guattari, 2004). Outro reflexo da assunção de responsabilidades, decorrentes de sua natureza jurídica de associação, é o desenvolvimento sistemático de atividades, privilegiando a realização de ações presenciais de forma continuada. Além disso, Obá é o único grupo no qual parte de suas integrantes buscam – e algumas efetivamente obtêm – parte de seu sustento através do trabalho desenvolvido na associação. Isso indica um movimento de profissionalização da militância, com o intuito de dar sustentabilidade e continuidade às ações empreendidas pelos grupos e consolidar a adesão de suas integrantes. Evidentemente, Obá enfrenta desafios comuns à maioria das associações: dificuldades na captação de recursos e, conseqüentemente, na continuidade de projetos, aspecto também notado nos grupos investigados por Gohn (1997/2007).

Diferente de países europeus, onde os coletivos contam com doações de empresas, grupos e indivíduos, motivados por incentivos fiscais e por formas específicas de participação cidadã, no Brasil a sustentabilidade dos grupos é bastante vinculada a fomentos estatais. Além disso, convencionou-se o papel de associações como representantes da sociedade civil, de modo que é comum a sobrecarga com tarefas de cunho burocrático (Gohn, 1997/2007; Machado & Prado, 2005). Em relação às funções representativas e de controle social do Estado, a associação posiciona-se da seguinte forma: *“A Obá afirma a responsabilidade do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas de combate a lesbofobia, a homofobia, ao racismo e a desigualdade de gênero na sociedade, portanto participa dos debates sobre políticas públicas junto ao governo num exercício, também de controle social dessas políticas.”*

É importante também descrever as especificidades das articulações de cada grupo com outras instâncias do tecido social. Em seu sítio, a associação Obá afirma que: *“integra os movimentos sociais, participa ativamente do movimento feminista, do movimento LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros), e*

do movimento nacional de Direitos Humanos”. A participação no movimento LGBTTT se dá especialmente em atividades representativas de âmbito nacional – como a 1ª Conferência Nacional de Direitos GLBTTT, ocorrida em 2008 – ou em iniciativas de formulação de políticas públicas e controle social do Estado. No que diz respeito à integração em redes, as articulações e parcerias de Obá, de acordo com informações do sítio, privilegiam a relação com movimentos de mulheres, feministas e de promoção de direitos humanos em âmbito local, nacional e internacional. Não há referência, no sítio, ao estabelecimento de redes com grupos ou organizações não-governamentais LGBTTT. De acordo com relato de suas integrantes, as parcerias com grupos gays, mistos ou trans, quando ocorrem, são de caráter pontual e vinculado a projetos específicos. Historicamente, a associação Obá surgiu como uma dissidência de um grupo LGBTTT misto do Distrito Federal, com o propósito de dar visibilidade às demandas específicas de mulheres lésbicas e bissexuais.

Iansã, por sua vez, estabelece parcerias com outros grupos e, principalmente, com pessoas - que muitas vezes identificam-se como autônomas -, de acordo com as características e demandas dos projetos em desenvolvimento. O coletivo também explicita, em seu sítio, que a escolha dos projetos ocorre ao sabor da vontade, da disponibilidade e dos afetos de suas(seus) integrantes, ou mesmo a partir de propostas de pessoas que se integram ao grupo em torno de atividades pontuais, como relatado no trecho a seguir:

“E no grupo existe espaço pra vários projetos e vontades. É um grupo pequeno e sobretudo de pessoas que se gostam muito. Assim, se alguém estiver pilhando na rádio, massa! Vai lá e faz, e quem quiser colar, cola. É claro que alguns projetos mobilizam mais gente. O [nome do projeto], por exemplo, surgiu pontualmente e acabou virando o [nome de uma iniciativa], uma ideia antiga, que envolveu também outros grupos aqui do DF. A forma precária de organização, como costumamos chamar, é a maneira do coletivo de estar sempre disposta a questionar nossa implicância nas coisas que a gente critica e, ainda, de combinar uma organização descentralizada (ou seja, organizada em outros termos, que envolve um gasto enorme de energia, inclusive afetivo, nas decisões de preferência por consenso) com trabalho livre (não pago, nas horas vagas e que envolve prazer necessário). São princípios contrários aos dispositivos capitalistas mais

amplas e essa combinação, dentre as possibilidades de se organizar autonomamente, é, para nós atualmente, a tática mais hábil de dissidência cotidiana.”

De acordo com o relato de suas integrantes e dois documentos datados de 2004 e 2006, disponíveis em seu formato eletrônico na internet, o coletivo integrou uma convergência de coletivos autônomos do Distrito Federal, do qual atualmente não participa mais. Durante o período de convergência, Iansã desenvolveu iniciativas juntamente com outros grupos organizados em torno de diferentes temáticas, não diretamente associadas ao tema da diversidade sexual, tais como ocupação do espaço urbano, democratização do transporte público, divulgação de informação e cultura libertária, punk e anarquista.

Durante o evento homônimo do coletivo, realizado em 2009, que contou com significativa participação de estudantes universitárias(os), duas integrantes do coletivo apresentaram a experiência de intercâmbio com coletivos de lésbicas feministas e cooperativas de operários(as) da Argentina e do Chile, indicando a existência de redes em âmbito internacional, especialmente com movimentos sociais da América Latina. A edição de 2009 é a única que não conta com relatos no sítio do grupo na internet, bem como a única a ocorrer durante o período de observações etnográficas, de modo que nossos registros sobre o evento foram incorporados ao diário de campo e às análises.

Diferente de Obá e Ewá, o coletivo Iansã não se apresenta como um grupo organizado a partir da identidade de gênero ou da orientação sexual de seus integrantes. De acordo com os registros virtuais e a natureza das atividades empreendidas pelo grupo - quais sejam debates, vivências, rodas de conversas, construção coletiva de textos etc. - outra especificidade do coletivo é que não pretende assumir responsabilidades como representante de coletividades constituídas a partir desses marcadores e, tampouco, desenvolver atividades sistematizadas de atendimento ao público. Atualmente as parcerias de Iansã privilegiam a relação com outros coletivos autônomos feministas, pessoas interessadas em problematizar a crise dos corpos e grupos acadêmicos feministas, não ocorrendo registros de vínculos contínuos e sistemáticos com organizações não-governamentais, entidades estatais ou empresas privadas.

O coletivo Ewá também apresenta formas de articulação e organização específicas. De acordo com relato de suas integrantes, sua maneira “*descentralizada*” de atuação prioriza a busca pelo consenso nas decisões coletivas, com projetos e tarefas compartilhados de acordo com o interesse e disponibilidade de suas integrantes. O modo singular de cada grupo significar e experimentar a descentralização sinaliza o surgimento de novas segmentações e ações sociopolíticas, que não encontram equivalência em formas típicas de participação cidadã da democracia representativa (Guattari, 2004, Camilo & Lopes de Oliveira, 2009).

De acordo com os registros virtuais, Ewá orienta-se “*por temas transversais como anti-racismo; defesa do meio ambiente; enfrentamento do capitalismo; defesa do Estado laico, dentre outros (...) reforçando sempre a ideia de respeito à diversidade*”. Ao longo dos anos de 2008 e 2009, além das parcerias com Obá e Iansã, atuou em rede com grupos e organizações não-governamentais feministas. Durante o período de observações etnográficas, Ewá se destacou por buscar estabelecer diálogos com movimentos LGBTTT, cumprindo cotas de representatividade de mulheres lésbicas e bissexuais em atividades de âmbito distrital.

2.2- Pluralidade, tensões e segmentações dos movimentos LGBTTT

“(...) se não estaremos sempre na mesma cidade (...), como fazer dos nossos laços afetivos laços que também fortaleçam nossas lutas locais? (...) ‘o Iansã já foi mais aberto’ ‘cada vez menos vontade de fazer coisas com os caras’. a minha sensação é que o Iansã nunca esteve tão aberto e é sobre isso que mais quero conversar. acho que é uma abertura solitária, talvez forçada e, principalmente, uma abertura de muitas frentes. (...) quando eu começo a falar uma coisa e nem preciso explicar muito porque vcs (pessoas do Iansã) entendem, concordam ou não, mas entendem, e mil situações de cumplicidade..... (...) ontem tive mais uma conversa sobre linguagem inclusiva e formas toscas de linguagem (tipo falar *neguinho* para se referir a ‘qualquer pessoa’), num bar e tal, e foi muito bom pq a pessoa depois entendeu a grande importância ou influência da linguagem, depois de muito tempo, e foi justamente com um historinha que a [nome da pessoa] uma vez contou que ela entendeu. acho que isso é Iansã em diáspora. mas as vezes é muito cansativo mesmo....(...) é bom poder compartilhar as experiências que temos juntxs com outras pessoas, mas tb é desgastante as vezes....e é bom poder conversar com vcs sobre isso”.

(Registros virtuais sobre a edição de 2008 de evento do coletivo Iansã)

Na análise das redes de apoio político, não apenas interlocutoras(es) recorrentes no estabelecimento de parcerias, mas especialmente àquelas(es) que não são privilegiadas(os) no diálogo, indicam tensões entre coletividades (Anjos, 2002; Lotman, 1990). Na luta por direitos humanos, grupos como os movimentos LGTBTT tendem a ser caracterizados como homogêneos ou, no mínimo, a ter sua heterogeneidade desconsiderada, de acordo com as pautas em debate (Machado & Prado, 2005). Para auxiliar-nos nas discussões sobre essas tensões, apresentaremos pequenos trechos de nossos registros sobre um evento promovido pelo coletivo Ewá. A reunião, marcada em caráter de urgência, convocava “*mulheres autônomas e representantes de alguma organização*” para discutir a viabilidade de realizar, no Distrito Federal, um evento de articulação de mulheres lésbicas, bissexuais e feministas, de âmbito nacional. Brasília havia sido indicada para a realização do evento durante o Fórum Social Mundial, ocorrido no começo de 2009, em Belém do Pará. Integrantes do Ewá responsabilizaram-se por levar a proposta para ser debatida por grupos e mulheres autônomas de Brasília, considerando que, historicamente, o evento de articulação nacional é organizado por entidades que se ofereçam para assumir a tarefa.

A partir de divulgações no blog e através de mensagens para toda a lista de contatos do coletivo, cerca de 30 mulheres, em sua maioria autônomas ou integrantes de coletivos, compareceram à reunião, que ocorreu na sede da associação Obá. A diversidade de trajetórias políticas das mulheres presentes e o curto período entre a divulgação e a ocorrência da atividade – cerca de uma semana – reforçam a importância de priorizar os registros virtuais na análise das estratégias de articulação de grupalidades juvenis de ação sociopolítica, como os coletivos autônomos que participam do presente estudo. Após explicitar o propósito da reunião, integrantes do coletivo Ewá e da associação Obá solicitaram que as mulheres se apresentassem, indicando suas respectivas filiações a movimentos sociais:

Trechos de registros de evento-convocatória promovido pelo coletivo Ewá

Uma das mulheres espontaneamente inicia as apresentações e as demais seguem uma seqüência, de acordo com a forma como estão dispostas em círculo.

Após as apresentações de cerca de três mulheres, uma das integrantes de Ewá, ao contextualizar as razões pelas quais seu grupo assumiu o compromisso de trazer o debate em tela para o contexto do Distrito Federal, comenta sobre a criação do coletivo, a partir da dissidência de um movimento nacional de mulheres lésbicas e bissexuais: - “[...] *saímos pelas dificuldades em*

realizar a nível local, aqui no DF, pois ficávamos no operacional para realizar eventos que outras, mais velhas e integrantes do movimento há mais tempo, decidiam priorizar”.

Outra integrante do coletivo diz: - “Nós atuamos em várias coisas, a meu ver a gente não consegue fortalecer o movimento de lésbicas e bissexuais aqui em Brasília, consistente e coerente, a gente trabalha por demanda. (...) Nós atuamos em várias frentes, mas é mais difícil a militância lésbica porque as outras lutas são aceitas em vários contextos, inclusive o profissional, a lésbica não”.

Outra jovem, que chamaremos de Joana¹¹, também dá seu depoimento: - “Eu comecei no [nome de um grupo misto LGBTTT, atuante no DF], mas saí e resolvi estudar e trabalhar muuuito, porque não tinha uma igualdade, era maioria gay, lésbica só lá no finzinho, não era feminista”.

Carmen diz: - “Sou integrante de dois coletivos aqui do DF, o [nome do coletivo], que atua em defesa dos animais, e [nome do coletivo], um grupo de defesa pessoal desenvolvida para mulheres e por mulheres”.

Cláudia, integrante da associação Obá, dirigindo-se para Joana, diz: “- A Obá saiu do [nome de um grupo misto LGBTTT, atuante há muitos anos no DF] porque as mulheres eram uma vírgula na história”.

Outra acrescenta: - “A Ewá saiu do(a) [nome de um de um movimento nacional de mulheres lésbicas e bissexuais] porque as mulheres jovens eram uma vírgula diante das mais velhas do(a) [nome do grupo].”

Uma das mulheres presentes lança, em tom de brincadeira: - “É o racha¹² total!” [...]

Maria comenta que passou pelo [nome de um grupo misto LGBTTT, atuante no DF], mas diz não ter sido apoiada em sua luta, no combate à discriminação que vivencia e presença no contexto escolar: - “Eu tô tentando encontrar meu canto, a gente tenta encontrar um, mas os homens invadem”. Logo em seguida uma das integrantes da Obá emenda: - “É por isso que fazemos encontros só para mulheres aqui”. [...]

- Lourdes se apresenta como [nome da categoria profissional] recém-formada, afirma ter sido integrante do movimento estudantil: - “Hoje eu participo do movimento onde precisa, onde há coisas bonitas, que me mobilizem. Já que queremos fazer um trabalho de base, acho melhor focarmos no movimento distrital”.

Após as demais apresentações, as mulheres presentes prosseguiram com a discussão sobre a (in)viabilidade de realizar o evento no Distrito Federal.

¹¹ Todos os nomes, inclusive nos registros das observações etnográficas, são fictícios.

¹² “Racha” é uma expressão utilizada para denominar mulheres, principalmente lésbicas, em uma referência ao órgão sexual feminino. Podendo ser empregada em diversos contextos e com distintas funções, a expressão “racha” tanto assume um caráter pejorativo como pode ser significada, geralmente em interações informais entre mulheres lésbicas e bissexuais, como uma descontraída exaltação e reafirmação de sua orientação sexual. Aqui assume ainda outro significado: separação, rompimento, dissidência.

Um dos temas secundários debatidos neste episódio foi a resignificação, por mulheres lésbicas e bissexuais, de expressões representadas como pejorativas, como “sapatão”. O argumento de algumas mulheres presentes é que isso promoveria o “esvaziamento do poder simbólico” do uso ofensivo e discriminatório dessas palavras. O tema da Parada Lésbica de 2008 é outro exemplo de resignificação de expressões populares, utilizadas como mecanismos discursivos de discriminação ou mesmo de constrangimento de mulheres lésbicas e bissexuais. Apropriando-se, de forma bem humorada, do ditado “Mulher com mulher vira jacaré”, a edição de 2008 do evento estruturou suas atividades em torno da temática “Mulher com mulher dá política!” A importância atribuída ao uso da linguagem é uma das dimensões da politização da intimidade, tópico de relativo consenso entre os três grupos participantes. O desenvolvimento de estratégias de exercício cotidiano dos princípios feministas é foco das ações de Obá, Iansã e Ewá.

Embora seja relevante considerar o processo decisório e a posição tomada pelas mulheres presentes sobre a realização do evento nacional, na análise das formas da organização e articulação dos movimentos sociais, não discutiremos estes aspectos em virtude dos objetivos e limites - em termos de extensão - do presente trabalho. Selecionamos este trecho pela diversidade de trajetórias políticas das mulheres presentes e pelo potencial de suas falas em expressar os desafios e contradições do atual cenário sociopolítico no qual se constituem as possibilidades de ação transformadora dos coletivos autônomos.

No evento relatado, as apresentações de algumas mulheres assumiram uma dinâmica de posicionar-se a partir da diferenciação em relação ao outro, explicitando que as relações sociais são assimétricas, marcadas por estratégias de hierarquização e por jogos de poder (Hall, 1992/2002; 2000). Como consideramos que toda enunciação é construída no jogo relacional de interlocutoras(es), cabe contextualizar que a primeira pessoa a se apresentar, bem como aquelas que ocupavam o lugar de mediadoras do debate, posicionaram-se a partir de uma perspectiva de fragmentação dos movimentos sociais. As experiências pessoais de integrantes do coletivo Ewá, de desgaste com grupos mistos do movimento LGBTTTT/DF, ao longo do ano de 2008, adquiriram maior valência emocional, participando da construção de posicionamentos identitários fundamentados em uma relação de oposição ao outro, no momento da interação discursiva (Silva, 2003; Cunha, 2007). A linguagem não é neutra e os posicionamentos vão sendo construídos na interação a partir da maneira como a audiência também é posicionada (Yokoy de Souza, 2007).

Diferentes tensões entre coletividades e movimentos sociais, especialmente aqueles que integram os movimentos LGBTTTT, são manifestadas no evento narrado. Os grupos Obá, Iansã e Ewá compartilham o fato de terem iniciado suas trajetórias em espaços de grande heterogeneidade, como grupos mistos LGBTTTT ou parceiras e convergências com movimentos e coletivos organizados em torno de distintas pautas e temas. Os grupos participantes igualmente congregam um gradual reposicionamento no campo sociopolítico, resultando em dissidências que priorizam a visibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais e as especificidades de suas demandas. As dificuldades em estabelecer parcerias e projetos cooperativos de longa duração com outros grupos,

notadamente grupos gays e mistos, expressam a artificialidade do que foi convencionado como comunidade LGBTTT.

Machado e Prado (2005), em um estudo sobre a complexidade do fazer político no âmbito das reivindicações pela diversidade sexual e dos direitos sociais, a partir da ação coletiva de dois grupos da cidade de Belo Horizonte que representam, respectivamente, gays e lésbicas, comentam:

Ao conceituar o que exatamente chamamos de Movimento GLBTT iremos nos deparar com alguns dilemas e poderemos observar a artificialidade dessa unidade, uma vez que encontraremos um número de grupos independentes que realizam seus projetos e tentam unir suas forças em atividades conjuntas quando possível. Esse processo não se faz sem conflitos e, via de regra, essas Organizações Não-Governamentais (ONGs) apresentam as mais diversas e/ou contraditórias posições políticas, definições de homossexualidade, formas de militância e origens históricas (p. 41).

Um dos múltiplos desdobramentos da artificialidade da unidade do Movimento GLBTT é pouca visibilidade dada às experiências e demandas de determinados segmentos, como jovens lésbicas e bissexuais. Estudos sobre as especificidades da participação feminina nos contextos juvenis indicam uma lacuna de pesquisas sobre a presença das jovens em manifestações político-culturais (Wellen, 2005; Cavaleiro, 2006). A invisibilidade das jovens ocorre não apenas em relação aos estudos sobre juventude, mas também no campo dos estudos feministas e das pesquisas sobre sexualidade. Em um estudo sobre gênero e sexualidades no contexto escolar, Castro e Abramovay (2003) indicam que casos declarados de identificação com a orientação sexual lésbica são menos frequentes entre jovens, o que pode apontar para uma maior censura às experiências homossexuais femininas.

Os possíveis impactos dessa configuração social nos processos subjetivos e identitários das jovens sinaliza a importância das ações empreendidas pelos grupos participantes: iniciativas que pretendem dar visibilidade às demandas de mulheres lésbicas e bissexuais; o trabalho junto ao poder legislativo e à população de instituir a lesbofobia e a bifobia como problema social; a constituição de espaços de encontro e socialização para mulheres lésbicas e bissexuais, por meio de oficinas, encontros, festas e

debates, que possibilitam a criação de um senso de pertença ao coletivo, ainda que às vezes efêmero.

A assunção de tarefas de controle social do Estado e de atendimento à população, assumidas pelos movimentos sociais nas últimas décadas, resultou na segmentação e especialização dos movimentos, com a constituição de ONGs que, em virtude da necessidade de sustentabilidade, tendem a direcionar suas atividades para temas considerados prioritários pelas agências internacionais e governamentais de fomento, transformando o caráter de sua militância. A ampliação do processo de redemocratização e a retomada da política de bem estar social do Estado brasileiro, ocorridas nos primeiros anos do século XXI, tiveram significativa contribuição neste processo, na medida em que houve um reposicionamento das ditas minorias e a ampliação de mecanismos participativos de construção de políticas públicas. Contudo, a institucionalização das ONGs implica em mudanças nos critérios de inserção nos grupos: da utopia igualitária de abertura a qualquer pessoa interessada, transitam para formas mais fechadas, como diretorias e colegiados (Pinto, 2003). As organizações não-governamentais, ao reafirmarem seu papel como instâncias mediadoras entre os segmentos da população e o Estado, reforçam o lugar da máquina estatal como o centro do campo sociopolítico e semiótico.

As dificuldades em reorganizar as contradições sociais e as diferenças entre os diversos grupos LGBTTT sinalizam que a segmentação dos movimentos sociais resulta em, no mínimo, dois desdobramentos: se, por um lado, auxilia na defesa dos direitos sociais junto ao Estado e possibilita a demarcação de pautas e demandas específicas, por outro, sustenta a lógica binária como mecanismo de opressão. Mudam adversários(as), mas os mecanismos de oposição são semelhantes, demarcando territórios que são primordialmente simbólicos, identitários. Tudo que desvia das leis do centro dominante de um campo semiótico passa a ser considerado como não relevante, sem significado, embora de fato ocorra nessa mesma cultura. A lógica binária (masculino/ feminino, hetero/homo, gay/lésbica, dominante/dominado, branco/negro) hierarquiza, classifica, domina e exclui, determinando os significados que estão vinculados ao centro do campo semiótico, marcando as identidades individuais e culturais (Lotman, 1990, 2005; Pereira, 2008; Pezzini & Cervelli, 2007). O estabelecimento da lógica de oposição entre grupos

de ação sociopolítica lésbicos e gays dificultam a assimilação de significados entre as microsemiosferas e sua incorporação como parte da cultura de cada grupo. Isso cria empecilhos aos processos de reconhecimento e aceitação de diferenças inter e intragrupos (Rolnik, 1997). Conseqüentemente, as fronteiras simbólicas entre os grupos tornam-se menos permeáveis, menos maleáveis, possibilitando um fluxo menor de significados entre seus campos semióticos, reforçando as diferenças.

Alguns aspectos da organização econômica da sociedade também participam de mudanças nas experiências de jovens homossexuais. O desenvolvimento de um mercado de produtos e serviços – apontado como um dos nichos mais lucrativos da atualidade (Cavaleiro, 2006; Anjos, 2002) – também contribui, em certa medida, para o aumento da visibilidade homossexual. Contudo, suas colaborações podem ser caracterizadas como bastante ambíguas. Apoiadas em visões estereotipadas, que reforçam uma concepção central e única da experiência homossexual, o mercado e as mídias corporativas tendem a fundamentar-se em uma lógica binária, desconsiderando a diversidade do movimento LGBTTT (Machado & Prado, 2005). As psicólogas Ana Flávia Madureira e Ângela Branco (2007), em uma pesquisa sobre a “construção das identidades sexuais não-hegemônicas em jovens adultos na cidade de Brasília” (p. 80), sinalizaram a importância de analisar o papel do mercado voltado para o público LGBTTT na constituição de guetos. A partir de uma contextualização histórica da sexualidade, situando-a também na realidade brasileira, Madureira e Branco criticam a lógica binária que estabelece a “normatização da heterossexualidade e patologização da homossexualidade”, escondendo a grande diversidade de práticas e a dimensão política das orientações sexuais. As análises apontam para a constituição da comunidade homossexual como estratégia concreta de proteção e de pertencimento a um grupo social, mas que pouco contribui para a valorização da diversidade ao estabelecer fronteiras simbólicas entre o “universo heterossexual” e o “universo homossexual” (p. 87).

Outra dimensão da organização hierárquica do campo semiótico, na qual alguns significados são mais centrais em detrimento de outros mais periféricos (Lotman, 1990), é a consolidação da lógica binária nas relações de poder a partir de marcadores etários, construídas nas interações cotidianas entre pessoas e grupos. Segundo a argumentação de integrantes do coletivo Ewá, as tensões no campo semiótico também são marcadas por

diferenças geracionais entre mulheres que participam de um mesmo movimento. Narrativas semelhantes fundamentam as análises da educadora Júlia Zanetti (2009), em uma pesquisa sobre jovens feministas e sua participação no movimento feminista do Rio de Janeiro. O estudo indica que algumas participantes reconhecem conflitos, mas sentem-se herdeiras do legado transmitido por pioneiras, enquanto outras problematizam as relações com integrantes mais velhas e experientes do movimento, negando-se a restringir-se a lugares significados como próprios da juventude, como agitar manifestações de rua ou concentrar-se em funções operacionais dos grupos. Tais papéis foram associados às jovens feministas pelas entrevistadas reconhecidas como lideranças da militância feminista. Zanetti (2009) sinaliza ainda a existência de demandas por um recorte geracional de questões já defendidas pelo movimento feminista, mais do que o estabelecimento de novas pautas.

De acordo com um estudo etnográfico sobre o campo político feminista, realizado em Recife-PE por Alinne Bonetti (2009), outro fator utilizado como mecanismo de hierarquização entre diferentes grupos do movimento de mulheres é o “capital de articulação política”. Baseada na proposta teórica de Bourdieu sobre as posições relativas de agentes no cenário social, a pesquisadora define o “capital de articulação política” como a apropriação da história de um movimento – o feminismo, no caso em tela – através de formação acadêmica em contextos educacionais ou da construção de um histórico como agente protagonista na militância. O capital de articulação política promove acesso a recursos, redes de contatos e inserção em grupos e engendra distribuições desiguais de poder, alimentando um ciclo que fortalece alguns grupos em detrimento de outros. Estes passam a ser reconhecidos como referências no campo político, com autoridade para escolher quais pautas e lutas específicas serão prioritárias, não sem conflitos com outras(os) agentes do cenário social.

Durante as observações etnográficas do presente estudo, integrantes dos grupos participantes reconheceram as contradições inerentes às estratégias empreendidas para posicionar-se no campo sociopolítico: problematizaram a maneira como a produção do conhecimento está integrada aos mecanismos de uniformização e opressão do sistema capitalístico, mas ponderaram a importância da inserção em meios de sofisticada elaboração discursiva, como grupos de estudos acadêmicos.

O episódio narrado é singular ao expressar não apenas as tensões e jogos de poder do campo sociopolítico, mas também por indicar algumas estratégias de reposicionamento dos grupos juvenis, frente a especialização, segmentação e institucionalização de ONGs e movimentos, tanto feministas quanto LGBTTT. A desterritorialização das lutas sociais, que tem a autonomia como um de seus princípios, implica no reconhecimento da multiplicidade dos desejos e na luta por novos espaços de liberdade no sistema capitalista integrado, incluindo as contradições aí implicadas.

O evento-convocatória narrado aponta para a complexidade das ações sociopolíticas coletivas da contemporaneidade e para desdobramentos desse processo: a multiplicação não apenas de coletivos autônomos, mas de mulheres que hoje se identificam como autônomas, muitas delas com trajetórias prévias em movimentos mais tradicionais ou com participação em dois ou mais coletivos que atuam em temas distintos, embora transversais. Um dos reflexos do desenvolvimento de diferentes frentes e formas de ação sociopolítica dessas mulheres, que aprofundaremos na análise das entrevistas, é o potencial de estimular algum trânsito entre os campos semióticos, não sem tensões, desafios e muito investimento energético e emocional.

Embora a horizontalidade e a busca pela equidade sejam princípios do movimento feminista e dos grupos participantes, equacionar as diferenças em práticas cotidianas permanece como ponto de tensão que tem sido encarado de diversas formas, algumas significadas como mais bem sucedidas que outras. A descentralização das ações sociopolíticas e dos processos subjetivos implica num reposicionamento do desafio: a busca por sistemas de organização política geridos por grandes líderes e por fórmulas universais, que solucionariam todas as demandas sociais, é substituída pela contínua problematização das relações sociais e para um olhar para as especificidades de cada contexto onde os indivíduos estão imersos.

SEGUNDO MOMENTO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

“The most precious gifts women can give to
each other are their personal stories.”
Judith Orloff

A análise das entrevistas está organizada da seguinte forma:

(a) no primeiro momento, denominado “descrevendo as entrevistas”, narramos o contexto geral de contatos estabelecidos com Alecrim e Artemísia, assim como contextos de realização, temas e duração das entrevistas.

(b) no segundo momento, as análises das entrevistas estão organizadas em três subseções. Iniciamos com significações sobre participação em movimentos sociais e coletivos autônomos, destacando aspectos comuns às trajetórias das duas participantes. Em seguida, desenvolvemos análise da estrutura narrativa de cada entrevista e, por fim, na terceira subseção, realizamos análise de posicionamentos identitários, incluindo negociações eu-outro no contexto da entrevista e análise microgenética de momentos de cada entrevista, com foco em significações sobre eventos marcadores de trajetória. Tais eventos são compreendidos como especialmente férteis para a análise de processos dialógicos de reorganização e autoregulação psíquica diante da novidade, na medida em que sinalizam zonas de ruptura e estabilização nas trajetórias das participantes. Para a seleção dos eventos marcadores de trajetória, utilizamos os seguintes indicadores: situações narradas como significativas e promotoras de mudanças; valência emocional associada ao episódio narrado; mudanças na entonação da voz e na linguagem corporal; posicionamentos que não haviam sido assumidos antes e surgiram como auto-inovações.

1- Descrevendo as entrevistas

1.1- Descrevendo a entrevista com Artemísia

1.1.1- Contexto geral de contatos estabelecidos com a Artemísia

O primeiro contato que tive com Artemísia ocorreu em maio de 2008, durante a inauguração da sede de um dos grupos participantes. Na ocasião estava na condição de psicóloga-consultora da associação e ela comparecia como representante da instituição

onde trabalhava. Encontramo-nos diversas vezes ao longo do período de observações etnográficas, em geral em eventos políticos, como passeatas, manifestações, palestras, encontros de mulheres lésbicas e bissexuais, mostras de vídeo, em sua maioria promovidos pelos grupos participantes. Também encontramos casualmente por duas ou três vezes em locais informais, como bares e teatros, cada uma acompanhada de seu respectivo grupo de amigas. Nessas ocasiões, apenas nos cumprimentávamos.

A primeira vez que a escutei falar mais explicitamente sobre sua posição pessoal e sua trajetória na militância foi em fevereiro de 2009, em um evento-convocatória promovido pelo grupo Ewá, do qual Artemísia fazia parte. Este episódio foi objeto privilegiado de análise na dimensão macrocontextual.

Alguns meses após o evento mencionado, convidei Artemísia para ser entrevistada, escolhendo-a pelos seguintes motivos: (a) sua ativa participação em um dos coletivos participantes, desde sua criação, em 2008; (b) sua atuação na área gênero e sexualidade, em diferentes contextos, tais como trabalho, além da militância no coletivo; (c) sua presença em diversos eventos que ocorreram ao longo do período de observações etnográficas; (d) sua autoidentificação como bissexual. De todas as participantes potenciais para este momento da pesquisa, Artemísia foi considerada escolha privilegiada para a realização da primeira entrevista devido à limitada quantidade de conversas informais que tivemos durante o período de observações etnográficas. A primeira entrevista também teve o propósito de subsidiar eventuais ajustes em estratégias de mediação desenvolvidas ao longo das entrevistas. Devido a essa decisão, foi necessário aguardar mais de um mês após o período programado para fazer a primeira entrevista, até o retorno da participante de uma viagem.

1.1.2- Contexto de realização, temas e duração da entrevista com Artemísia

A entrevista foi realizada na residência da participante em novembro de 2009. No contato telefônico realizado para agendar o encontro, estabeleci que ele devesse ocorrer em um local minimamente silencioso, sendo necessário que não fôssemos interrompidas por terceiros. Artemísia prontamente ofereceu sua residência, afirmando sentir-se mais à vontade neste contexto. Acrescentou que recentemente havia saído do coletivo do qual

fazia parte, questionando se este fato inviabilizaria sua participação. Respondi que isso não representaria qualquer impedimento, visto que sua saída era recente e ela havia participado de diversas atividades que integravam o período de observações etnográficas.

No dia combinado, telefonei novamente cerca de meia hora antes da entrevista, para confirmar se ela já havia retornado do trabalho. No momento que cheguei à sua residência, às 20h, Artemísia estava sozinha e trajava camiseta de algodão, bermuda jeans e chinelos. Logo em seguida chegaram duas amigas da participante, que nos cumprimentaram e foram para um dos cômodos da casa, onde permaneceram durante toda a entrevista. O ambiente manteve-se silencioso e não fomos interrompidas em nenhum momento.

Reapresentei-lhe o consentimento livre e termo de compromisso da pesquisadora, que havia sido assinado por Artemísia em fevereiro de 2009, durante um evento promovido pelo coletivo do qual ela fazia parte. Artemísia disse, em tom explicativo, que também já havia realizado pesquisa em gênero e que tinha conhecimento dos aspectos técnicos e éticos que envolvem a atividade científica. A entrevista teve duração aproximada de 2 horas e 05 minutos e o relato inicial de Artemísia, realizado sem necessidade de intervenções minhas, após a pergunta disparadora, durou cerca de 1 hora e 09 minutos. Este relato seguiu os seguintes temas, apresentados abaixo de acordo com a ordem em que foram narrados:

Tabela 1. Linha da vida simplificada de Artemísia

(1) Nascimento em uma cidade do Norte do país, motivado por transferência dos pais; configuração e relação familiar	(2) Retorno da família para viver no Sul do país, infância em uma cidade do interior	(3) Família muda-se para Brasília, início da adolescência de Artemísia	(4) Envolvimento com a música, especialmente o rock
(5) Despertar do interesse por “assuntos sociais” na escola	(6) Vestibular, tentativa frustrada de entrar na UnB	(7) Relacionamento com os pais	(8) Primeiros questionamentos sobre sua orientação sexual aos 13, 14 anos
(9) Inicia curso de [nome do curso] em	(10) Passa a fazer estágio remunerado, maior autonomia	(11) Desinteresse pelo curso, descoberta de outra área, em	(12) Começa a namorar um rapaz por

faculdade particular	financeira	Ciências Humanas, e aprovação em novo vestibular para UnB	quem se apaixonou
(13) Inicia amizade com irmã do namorado – que é lésbica	(14) Inicia leituras sobre gênero	(15) Lembranças sobre infância e construção de identidade de gênero	(16) Eventual envolvimento do namorado com drogas, quando Artemisia lhe “revela” interesse por mulheres
(17) Negociações com o namorado a fim de desconstruir monogamia;	(18) Primeira “ficada” com uma mulher, “ficadas” eventuais com outras pessoas, mulheres e homens	(19) Namorado começa a ter transtornos psíquicos, relacionamento termina	(20) Entrada em um grupo de pesquisa em gênero
(21) Começa a sair para “baladas” de música eletrônica, onde conhece várias mulheres lésbicas	(22) Emprego em órgão governamental, em que atua em gênero, passando a conhecer várias “ONGs feministas”	(23) Reflexões sobre “confluências” entre cotidiano, trabalho e estudo, vividas na época, sobre “descobrir que tipo que sou”	(24) Aceita convite de integrar um grupo do movimento nacional de mulheres lésbicas e bissexuais
(25) Desenvolve monografia sobre identidade de gênero, o que coincide com momento de estresse e insatisfação com militância e trabalho, dificultando sua finalização; assume novo cargo e mais responsabilidades no trabalho	(26) Participação na Conferência Nacional LGBT, afastamento do grupo do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, criação do coletivo autônomo Ewá	(27) Participação na Conferência Distrital LGBT e atritos decorrentes, mudanças na composição do coletivo Ewá, parcerias com a associação Obá	(28) Convocação de concurso para trabalhar como servidora pública em área administrativa, assume o cargo
(29) Sobre a “duplicidade de identidade”, sobre a “identidade política de mulher bissexual”	(30) Sobre sua produção escrita na militância, sobre sua relação com governo e militância	(31) Desgastes na militância e no trabalho	(32) Novas mudanças na composição e na organização do coletivo Ewá
(33) Parcerias com a associação Obá para realização dos eventos do mês de visibilidade lésbica	(34) A festa do evento, atritos, decisão de sair do coletivo	(35) Retorno para o emprego anterior via transferência	(36) Reflexões sobre “limites pessoais”, legitimidade, limites entre político e privado, questionamentos sobre a forma de significar sua

			orientação sexual
(37) Sentimento de ser deslegitimada pelo movimento, em alguns momentos, por ser bissexual		(38) Sobre falar de sua orientação sexual/ sobre bissexualidade com a família	

No total da entrevista, foram transcritas 1288 linhas (fonte 12), sendo 681 linhas referentes à narrativa inicial, apresentada à pergunta disparadora e 607 linhas referentes às perguntas complementares e suas respectivas respostas.

1.2- Descrevendo a entrevista com Alecrim

1.2.1- Contexto Geral dos contatos estabelecidos com Alecrim

Conheci Alecrim em eventos promovidos por Obá e Ewá; em situações posteriores nos encontramos casualmente em festinhas de pessoas que descobrimos serem amigas de ambas. Após uma conversa sobre turbantes e vestimentas inspiradas na estética africana e uma interação facilitada por uma identificação mútua com o tema da negritude ou afrodescendência, ela entrou em contato comigo por meio de meu email institucional para indicar um ateliê baiano de roupas em estilo afro. Na ocasião eu estava encerrando a atividade de consultoria e, conseqüentemente, minha vinculação com aquele correio eletrônico. Repassei-lhe meu email pessoal e, desde então, Alecrim encaminha, com frequência eventual, convites para eventos dos quais ela participa ou ajuda a promover. Alguns meses após a edição 2009 do principal evento do coletivo Iansã, convidei-a para participar das entrevistas.

Escolhi Alecrim para participar deste momento da pesquisa pelos seguintes motivos: (a) sua participação em dois dos coletivos participantes, sendo que integra Iansã desde a criação; (b) sua intensa produção escrita na área de gênero e sexualidades, divulgada primordialmente pela internet em sítios direcionados para mulheres lésbicas e bissexuais, bem como nos blogs e sítios dos coletivos Iansã e Ewá; (c) sua presença em diversos eventos que ocorreram ao longo do período de observações etnográficas; (d) sua autoidentificação como lésbica.

1.2.2- Contexto de realização, temas e duração da entrevista com Alecrim

Acatando sugestão da participante, a entrevista foi realizada na Universidade de Brasília, no mês de dezembro de 2009, em data e horário definidos de acordo com a disponibilidade de Alecrim. Escolhi uma sala do laboratório de pesquisa em Psicologia ao qual sou vinculada, com janela e vista para o lago e o jardim, considerando o esvaziamento do campus naquele período. Tal escolha atendeu à prerrogativa de ser em local conveniente para a participante, além de atender às exigências de ser minimamente silencioso, tranquilo e resguardado de interrupções por terceiros.

Alecrim chegou pontualmente no local e horário combinados, trajando blusa, calça e tênis. Após eu ter servido água para ambas, a participante perguntou sobre meu processo de escrita da dissertação, afirmando que tinha um projeto em desenvolvimento sobre a escrita de mulheres negras e que todas suas amigas vinham enfrentando dificuldades em dar andamento e conclusão a seus textos. Respondi que meu processo envolvia pausas, momentos em que perco um pouco o ritmo, mas no geral a escrita estava fluindo. Após acomodarmo-nos, realizei a reapresentação do consentimento livre e esclarecido e disponibilizei-me para responder eventuais dúvidas. O ambiente manteve-se silencioso e não fomos interrompidas em nenhum momento.

A entrevista teve duração aproximada de 1 hora e 45 minutos e o relato inicial de Alecrim, realizado sem necessidade de intervenções minhas, após a pergunta disparadora, durou cerca de cinco minutos. Chamou-nos atenção o fato de, não obstante o rigoroso atendimento de todas as questões éticas e metodológicas em ambas as entrevistas, cada participante relacionou-se com a questão disparadora de forma muito peculiar. Percebemos que, mais uma vez, elas indicavam-nos o sentido radical de uma compreensão relacional e dialógica do processo de construção de informações. As diferenças entre as duas entrevistas foram marcadas predominantemente pelo estilo de organização narrativa de cada participante, aspecto a ser apresentado mais adiante, na subseção “análise de construção da temporalidade e estrutura narrativa da entrevista”.

O relato de Alecrim seguiu os seguintes temas, organizados na lista da vida (simplificada) abaixo, de acordo com a ordem em que foram narrados:

Tabela 2. Linha da vida (simplificada) de Alecrim

(1) Primeira menstruação aos 10 anos	(2) Entrada na escola pública aos 11 anos	(3) Família, voltar a morar na casa de sua mãe e de seu pai, com a irmã e o irmão	(4) Sobre não ter lembranças de antes dos 11 anos
(5) Começar a escrever aos 11 anos;	(6) Estímulo da professora de redação para escrever, criação do primeiro caderno de poemas;	(7) Sobre passar muitos anos da vida menstruada;	(8) Sobre tensão pré-menstrual (TPM)
(9) Sobre ser feminista;	(10) Sobre achar que TPM não existia;	(11) Sobre morar com outras feministas e reconhecer a existência da TPM;	(12) Como a TPM afeta “a maneira com que eu faço as coisas” e “como as pessoas me percebem”;
(13) Sobre ser “brigona”;	(14) Família, filha de um casa interracial, de família “classe média”;	(15) Sobre entender sua lesbianidade;	(16) Inserção no movimento de mulheres, no movimento negro e no movimento feminista;
(17) Afetos e desafetos, lembranças e reflexões.			

No total da entrevista, foram transcritas 998 linhas (fonte 12), sendo 27 linhas referentes à narrativa inicial, apresentada à pergunta disparadora e 971 linhas referentes às respostas às respectivas perguntas complementares.

2- Trajetórias de desenvolvimento de Alecrim e Artemísia

As análises a seguir estão organizadas em três subseções, a saber:

(a) significações sobre participação em movimentos sociais e coletivos autônomos, destacando aspectos comuns às trajetórias das duas participantes;

(b) análise da estrutura narrativa de cada entrevista;

(c) análise de posicionamentos identitários, incluindo negociações eu-outro no contexto da entrevista e análise microgenética de momentos de cada entrevista, com foco em significações sobre eventos marcadores de trajetória e processos dialógicos de reorganização e autoregulação psíquica diante da novidade.

2.1- Significações sobre participação em movimentos sociais

Nesta seção analisamos aspectos comuns nas trajetórias de Artemísia e Alecrim, associando-os a alguns contextos de subjetivação aos quais as participantes estão ou estiveram inseridas, com destaque para o envolvimento com coletivos autônomos e outras formas de organização social.

Artemísia e Alecrim relatam interesse ou envolvimento com movimentos sociais desde a adolescência média, com formas específicas de adesão a ações de cunho sociopolítico, como elaboração de fanzines, bandas e participação em passeatas e seminários. Ambas destacam a iniciação em grupos vinculados à escola ou à universidade, como grêmios e grupos de pesquisa. Nesses contextos da educação formal, as participantes estabeleceram contato e se envolveram com a criação de outros tipos de agrupamentos, menos filiados aos processos de institucionalização e organizados em torno da temática gênero e sexualidades, como os coletivos autônomos dos quais fazem ou faziam parte.

“Eu ainda bem, não fiquei no movimento estudantil, mas foi por onde eu comecei¹³. Eu era do grêmio né. Mas tava com pessoas ótimas, tipo a [nome da jovem¹⁴], eu era anarquista e tal, mas não tinha sentido eu ir pra união de estudantes secundaristas, não sei o que.” (Alecrim)

¹³ Utilizamos o itálico para destacar alguns trechos das narrativas que estão sendo priorizados nas análises.

¹⁴ Nomes de pessoas, grupos e instituições foram suprimidos das narrativas com o intuito de respeitar as garantias éticas de sigilo e privacidade.

“Eu gosto muito de zine né, eu sempre gostei de fazer fanzine. *E eu comecei no feminismo fazendo fanzine, com umas amigas.* A gente fez um zine chamado [nome do zine]. Que era uma piada com aquelas revistinhas tipo 'carícia' e 'capricho', e tal? E aí a gente fazia o zine, e na época do lançamento fazia um festivalzinho assim com umas bandas, que a gente tocava em banda né, de hardcore.” (Alecrim)

“E comecei a ter uma afinidade com os assuntos sociais, né, aquelas matérias da escola, história e geografia, *e eu sabia que de todas as coisas que eu sempre quis ser, eu queria fazer alguma coisa importante pro mundo (...)*” (Artemísia)

(...) “porque na UnB eu nunca fiz parte de nenhum grupo, mas tudo que era evento, que tinha passeata e... seminário, pela legalização do aborto, né, tudo isso *eu sempre participei, assim, mas como autônoma, né. Nunca tinha sido convidada pra nenhum grupo, né.* Eu fui, cheguei a uma reunião do [nome de um grupo], que era um grupo feminista que tinha na UnB, inclusive era minha amiga que chegou aqui, que eu te apresentei, eu conheci naquela época, no [nome de um grupo], a gente se tornou grandes amigas e... *É, eu ia pro que acontecia, tentava ficar sabendo, eu tinha pessoas que eu conhecia (...)*” (Artemísia)

Nos trechos acima, e em diversos momentos das narrativas de ambas, destaca-se a importância das redes sociais no acesso a informações e das relações de amizade na adesão a ações e movimentos sociais.

“(...) fazia banda, mas tava no grêmio, tava, a gente vendia pizza e tal, pra ter grana, né. E a [nome de outra amiga] foi minha amiga com quem eu aprendi a ser vegetariana, ela é ... tipo super importante na minha formação. Aprendi várias coisas com ela, ela era uma mina pobre, enquanto eu era uma mina de classe média, então eu entendi de que eu, né, ia precisar ter que trabalhar em algum momento, por causa dela, e tal. Que ela precisava.” (Alecrim)

Embora Alecrim relate ter participado de grêmio escolar durante a adolescência, uma forma tradicional de organização sociopolítica juvenil, ressalta “*ainda bem*” não ter seguido uma trajetória de “*militância*” no movimento estudantil. Tanto Alecrim quanto

Artemísia não narraram influência familiar no envolvimento com os movimentos sociais, tampouco indicaram adesão a qualquer organização político-partidária, em nenhum momento de suas trajetórias. As figuras que surgem em seus relatos, como significativas em suas formações políticas nos movimentos feminista e LGBTTTT, são as organizações não-governamentais, os coletivos autônomos e os grupos de estudos e pesquisa. Cabe destacar que as entrevistadas são ou foram alunas de uma universidade pública, que oferece espaços diferenciados de formação e exercício sociopolítico. Suas trajetórias não representam, portanto, o universo de experiências de inserção na militância de mulheres jovens em sua totalidade, atendendo aos objetivos do presente estudo, focado em coletivos autônomos como contextos de subjetivação. Zanetti (2009), em uma pesquisa sobre jovens feministas do Rio de Janeiro e sua participação no feminismo, observou que desde meados de 1990, no bojo do processo de redemocratização do país, as ONGs têm assumido um papel fundamental na aproximação de jovens à militância, ocupando um lugar outrora desempenhado primordialmente pelos movimentos partidário e sindical.

Alecrim e Artemísia frisam o envolvimento com outras frentes dos movimentos sociais e demarcam uma adesão inicial à militância pela via do feminismo, com posterior envolvimento com questões do movimento lésbico e bissexual. A relação entre suas trajetórias nos movimentos sociais e as significações que atribuem a suas identidades sexual e de gênero serão discutidas mais adiante, na análise dos posicionamentos identitários.

“[pausa média] descobri, ou aceitei, ou entendi ... minha lesbianidade com 27 anos, [pausa média] já tava no movimento de mulheres, já tava no movimento negro, já tava no movimento feminista né ...” (Alecrim)

“E aí eu fui, a convite delas eu fui pro encontro que teve da(o) [nome do movimento], eu vi tudo e tal, e eu pensei: - ‘Poxa, eu nunca militei, e tal...’ e pra mim o mais importante é que fosse feminista. A questão de serem mulheres lésbicas ainda era tudo muito novo, ainda era tudo muito mais um vislumbre. Eu sabia que meu comprometimento era com o feminismo, assim.” (Artemísia)

Além das articulações citadas acima, as participantes mencionaram outras vinculações a diferentes redes e “*bandeiras*”, como grupos que atuam na democratização dos dispositivos de comunicação e em questões de meio-ambiente, dentre outros. Essas conexões favorecem a circulação de informações e a flexibilização de fronteiras entre os movimentos sociais. Observamos que essas flexibilizações de fronteiras, sustentadas pelos princípios da micropolítica e pelo reconhecimento da autonomia de indivíduos e grupos, geram, no mínimo, dois efeitos: (a) capilarização das ações e informações, que ganham nova amplitude e reforço na divulgação, dinamizadas pelas novas tecnologias de comunicação, como a internet e pelo engajamento das pessoas via identificação como a causa; (b) tendência a fragmentação e efemeridade dos coletivos e de suas ações, em virtude do caráter volátil dos afetos.

Considerando os processos de descentralização de formas de lutas sociais e desterritorialização de identidades, ligados a mecanismos do capitalismo mundial integrado (Guattari, 2004; Rolnik, 1989; Guattari & Rolnik, 1986/2008), as narrativas das participantes sinalizam transformações nas formas de filiação a causas sociais, especialmente entre jovens. Artemísia e Alecrim indicam uma tendência atual, na qual os agenciamentos de indivíduos aos movimentos sociais tendem a ser movidos por adesão a causas, especialmente aquelas de impacto mais imediato em suas realidades, e menos a instituições.

2.2- Análise da entrevista com Artemísia

2.2.1- Análise de construção da temporalidade e estrutura narrativa da entrevista

A construção da temporalidade e a estrutura narrativa da entrevista podem ser organizadas da seguinte forma:

(1) primeiro momento focado no relato histórico-descritivo da infância, da adolescência e da relação com os pais, prevalecendo o uso de tempos verbais no passado. Segue uma linearidade temporal eventualmente entrecortada por reflexões sobre a construção de sua identidade de gênero, os primeiros questionamentos sobre sua orientação sexual e o desejo de “fazer algo importante para o mundo”. As expressões

utilizadas para introduzir novos temas (“então”, “aí”, “e nessa época também”) sugerem conexões ou simultaneidade entre os acontecimentos.

(2) No segundo momento, relato de diversos eventos significados como marcadores de trajetória, como a entrada na universidade, namoros, as primeiras experiências amorosas com mulheres, o contato com os estudos feministas e de gênero, novas amizades, o trabalho e o início da trajetória de “militância”. Narrativa ainda mantém linearidade temporal, mas começa a diferenciar-se ao misturar passado e presente. Ao longo do segundo momento, surgem novas vozes e a narrativa torna-se polifônica. Relato permeado por euforia e muitos “hipertextos”¹⁵, entremeado por momentos autorreflexivos que expressam ressignificações sobre processos identitários (descobrir quem eu sou). Os acontecimentos narrados passam a ser caracterizados como “desconstruções” e “confluências”.

(3) Narrativa sobre dificuldades em conciliar trabalho, estudo e militância, momento significado como “trauma”. Prevalência de longos relatos auto-reflexivos, especialmente sobre “duplicidade de identidade” e tentativas de exercer diferentes formas de militância, que não necessariamente passem pela participação em movimentos sociais. Uso de tempos verbais passado, presente e futuro. Reflexões sobre “limites pessoais”, legitimidade, fronteiras entre político e privado, questionamentos sobre a forma de significar sua orientação sexual.

2.2.2- Análise de posicionamentos identitários e análise microgenética

Artemísia inicia seu relato a partir da infância, destacando o fato de ter vivido em diferentes cidades do país em virtude da profissão dos pais. As transferências frequentes

¹⁵ De acordo com Marcuschi (2001), “o termo *hipertexto* foi cunhado por Theodor Holm Nelson em 1964, para referir uma *escritura eletrônica não-seqüencial e não-linear*, que se bifurca e permite ao leitor o acesso a um número praticamente ilimitado de outros textos a partir de escolhas locais e sucessivas, em tempo real. Assim o leitor tem condições de definir interativamente o fluxo de sua leitura a partir de assuntos tratados no texto sem se prender a uma seqüência fixa ou a tópicos estabelecidos por um autor. Trata-se de uma forma de estruturação textual que faz do leitor simultaneamente co-autor do texto final.” (p. 86, grifos do autor). Aqui usamos a expressão hipertexto para referir ao caráter não-linear, relacional e polissêmico que a narrativa da participante adquire, à medida que a entrevista vai se desenvolvendo, com sobreposições e conexões muito particulares entre temas. É como se a narrativa sobre alguns temas abrisse espaço para a emergência de novos assuntos conexos – que nessa metáfora seriam considerados “links” - que complementam, aprofundam, elaboram e às vezes até se opõem a elementos da narrativa inicial, colaborando para a compreensão da narrativa em sua totalidade.

culminaram na mudança da família para o Distrito Federal, no início de sua adolescência, local onde permanece até hoje: “nunca mais saí daqui”. Descreve sua família como “bem nuclear”, “bem tradicional” e “católica” [linhas 12 e 13].

Nesse ponto da narrativa, inicia um processo de diferenciação entre o posicionamento que *atende às expectativas dos pais* e aquele que *se opõe às expectativas dos pais*, gerando uma tensão que reaparece em diferentes momentos da narrativa. A relação entre esses dois posicionamentos surge especialmente quando Artemísia aborda o tema da sua identidade de gênero, sua orientação sexual e de sua “posição política de mulher bissexual”. O contrapositionamento dos pais é apresentado de forma múltipla e complexa: ora “respeitam”, “apóiam” e “protegem”, ora “controlam” e comportam-se de forma “autoritária”. A posição Artemísia que “quebra o pau com os pais”, por exemplo, surge logo no início do relato, relacionada aos contrapositionamentos materno/paterno “tradicional”. A tensão entre os posicionamentos que *atendem às expectativas dos pais* e que *se opõem às expectativas dos pais* explicita o caráter construtivo e dialógico da narrativa e ressurge no tema que finaliza seu relato [linhas 637 a 690], com ênfase para o segundo posicionamento, que resiste e se diferencia. Artemísia destaca que

“Acho que faltou só essa questão de eu falar, da minha família. Foi bem interessante, porque meus pais sempre me deram muito apoio com várias coisas, mas sempre deixaram muito nítido que eles queriam filhos heterossexuais né, então assim, é ... (....)”

A negociação entre os posicionamentos inclui o uso recorrente de expressões como “né” e mudanças na entonação da voz, associadas ao processo retórico de convencimento e identificação com a entrevistadora. Artemísia segue narrando quando e como “se assumiu” ao falar sobre seu “afeto por mulheres” para os membros da família. Isso se deu a partir do momento que seu posicionamento *político mulher bissexual* foi adquirindo uma dimensão social e identitária ampliada.

“(...) deixa eu ver também se é isso mesmo que eu quero né, então eu, não que eu tenha que falar, e quanto mais a coisa ia ficando séria, mais eu senti a necessidade de que um dia eles iam ter que saber e, ainda mais eu virando militante, pra mim esconder a minha

sexualidade, o meu afeto, é uma violência assim, eu não aceito, então eu fui muito, mas eu fui muito estratégica, (...)”

O uso do discurso direto e indireto neste trecho denota o diálogo interno entre múltiplas vozes expressas ao longo de toda narrativa – como “*Artemísia que acha que gosta de mulher, também*”, “*que não sabe*”, “*que tem estudado e tem se imaginado...*”, “*que tem achado várias meninas bonitas*” - vozes que negociam as diversas possibilidades de exercício da sexualidade, de modo “fluido e mutante, inconstante, contextual” [linha 466]. Ao longo da entrevista, as experiências narradas, especialmente aquelas associadas à militância, reafirmam o posicionamento *político mulher bissexual* em detrimento da posição *mulher heterossexual*, tema que será foco de análise mais adiante.

Logo após a descrição inicial da família, na mesma frase [nas linhas 13 a 17], Artemísia inicia a construção dos posicionamentos *estudiosa-acadêmica* e “*alguém que queria fazer algo importante para o mundo*”, que se relacionam, se entrecruzam e passam por um processo de reconstrução e ressignificação ao longo de toda narrativa, marcando a forma como ela desenvolve sua militância.

“(...) desde pequena sempre gostei muito de estudar, gostava de esportes e meus pais sempre falavam que eu era líder, que não sei o quê, que eu ia aparecer. Eu simpatizava um pouco com essa ideia de que... Não sei, eu queria fazer algo importante, mas eu não entendia isso como talento, nem nada.”

O posicionamento *alguém que queria fazer algo importante para o mundo* reaparece nas linhas 26 e 27, fortalecido pela posição *alguém que recebeu educação marxista* e significado por Artemísia como central, como núcleo organizador de sua identidade. A importância desse posicionamento é reafirmada em diversos momentos da entrevista.

“[...] e eu sabia que de todas as coisas que eu sempre quis ser, eu queria fazer alguma coisa importante pro mundo. E aí, por ingenuidade na época, né [rindo], eu achei que, aquela educação bem marxista que *a gente recebe* no ensino médio, eu achei que o

esquema era as empresas, eu tinha que aprender a dominar aquilo [aumenta levemente o tom de voz, dando ênfase], que era ali que eu ia pegar os pontos fracos do capitalismo, e quebrar aquilo e fazer alguma coisa”.

O processo de identificação entre Artemísia e a entrevistadora é construído por meio do uso freqüente da expressão “*nê*” e pela afirmação de potenciais similaridades, como “*aquela educação bem marxista que a gente recebe no ensino médio*”. Ao longo da entrevista, Artemísia posiciona-me como alguém com quem compartilha alguns lugares sociais e discursivos (Silva, 2003), a partir de características comuns, como idade, vinculação à academia e inserção no contexto de movimentos feministas.

O posicionamento *estudiosa-acadêmica* estabelece uma relação de coligação com o posicionamento *alguém que queria fazer algo importante para o mundo* no início da narrativa de Artemísia. Coligação, definida como a alimentação mútua de duas vozes dominantes, é um conceito proposto por Valsiner (2002), em um artigo no qual ensaia algumas possibilidades de análise das relações dialógicas das vozes, auto-organizadas semioticamente em um campo. Este conceito foi retomado e trabalhado por Cunha (2007) na análise de processos de reorganização psíquica de seus participantes, destacando a forma como uma coligação de vozes potencializa o silenciamento de outros posicionamentos, enfraquecendo a emergência e a incorporação da novidade.

Aqui, estamos utilizando o conceito coligação para definir a associação ou alimentação mútua de duas vozes que ocupam papel de destaque na organização de um senso coerente de si, permanecendo fortemente presentes na narrativa de Artemísia, não obstante os processos de reorganização dialógica do self e de reposicionamento das referidas vozes. Compreendemos que essas vozes, embora ocupem lugar de destaque, não são definidas como necessariamente dominantes - da forma como propõem Valsiner (2002) e Cunha (2007) - na medida em que são ressignificadas ao longo da narrativa da participante, além de não impossibilitarem a emergência de outras vozes. Consideramos que essa perspectiva sobre coligação reafirma o caráter polifônico do self e torna-se possível a partir do desenvolvimento de estratégias para analisar processos dialógicos ao longo do tempo, especialmente quando associadas a metodologias de construção de informações que permitam a livre expressão de participantes, como as metodologias de

história de vida. A coligação tanto pode ser observada em termos do evento narrativo (formas do relato), quanto em termos do evento narrado (o que ocorreu no passado).

Artemísia destaca que a escolha do curso superior, durante a adolescência, foi fortemente marcada pelo interesse em promover mudanças na realidade social. Narra-se como alguém que canaliza este interesse, inicialmente, para a trajetória acadêmica e profissional, alimentando a coligação *estudiosa-acadêmica* e *alguém que queria fazer algo importante para o mundo*. Revela como foi impactada pela “*decepção*” ao perceber que suas expectativas em relação ao curso escolhido [*“pegar os pontos fracos do capitalismo, e quebrar aquilo e fazer alguma coisa”*], descritas por ela como “*ingênuas*”, não correspondiam às possibilidades apresentadas pela formação em [nome do curso]¹⁶.

“Ah, eu fiz um semestre do curso de [nome do curso] e descobri que eu tinha errado feio na escolha, que não tinha nada a ver comigo, foi uma decepção. Um curso que ensinava a explorar o empregado, e eu tentando ver como funcionava para os empregados fazerem uma revolução contra o empresário e tal!” (linhas 70 a 74)

A primeira tentativa de aprovação no vestibular, para o curso de [nome do curso], é descrita nas linhas 33 a 36:

“Aí eu não consegui passar, e eu tinha estudado bastante, era uma das melhores alunas da sala e tive minha primeira depressãozinha, assim, né. Não consegui, aí eu fui pra uma faculdade particular, que os meus pais não... eles eram contra pagar cursinho muito tempo, cursinho era só uma chance, não deu? Eu tava só perdendo tempo, assim.”

Um pouco mais adiante, nas linhas 70 a 79, Artemísia retoma - de forma autorreflexiva - a experiência do primeiro vestibular, significando-a como um momento de reorganização psíquica e um marcador de trajetória. No Brasil, a aprovação no vestibular, especialmente em universidades públicas, é considerada um rito de passagem para muitas(os) adolescentes de classe média/ média alta e suas famílias (Aguiar & Conceição, 2009; Lopes de Oliveira, Pinto & Souza, 2003).

¹⁶ Dentre as estratégias para garantir sigilo e privacidade das participantes, foram suprimidos nomes e alguns dados demográficos que possam facilitar sua identificação.

“Viagem, aí eu vi que eu tava obcecada por uma coisa, mais que escolher o curso certo, passar na Universidade de Brasília, né? Aí nessa época também, que *eu fui ter essa reflexão, aí eu acho que cresci bastante, dei uma amadurecida nessa época, não consegui entrar de cara e tive um obstáculo, né*. Que eu sempre ouvi [muda a entonação de voz]: - ‘Que eu era a mais inteligente da turma, não sei quê...’ *Então eu vi um obstáculo e isso me magoou bastante, me fez crescer, né, como pessoa, ver o que que tava errado, tal. Enfim.*”

Artemísia introduz em seu relato o movimento construtivo de exploração e contraposição de sua posição inicial “*a mais inteligente da turma*”, possibilitando a introdução da novidade em seu campo semiótico. O fato de “*não conseguir entrar de cara [na universidade]*” é narrado como uma oposição às vozes de outros internalizados, como as figuras parentais e provavelmente professoras(es), que ecoam a posição “*a mais inteligente da turma*” e alimentam a coligação *estudiosa-acadêmica* e *alguém que queria fazer algo importante para o mundo*. Artemísia atribui a gestão da novidade [“*um obstáculo*”] a um processo reflexivo [“*que eu fui ter essa reflexão*”], de auto-inovação, sendo significado como um episódio promotor de desenvolvimento

Ela apresenta-se como dotada de consciência da própria agência e de sua capacidade de auto-regulação, de “*crescer*”, de “*amadurecer*”, na medida em que se narra como responsável por “*ver o que que tava errado*”. No que tange a processos de desenvolvimento, prevalece o uso do pronome “eu” e de tempos verbais na primeira pessoa do singular. Podemos supor que a possibilidade de se haver de modo mais dinâmico e flexível entre as várias vozes e posicionamentos – como notamos expressar-se na narrativa de Artemísia – seja produto exatamente deste processo de reorganização psíquica.

Encontramos reflexões semelhantes no trabalho qualitativo de Kraus (2000), um estudo longitudinal com jovens adultos alemães, realizado ao longo de 10 anos. Partindo da compreensão de que, na atualidade, instituições como igrejas, escolas e organizações de classe não ocupam o mesmo papel no processo de desenvolvimento de jovens, a noção de sujeito como “criador(a) de si mesmo(a)” (tradução nossa, p.03) assumiria um senso muito mais ampliado, ressaltando a singularidade de cada biografia. Os diversos e

numerosos contextos de convivência cotidiana, aos quais os(as) adolescentes tendem a estar envolvidos(as) na atualidade, assumiriam um lugar diferenciado no processo de construção da identidade.

O autor aborda a construção de um senso coerente de si a partir de narrativas construídas no contexto de entrevistas autobiográficas, realizadas logo após acontecimentos como entrada na universidade, no mercado de trabalho ou perda de emprego, denominados “eventos disruptivos do self” (tradução nossa, p.06). Pontua que a coerência é um elemento considerado fundamental no contexto interacional da entrevista, visto que há a expectativa que a(o) entrevistada(o) demonstre capacidade de narrar sua própria história de forma minimamente adequada e plausível. Isso implica em um desafio metodológico, demandando a criação de uma ambiência que possibilite e estimule narrativas de ambivalência e rupturas na construção da identidade, foco de seu estudo. Kraus, defendendo a identidade como um processo de construção de uma coerência biográfica, cunha o termo identidade colcha de retalhos (“patchwork identity”, p. 02). Os eventos disruptivos teriam o potencial de promover uma quebra da continuidade e coerência do self, demandando a mobilização de dispositivos de reorganização psíquica e uma notável capacidade de auto-regulação.

A partir deste ponto, Artemísia passa a estruturar sua narrativa de forma diferente e inicia o segundo momento da entrevista: os relatos autorreflexivos, que expressam ressignificações e “desconstruções” sobre processos identitários tornam-se mais frequentes, dividindo o espaço e a atenção com os relatos mais descritivos. Ao longo da narrativa este processo se intensifica de modo que, no terceiro momento da entrevista, os relatos autorreflexivos assumem quase que a totalidade da narrativa. Em nossos últimos estudos, temos refletido o papel da entrevista como contexto potencial de atualização e ressignificações de experiências. É possível supor que o exercício de construir uma narrativa de vida no contexto interacional da pesquisa tenha favorecido Artemísia nesse movimento de “desconstrução” de uma lógica temporal linear, para colocar em cena vários tempos e várias vozes.

Em seguida, Artemísia prossegue relatando suas experiências de estágio, seu cotidiano na faculdade particular e o desinteresse pelo curso de [nome do curso], a descoberta de um novo curso e a nova tentativa de aprovação no vestibular. A entrada na

universidade pública para um novo curso é caracterizada como um marcador de trajetória, “*um divisor de águas*”:

“Aí eu fiz o vestibular tranquila, com uma outra visão, assim, não tava mais naquela coisa de passar, obsessiva, se rolar, rolou, se não, vou dar um jeito...aí eu passei. Aí eu considero minha entrada, não só na Universidade de Brasília, mas também pro curso de [nome do curso], *um divisor de águas, assim, bem formador da minha pessoa como sujeito, meus valores e tudo.*”

Surge a posição “*minha pessoa como sujeito*”, categoria analítica incorporada à narrativa de Artemísia, que demarca sua inserção no novo curso e integrará, mais adiante, o posicionamento *sujeito político*. A universidade passa a ser citada por meio de sua sigla, indicando possivelmente um processo de familiarização e incorporação da instituição ao seu cotidiano.

Sua narrativa, nos trechos seguintes, ganha uma carga emocional diferenciada, mais eufórica e acelerada, o riso e o uso do discurso direto tornam-se mais frequentes. Surgem novas vozes e novos pontos de vista, co-construídos na relação com terceiros, participantes do diálogo e presentes em termos psicológicos. Dentre estes outros sociais, destacam-se o namorado e a cunhada de Artemísia da época de entrada na universidade. Por apresentarem pontos de vista diferentes dos seus, ambos participam como mediadores de processos de “*desconstruções*” e compartilharam experiências carregadas com potencial de exercício da alteridade, especialmente em termos de sua sexualidade e do processo de “*reconhecer o afeto por mulheres*”.

“(...) então, ela [minha cunhada], sei lá, a gente saía e às vezes ela: - ‘Ah, porque você tá sendo machista, não sei o quê!’ A gente teve várias brigas e eu entendia o que ela queria, porque eu já tava entrando em contato com essa coisa de desconstruir... (...) E aí, nossa, no(a) [nome do curso] foi super identificação, aí eu comecei a andar com esse pessoal dos estudos feministas, minha cunhada, principalmente. E aí, nesses estudos, você começa desconstruir gênero e começa a desconstruir sexualidade.”

Estes processos de “desconstruções” são objeto de intensa elaboração discursiva, estendendo-se das linhas 101 a 191 e em outros trechos posteriores da entrevista, além de serem significados por Artemísia como bastante férteis em termos de contato e incorporação de novos pontos de vista. Alguns aspectos que indicam o potencial de promoção de desenvolvimento são: (a) o fato das experiências narradas serem significadas por Artemísia como diferentes daquelas que integravam seus posicionamentos iniciais e; (b) as interações que introduzem a diferença e a novidade em seu campo semiótico serem percebidas como preferíveis, comparadas ao repertório anterior (Fogel & cols., 2006; Gonçalves, no prelo). Consequentemente, essas experiências carregadas com potencial de exercício da alteridade ganham maior valência em sua capacidade latente de promover mudanças na trajetória de Artemísia, na medida em que são assim significadas por ela, marcam um momento distinto da narrativa de vida e são alvo de grande elaboração narrativa.

Reflexões sobre sua orientação sexual são desenvolvidas a partir deste trecho e se distribuem ao longo de toda a entrevista, sugerindo ser um tema em constante processo de (re)elaboração, relacionando-se e atravessando de forma transversal todos os demais temas da narrativa. O tema surge pela primeira vez, na entrevista, nas linhas 50 a 70, quando Artemísia conta as lembranças dos primeiros questionamentos sobre sua orientação sexual e sua identidade de gênero durante a adolescência. O trecho abaixo é posicionado entre duas pausas médias na narrativa e entre dois temas conexos, atendendo à lógica cronológica presente no primeiro momento da entrevista. O interesse por mulheres, neste trecho, ainda figura como uma possibilidade, como algo ainda não experimentado e, portanto, não confirmado. Artemísia narra a atração por mulheres como algo da ordem da “*reflexão*”, como um processo não compartilhado com outros sociais. Adere a macronarrativas que representam a adolescência como período típico de revolução hormonal e do processo de construção da identidade, tornando-as sua própria voz.

“Então, aí com uns 13, 14 anos, eu comecei a me perguntar: - ‘Por que eu só gosto de ver mulher nua e homem não, né?’ *Aí eu:* - ‘*Nossa, será que eu sou lésbica e tal*’, *eu já tinha ouvido falar, sapatão, essas coisas, e não tinha conhecido nenhuma, nunca vi um*

*exemplo na família. Mas assim...[pausa média] aí eu lembrei, que uma vez, quando eu tinha uns 5, 6 anos, tinha dormido na casa dos meus avós e...aí num filme deu uma cena erótica entre mulheres e eu fiquei assim, admirada [ênfase], como se aquilo...eu não entendia aquilo, mas aquilo era muito bom. (...) Aí com uns 13 anos eu fiquei pensando e lembrei: - ‘Nossa, eu gosto de ver mulher nua, e tal, *será que eu sou lésbica?*’ Aí eu pensei: - ‘*Se um dia eu me apaixonar por mulher, aí eu penso, se não, eu vou levar, porque até então só tinha me apaixonado por meninos, na escola. Aí eu deixei, aberto, se um dia eu me apaixonar, talvez eu pense nisso, por enquanto deve ser alguma coisa da puberdade, né, tô me identificando... [ri]*’. Eu mesma, naquela época, tive essa reflexão [rindo]. E aí segui, né, aquela coisa de 2º grau, e tal, e conheci vários meninos. Nunca, nunca me apaixonei por nenhuma mulher, depois dessa reflexão, demorou anos, e tal.”*

No trecho entre as linhas 101 e 191, por sua vez, os questionamentos sobre sua orientação sexual não mais se restringem a reflexões, sendo compartilhadas com o namorado, que é posicionado como alguém que a “*entende dessa forma*” e com quem “*cria cumplicidade*”. O uso do discurso direto e a dramatização da narrativa posicionam o namorado como participante do diálogo e como alguém presente em termos psicológicos. O uso do tempo verbal no gerúndio e a explicitação “*Naturalmente, eu nunca tinha pensado em criar aquele discurso, eu falei*” indicam o caráter processual da construção de posições e de interpretações, além de sinalizar o exercício de narrar-se para o outro como um ato, como parte de um movimento contínuo de (re)elaboração de si. Na narrativa abaixo [143 a 161], Artemísia vai se posicionando gradativamente como “*Artemísia que acha que gosta de mulher, também*”, “*que não sabe*”, “*que tem estudado e tem se imaginado...*”, “*que tem achado várias meninas bonitas*”. Por fim, Artemísia diz, em tom conclusivo: “*É, acho que eu sou bissexual*”, finalizando este trecho antes de iniciar um novo tema. É a primeira vez que surge a posição *Artemísia bissexual*, associado a um tom de dúvida “*eu acho*” e com sua confirmação condicionada à experimentação, à materialização por meio da ação de relacionar-se com uma mulher. Mais adiante, sua primeira experiência amorosa com uma mulher fortalece as vozes que sustentam e convergem a posição *Artemísia bissexual* em um posicionamento.

“Naturalmente, eu nunca tinha pensado em criar aquele discurso, eu falei [tranquila]: - ‘É, eu acho que eu gosto de mulher, também.’, falei pra ele assim. Aí ele [arregalando os olhos, falando com ênfase]: - ‘Séeeerio, mas como é que é, e tal?’ Aí eu: - ‘Não, eu não sei’, aí eu contei pra ele, ‘*não, desde pequena eu acho bonito, blabláblá, mas eu nunca fiquei a fim, mas, sei lá, ultimamente eu tenho estudado as coisas e tenho me imaginado...*’ Claro, tava passando pela minha cabeça, eu só não tinha preparado aquilo pra [fazendo aspas com as mãos] confessar para alguém, até mesmo porque eu não via como nada de errado, aí eu tinha uns 19 anos, assim... E aí eu comecei a conversar com ele e comecei a refletir mais ainda, né, você vai conversando e vai pensando. Aí eu pensei: - ‘Ah, mas não sei, ultimamente eu fico olhando, pô, tem várias meninas que eu acho bonita: aquela ali, aquela ali [olhando, rindo e apontando, encenando a situação]’. Aí a gente criou, tipo, uma cumplicidade, assim, de ficar olhando as meninas e ficar conversando sobre, então assim... Aconteceu um negócio bem interessante, mas aí eu falei com ele: - ‘Tô com você agora, amo você e... tô dizendo que isso é algo que faz parte de mim, tal.’ E aí foi, *acontecendo isso, dele entender*, eu, dessa forma, né. Aí eu falei: - ‘É, acho que eu sou bissexual.’ E aí a gente ficava olhando as meninas: - ‘Olha ali que linda, olha aquela ali’, nunca teve ciúmes, nem nada, foi bem interessante, assim.”

Em seguida, Artemísia comenta brevemente que, no mesmo período, tem a oportunidade de trabalhar com gênero e feminismo. Na sequência, retoma o tema do seu relacionamento amoroso:

“E esse meu relacionamento, que era muito baseado em amizade, e tal, a gente questionou várias coisas juntos, de valores, e tal, ele lia, como ele tinha a irmã, ele lia bastante sobre isso e a gente tava sempre conversando filosoficamente, desconstruindo religião, casamento, não sei o que, e aí veio o negócio de tentar desconstruir a monogamia, né.”

Artemísia narra que na primeira ocasião em que ela e o namorado exercitaram a “desconstrução da monogamia”, ela vivenciou “ficar” com uma mulher. Após a primeira experiência com mulheres, a posição *Artemísia bissexual* torna-se parte integrante de sua constituição “como sujeito”, além de ser significada como algo do qual ela “*gosta muito*” e que “*só comprovou algo que eu já sabia*”. A expressão “*Nossa, não só... é, sei que isso*

é meu, como gostei muito!” indica a assimilação e a incorporação da posição *Artemísia bissexual* ao seu campo semiótico.

“Aí a gente conversou, ele não se importou, assim, ele viu que foi a experiência pela experiência, e foi só aquilo mesmo, assim... não me afetou em relação ao meu relacionamento, foi só uma experiência, mas prá mim [com ênfase], como sujeito, eu soube: - ‘Nossa, não só... é, sei que isso é meu, como gostei muito! [rindo]’ né, então a primeira experiência só, engraçado, só comprovou algo que eu nunca tinha experimentado, mas já sabia, simplesmente sabia que eu ia gostar, né.”

Nos trechos acima, as pausas, as reformulações, o uso frequente e retórico da expressão “*né*”, bem como as frases que sugerem um sentido implícito, sem que necessariamente sejam finalizadas [*“a gente ficava muito tempo junto, então não teve, né”*] indicam o caráter co-construído da narrativa, divergindo de uma concepção de posição existente a priori, meramente atualizada na entrevista e reduzida a estratégia de convencimento da(o) interlocutor(a), processo identificado por Silva (2003). Estes aspectos indicam ainda um possível processo de atualização e ressignificação da experiência no exercício de construir uma narrativa de vida no contexto da entrevista.

“(...) e cada vez mais eu sentia uma vontade e necessidade [ênfase] de viver uma vida lésbica, assim. Uma vida lésbica não, assim, ter experiências com mulheres, né. (...) E nessa época também, concomitante a... a... descobrir que, descobrir não, reconhecer o meu afeto por mulheres, uma amiga minha também, o mesmo caso que eu, só que ela tinha reconhecido isso antes, mas ela tava namorando um cara, no momento, e tal, ela também era do rock e a gente se identificava muito, a [nome da pessoa]. [Ri, apontando à sua frente, referindo-se a uma pessoa que participou de várias atividades que integraram o período de observação etnográfica]. E ela começou a me levar pra festa... pra dançar, assim, e aí eu comecei a gostar de dançar, gostar de música eletrônica e tal, música pop, não só rock. E nesse meio tinha bastante mulheres lésbicas, né. E eu comecei a ficar bastante admirada com aquilo e, nossa, fiquei super excitada, atraída pelo contexto, assim, né.”

Mais adiante, Artemísia narra oportunidades de bolsa de iniciação científica e de um estágio em gênero em uma instituição governamental, que marca sua entrada no mercado de trabalho. Relata este período como um momento de experimentação, descobertas e “confluências”, com intensificação de seu envolvimento com a militância a partir de suas experiências profissionais.

“E aí foi tudo junto né... confluiu, é... a minha vida acadêmica, com meu trabalho, que tinha muito a ver, e a coisa da vida social, que eu tava descobrindo uma nova coisa e, e, tava solteira, depois de 4 anos, assim, eu tinha ficado com poucas pessoas, né, *porque eu saía, aquela coisa, assim, de você se lançar, né, descobrir que tipo que eu sou, né* [rindo]: *caçadora, passiva, não conhecia, saía pouco... E aí eu comecei a viver tudo isso, né. E nossa, foi muito intenso, foi muito... [pausa média] definidor do que eu era, do que eu tava e [ênfase], pelo meu trabalho na(o) [nome da instituição], que eu considero uma militância também*, porque na UnB eu nunca fiz parte de nenhum grupo, mas tudo que era evento, que tinha passeata e... seminário, pela legalização do aborto, né, tudo isso eu sempre participei, assim, mas como autônoma, né. Nunca tinha sido convidada pra nenhum grupo, né.”

Embora tenha se identificado como autônoma em algum momento de sua trajetória, como no início de sua graduação, e tenha integrado um coletivo autônomo, sua militância também é marcada por espaços institucionalizados, considerando as posições ocupadas em contextos como o trabalho e a academia. Ao narrar o início de sua trajetória na militância, Artemísia destaca a oportunidade de estágio em uma instância governamental que atua com políticas de gênero, como um evento marcador de trajetória e como um espaço que propiciou um contato mais intenso com as organizações não-governamentais:

“Aí eu fui e, nossa, adorei o trabalho, me identifiquei, não sabia ainda, eu já trabalhava com gênero na academia, mas não sabia, conheci algumas ONGs daqui, [...] E nessa também, de eu começar a sair pra festa e trabalhar, não sei que, não sei que, aí comecei a ir pras Paradas, que eu nunca tinha ido, comecei a ir com a [nome da amiga], a gente conheceu a ONG Obá, a gente ia nas atividades das meninas, eu achava bem legal (...).”

Artemísia significa sua participação nos movimentos sociais como um “*compromisso*” ético ao qual é convidada, sentindo-se moralmente convocada a aderir a um grupo em resposta ao convite de integrantes de um movimento. Artemísia já conhecia outros grupos de militância em gênero e sexualidades, à medida que essas temáticas passaram a constituir parte de sua experiência cotidiana na universidade. No entanto, diluindo as fronteiras entre o público e o privado, a militância adquire novo status e nova valência emocional, já que sua inserção no movimento coincide com a intensificação de sua participação no “mundo lésbico”.

“E um dia, a [nome da pessoa] e a [nome da pessoa] me convidaram para entrar para a(o) [nome do movimento]... E, bom, pra mim, eu pensei: *pra mim não tem como eu viver uma coisa sem me envolver com aquilo*, assim, se eu tava vivendo aquilo socialmente, se aquilo é uma coisa que tem repercussões políticas, né... Eu, eu sou sujeito, eu sou sujeito, [acelerando a fala] eu tenho que fazer história, eu tenho responsabilidades quanto àquilo. *Então, se eu tava... [pausa média] Eu me sentia... meio no compromisso, assim! Se eu tava começando a adentrar o mundo lésbico, assim... eu tinha que fazer alguma coisa, não queria só usufruir das festinhas, digamos [levantando as sobrancelhas].*”

Na narrativa acima, destacam-se posições como: “*sujeito*” que *é social*, que *tem que fazer história*, que *vive socialmente o mundo lésbico*, que *tem responsabilidades com o mundo lésbico*, que *estava começando a adentrar o mundo lésbico*, que *usufrui das festinhas*, integrando o posicionamento *sujeito político*, sujeito social comprometido com a vida pública, com seu papel na (transformação da) sociedade. Artemísia significa sua inserção no movimento como forma de estender seu posicionamento *sujeito político* a todos os seus espaços de interlocução, ao seu cotidiano, com “repercussões políticas” e pessoais. Esse empenho em realizar uma militância ampliada e fundamentada na micropolítica está diretamente relacionado ao seu processo pessoal de criar uma coerência interna, em termos identitários, um senso de si que pudesse ser significado por ela mesma – e por outros, na medida em que é um processo relacional - como coerente.

Nas linhas 255 a 299, formam-se relações entre o posicionamento *sujeito político* e a coligação *estudiosa-acadêmica* e *alguém que queria fazer algo importante para o*

mundo. Artemísia narra com entusiasmo seu envolvimento com o movimento feminista de mulheres lésbicas e bissexuais e ressalta como a temática gênero e sexualidades gradualmente assume um lugar de destaque no trabalho, na universidade, bem como nas relações sociais e amorosas. Essas experiências e a diluição de fronteiras entre o público e o privado são significadas como um motor para seu processo de desenvolvimento e como símbolo de sua aproximação à condição de adulta, sintetizadas com a frase: “*então, fui viver, né?!*” [linha 268].

Este trecho marca ainda o início do terceiro momento da entrevista, com prevalência de longos relatos auto-reflexivos sobre dificuldades em conciliar trabalho, estudo e militância. O ato de narrar fatos assume o pano de fundo e o ato de refletir criticamente e atribuir significações às experiências vividas torna-se figura. Intensificam-se as reflexões sobre “limites pessoais”, “duplicidade de identidade”, legitimidade, fronteiras entre político e privado e questionamentos sobre a forma de significar sua orientação sexual. O discurso torna-se mais ramificado, as pausas tornam-se mais freqüentes, com idas e vindas de temas, diferenciando-se do segundo e, principalmente do primeiro momento da entrevista, marcadamente mais linear e mais atrelado à ordem cronológica dos fatos. No trecho abaixo [linhas 288 a 299], o discurso direto é utilizado para expressar diálogos internos. Os impactos emocionais do fato narrado, inicialmente posicionados no passado, são atualizados durante a entrevista para o tempo presente, observando-se o uso dos verbos. Neste momento, Artemísia rompe com o tempo cronológico para transpor-se para o tempo psicológico, no qual as noções de passado, presente e futuro diluem-se ao sabor das experiências e dos significados e a elas associados.

“Eu não consegui ir escrevendo, eu dei várias travadas e aí a(o)[nome do movimento] cheia de atividades, e tal, e muita coisa e aí eu comecei a me sentir muuuito cheia de coisa e atribuí à faculdade: -‘Também, já tô há quatro anos fazendo aquilo, quando acabar vou ficar livre, vou só trabalhar e militar, né’. E... na verdade eu tive um desgaste psicológico muuuito forte, nesse processo de escrever a monografia, o que... foi muito doloroso, eu estar fazendo uma coisa que eu gostava muito, que eu esperei o curso todo pra fazer, que eu tenho um prazer enorme, mas naquele momento eu não tava dando conta, então assim: eu escrevi correndo, escrevi mal, não gostei, entreguei insatisfeita,

tirei nota máxima, mas não gostei e até hoje não consegui consertar e entregar pro departamento, não consegui voltar ainda pra academia. *Então eu peguei um trauma, assim, de...de...concentrar, de não conseguir concentrar numa coisa e comecei a fazer terapia, nossa, foi bem... Tá sendo muito difícil, assim.* Na época, pra mim, foi como se eu tivesse um desgaste psicológico, uma coisa que eu não sabia o que era e agora, já tem dois anos disso, agora que eu tô entendendo o que aconteceu comigo, e tal, como que isso é parte de toda uma grande coisa, mas enfim, depois eu te explico isso melhor [rindo].”

Artemísia de fato retoma o tema para “*explicar isso melhor*” nas linhas 413 a 440, que apresentaremos mais adiante. O caráter reflexivo e construtivo da narrativa de Artemísia se estabelece pelo uso dos tempos verbais, como o uso do gerúndio, e pelo conteúdo do relato. A ampliação da compreensão sobre seu desgaste psicológico “*agora que eu tô entendendo o que aconteceu comigo*” não implica em sua transição completa para o passado. Artemísia se posiciona na tensão entre a continuidade e a mudança de si, de modo que a posição *Artemísia está entendendo o que aconteceu* não dissolve a posição *Artemísia que pegou um trauma*. A relação de justaposição entre as posições é estabelecida e atualizada pela forma como Artemísia define o processo: “*nossa, foi bem... Tá sendo muito difícil, assim.*” A experiência de “*desgaste psicológico*” e “*trauma*”, no contexto acadêmico, é agravada por sobrecargas na militância e no trabalho, conforme narrativa que segue abaixo.

”[...] a gente sofreu um momento de como foi... 2008 né, no caso ano passado, foi a grande conferência [nacional], LGBT, então assim, como a gente trabalha no centro das coisas e aconteceram tudo, os outros colegiados do resto do país usavam muito a gente pra a gente ajudar no operacional [do(a) nome do movimento] toda(o), então ‘vai lá ligar passagem, vai lá’, e a gente começou a fazer o operacional com [o(a) nome do movimento] e esquecemos do DF que era a nossa grande essência, o que a gente queria fazer, o trabalho de base assim. *Levar né as questões de gênero, as relações de gênero, né, ao conhecimento das meninas da periferia, e levar, trazer, é, levar gente pra ir lá conhecer o contexto de vida delas, e isso que eu quis, foi isso que eu pretendi na minha militância lésbica feminista, e fiquei nos dois grupos em que eu estive porque esse era o objetivo do grupo, se fosse diferente eu não tinha ficado o tempo que eu fiquei.* Mas a gente queria isso, e a gente, o grupo todo, na medida que o grupo todo não tava num

ritmo bom também por conta da constituição do grupo né, e aí nessa a gente resolveu sair [do(a) nome do movimento] e como a gente tinha uma lógica de grupo muito boa, amizade, filogenia, solidariedade, claro, com os trancos e barrancos da, de viver em grupo né, aí a gente resolveu montar um grupo do DF pra fazer aquilo que a gente desde o início sempre quis e não conseguia, e aí a gente montou a Ewá, em julho de 2008, um pouco mais de um ano, mas a Ewá é o que era o(a) [nome do movimento] né, era as mesmas pessoas. Quer dizer, quando a gente montou o grupo, é, a gente chamou todo mundo que tava ali desaparecido, ‘e aí, vai continuar, não vai, quem é nova agora é hora de entrar, vamo lá, já vamo construir uma carta de princípios junto’, a lógica de vamos construir junto, quem já vai entrar e já entra."

Artemísia atribui a criação do coletivo Ewá às dissidências com o movimento ao qual integrava anteriormente, com o intuito de focar nas especificidades do “*trabalho de base*” no Distrito Federal. Inspiradas no trabalho de Zanetti (2009) sobre jovens feministas e na revisão da trajetória do feminismo no Brasil das autoras Pinto (2003) e Sarti (2004) estabelecemos ao menos quatro linhas de atuação dos movimentos feministas, a saber: (1) que enfatiza a formação de suas militantes e a formação feminista para mulheres; (2) o chamado feminismo acadêmico, que tende a se fazer presente em universidades e em organizações governamentais feministas com alto grau de especialização; (3) que prioriza o trabalho junto à gestão pública e ao setor legislativo do Estado, buscando a garantia e extensão de direitos sociais através da criação e aprovação de projetos de lei que versem sobre a vida de mulheres e, por fim; (4) que foca nas chamadas ações radicais, como intervenções de rua ou ações de desobediência civil, como passeatas e pichações com mensagens de cunho político e de crítica ao Estado. Alecrim posiciona-se como mais inclinada à linha de formação feminista para mulheres, assim como posiciona as demais integrantes do coletivo como identificadas com a mesma proposta: “(...) *e fiquei nos dois grupos em que eu estive porque esse era o objetivo do grupo, se fosse diferente eu não tinha ficado o tempo que eu fiquei. Mas a gente queria isso, e a gente, o grupo todo (...)*”.

Ao narrar o processo de criação do coletivo, Artemísia dilui-se no grupo e surge o contrapositionamento “os outros”. Prevalece o uso de “nós”, “a gente”, “o grupo todo” e a referência à importância de outras integrantes do coletivo para o desenvolvimento de

suas ações. Uma das prerrogativas dos três grupos que participam do presente estudo – Ewá, Obá e Iansã - é que toda ação é uma construção coletiva, na medida em que se identificam como grupos de organização horizontal. Os trabalhos e debates desenvolvidos, as manifestações, bem como os textos publicados nos sítios, blogs e panfletos contam com a assinatura do(s) coletivo(s), sem especificações de quem compôs tais iniciativas. Um dos impactos dessa forma de organização é que, em certa medida, a própria narrativa das integrantes é considerada uma co-construção direcionada para a defesa de objetivos e princípios do grupo. A narrativa apresentada abaixo, na qual Artemísia dá continuidade ao tema do “*desgaste psicológico*”, estabelece uma tensão entre os posicionamentos *Artemísia militante* e *Artemísia profissional de instituição governamental*.

“Quem disse, é psicológico né, não adiantava, não deu, aí assim, fui pra área lá, continuei militando, aí teve conferência, e foi engraçado que eu fui pra conferência nacional de LGBT convidada por [nome da instituição onde trabalha] pra ir como delegada, só que eu cheguei lá me conheciam como [nome do movimento] então assim, várias vieram falar comigo como se eu fosse militante, aí tinha essa coisa, então, e antes eu tava [no(a) nome da instituição governamental onde Artemísia trabalhava] ia pra algum encontro feminista, aí encontrava as mulheres [do movimento], ‘e aí, não sei o que, fala com [a sua chefe]’, *tipo assim, então é essa duplicidade de identidade tava me incomodando demais, assim, de ser governo e de ser militante. [...]*Então assim, às vezes *misturava tudo*, me dava, eu sentia que eu não... é ... que *eu não conseguia ser nada plena assim, completa*, enfim, mas eu gostava muito de tudo, só a academia né que eu quis dar esse tempo, to dando até hoje [...] e aí com [nome do atual local de trabalho] eu saí do governo, acho, eu pensei que eu ia ter um alívio né, por questão de identidade política né, que daí eu seria uma [nome da categoria profissional] militando né. Então eu me senti mais livre pra assumir algumas questões e tal.”

A tensão entre os posicionamentos é significada por Artemísia como impedimento para “*ser plena, completa*”, não obstante o fato de “*gostar muito de tudo*”. Nos trechos que Artemísia relata tensões mais explícitas, como na situação acima, sua narrativa tende a acelerar, assim como sua expressão corporal, a escolha das palavras na construção do relato torna-se mais cuidadosa e o uso da expressão “*né*” fica mais recorrente. Aparecem

vozes de mulheres militantes, cuja autoria não é especificada, que reforçam o senso de “*duplicidade de identidade*”. Outro aspecto que é significado como ponto de tensão em sua militância, narrado abaixo [linhas 444 a 467] é o posicionamento *mulher bissexual*:

“Ah, outra coisa que eu não falei, na militância desde o início... é... criei, construí uma identidade política de mulher bissexual, é, porque o fato de eu ter começado a andar muito com mulheres e ter relacionamento mais com mulheres não necessariamente desfez o meu desejo por homens, assim, durante esse tempo de militante eu fiquei com alguns homens, nunca mais tive um relacionamento, assim, e tenho notado que complica cada vez mais rápido, assim, é bem difícil, mas os momentos que eu tive assim que eu estive com um cara, encontrei, né, pessoas que me viam nos meios lésbicos, eu sentia um estranhamento e aquilo, nossa, aquilo me encucava muito, ótimo pra estudar antropológicamente, mas assim, eu aproveitei bem o meu esquema de militante assim pra escrever, escrevi uns 3 textos sobre isso, a gente inclusive tem um , o(a) [nome do movimento] e a Ewá tem um panfletinho que fala sobre mulheres bissexuais, foi eu e [nome de integrante do grupo] que escrevemos e tal. [...] Enfim, a minha identidade era bissexual e assim, cada vez menos eu tava tendo relacionamento com homens mas, né, queria falar sobre aquilo, e várias vezes pensei também, que a minha identidade ela é política né, ela é, eu assumo aquilo pra falar, pra dizer algo pra alguém, pra demandar uma política pública pra esse segmento, é pra isso. Agora a minha sexualidade eu acredito que é como de todas as pessoas algo bem fluido e mutante, inconstante, contextual, essa é ... [risos].”

Nas narrativas sobre a entrada de Artemísia na militância, observamos a ocorrência de polifonia que resulta em proliferação de posições, como *Artemísia que se lança*, *Artemísia que está descobrindo coisas*, *admirada com o meio lésbico*, *atraída pelo contexto lésbico*, *Artemísia que reconhece seu afeto por mulheres*, *que tem vontade e necessidade de ter experiências com mulheres*. Essa proliferação de posições constitui o posicionamento *mulher bissexual*, assumido no decorrer da narrativa. Com a intensificação da participação de Artemísia na militância, o posicionamento *sujeito político* é fortalecido e passa a ser alimentado pelo posicionamento *mulher bissexual* até integrarem-se no *posicionamento político mulher bissexual*. A construção de relação entre estes dois posicionamentos se dá em um complexo processo, que inclui tanto a

dominação (Valsiner, 2002) quanto a justaposição de vozes (Silva, 2003). A dominação se processa na medida em que se reconhece uma relação assimétrica entre os posicionamentos, com fortalecimento de *sujeito político* em detrimento de *mulher bissexual*: “tenho notado que complica cada vez mais rápido, assim, é bem difícil [ter relacionamento com homens].” A justaposição de vozes, por sua vez, é articulada na medida em que a tensão estabelecida não apaga as contradições presentes na integração entre os dois posicionamentos “*sujeito político*” e “*mulher bissexual*”. Reconhecemos certo caráter artesanal nos processos de reorganização dialógica do *self*. As relações, costuras e suturas entre os posicionamentos tendem a deixar vestígios, rastros, marcas da experiência humana que são incorporadas na ressignificação de si e do mundo. A forma como Artemísia significa sua sexualidade como “*algo bem fluido e mutante, inconstante, contextual*”, participa de seu processo de reorganização psíquica.

Artemísia encaminha a narrativa para seu final, refletindo criticamente sobre as fronteiras entre privado e político, seus “limites pessoais”, “quem eu sou”, questionamentos sobre sua orientação sexual e suas prioridades na época de realização da entrevista.

“E tem mais ou menos assim uns 2 meses, não, tem uns, nossa 3 meses já, passa rápido, e eu to começando a me sentir mais calma, mais tranquila, mais feliz, sabendo, que às vezes, e aí agora que eu tô entendendo também que todo o meu processo psicológico né de esgotamento, com a academia né, também tô descobrindo uma coisa bem que eu ... é ... que o que me faltou naquela, que foi uma época né de conhecer a militância, por meio da academia, tudo muito junto, minha vida sexual, tudo foi junto, então eu acho que eu me virei muito pra construir uma identidade social da Artemísia, e olhei pouco pra dentro assim, que que eu sou, que que eu não gosto, que, que por exemplo, a poli, a tal da poligamia né que eu discuti com meu namorado, eu tentava colocar em prática, hoje eu vejo não, não dou conta do jeito que eu idealizei pra mim, do jeito que eu quis desconstruir academicamente, não tenho limites pessoais. Então eu tô bem numa fase assim, introspectiva, de reconhecimento, é muito doloroso, claro né, você vê coisas que você não lembrava que você tinha medos e inseguranças e quando você ta né numa posição pública assim de militância, ‘ah, não sei o que’, defendendo, você fica toda hora se questionando ‘tá, mas eu sou legítima pra falar isso?’, eu sou então, é muita cobrança interna assim né. Então tem cobrança dos outros e interna, essa coisa de ser bissexual por

exemplo né, tem muito tempo já que eu não fico com um cara, não sofri, nada assim, é, eu sentia preconceito externo e interno do movimento, assim, então foi uma discussão que eu sempre quis pautar mas ela nunca foi plena, eu consegui assim conquis, a palavra é conquistar mesmo, é bem político, várias pessoas em torno do que é a bissexualidade mas não conseguia o respeito de outras, assim, então várias vezes eu sentia a minha fala deslegitimada, pelo fato, ‘e aí, você vai trazer um cara’, piadinhas assim dentro do movimento né, [Narra situações em que se sentiu discriminada por ser bissexual.] É, e fora assim teve uma coisa assim do ‘ah, e aí, você não vai se decidir, você tem que ser uma coisa ou outra’ e tal, eu não, eu sou o que cada dia eu tô a fim. Mas assim, eu confesso que eu tive as minhas inseguranças assim, quando eu percebi que eu tava muito tempo assim... eu tô já há muito tempo sem me relacionar, sem me encantar por homens, eu fico pensando ‘caramba, será que eu sou lésbica?’, tipo se eu for tudo bem né que se eu sou bissexual eu vivo na vida lésbica também né, não tem mistério nenhum, mas assim, que que eu sou, que que eu sou, que que é legítimo, como é que eu vou militar com uma identidade se na vida, então eu tive uns conflitos, inseguranças, não em relação ao que eu sou, mas conflito da minha sexualidade com a minha identidade sexual e tal, é, política, mas agora eu já tô questionando isso também, aquilo é só político, se eu tiver que falar até que eu sou hetero em algum momento que vai beneficiar pessoas, embora eu esteja ..., é, isso eu não imagino, hetero eu exagerei, assim, se eu for usar tanto o bissexual quanto lésbica, né, até trans dependendo, essa coisa da indumentária, da roupa né, qualquer variação você já transgrediu o gênero né, então, e agora não, tô a fim só de trabalhar lá, fazer um..., então isso não importa.”

Artemísia estabelece seu “*processo psicológico*”, o movimento de “*olhar para dentro de mim*” e a retomada do seu bem-estar como prioridades no momento de realização da entrevista. Narra que, em primeira instância, o processo de reafirmar o *posicionamento sujeito político* foi um meio de construir uma identificação com uma coletividade e uma maneira de fortalecer o posicionamento *mulher bissexual*. É dada importância aos coletivos e movimentos feministas de sua trajetória, na medida em que participam de ressignificações de sua identidade sexual e de gênero. Mais adiante, Artemísia posiciona estes contextos como espaços de experimentação, de autoconhecimento e de reposicionamento de posições outrora significadas como periféricas, como não privilegiadas: “*primeiro descobri espaços, me envolvi com*

espaços, logo assumi a identidade, assim, logo, meu sujeito foi se moldando a partir daquela identidade né. Aí o que acontece é que depois que você viveu algumas coisas, umas você leva pra sua vida e outras não, na verdade isso não era meu, na verdade ... ok, tentei mas não me identifico”.

Os conflitos se estabelecem na ordem da legitimidade e da coerência de seus posicionamentos identitários, com perguntas que ecoam: “*que que eu sou, que que eu sou, que que é legítimo, como é que eu vou militar com uma identidade se na vida [...]*.” O uso do gerúndio na problematização dos limites entre público e privado e das diversas possibilidades de construção de identidade de gênero estabelece os questionamentos de Artemísia como um processo em andamento. Artemísia articula uma tensão entre a representatividade e a visibilidade do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais feministas e a demanda por múltiplas e infinitas possibilidades de identidade sexual e de gênero. Butler (1990/2008) defende a existência de uma crise da representatividade no movimento feminista, na medida em que novas formas de ação política se tornam possíveis e são criadas quando a noção de identidade como base comum é questionada. A identidade política filia-se à noção de sujeito político, entidade fictícia e atemporal criada durante o Iluminismo como via de legitimação de práticas, discursos e identidades baseadas na representatividade. A identidade política fundamenta-se nas mesmas bases do conceito de identidade moderna, objeto de crítica em nossa fundamentação teórica. As tensões entre a necessidade de legitimidade e a complexidade, não-linearidade, fluidez e temporalidade próprias da sexualidade questionam a noção de identidade moderna como pressuposto para a ação sociopolítica.

2.3- Análise da entrevista com Alecrim

2.3.1- Análise de construção da temporalidade e estrutura narrativa da entrevista

Com relação à estrutura narrativa e à construção da temporalidade, o relato de Alecrim está organizado em duas partes:

(a) a primeira parte, apresentada na íntegra na próxima seção, corresponde à resposta à pergunta disparadora: “*Conte-me a sua história de vida, tudo que você achar necessário, que você achar relevante, da maneira que você quiser, livremente*”. É uma

narrativa breve e de caráter mais descritivo, tornando-se mais autorreflexiva a partir do tema *como a tensão pré-menstrual (TPM) afeta “a maneira com que eu faço as coisas” e “como as pessoas me percebem”*, relatando em que medida ela compartilha da percepção de outros sociais, que a posicionam como *“brigona, teimosa e impetuosa”* [linhas 20 a 23]. Prevalece o uso de tempos verbais no passado e, observando a entrevista em sua totalidade, percebemos que a organização da narrativa privilegia temas de grande valência afetiva. A narrativa de Alecrim inicia, por exemplo, com o tema menstruação, um marcador de sua identidade de gênero que será foco de *“ressignificações”* e de grande elaboração discursiva no decorrer da entrevista;

(b) a segunda parte, por sua vez, foi co-construída ao longo das questões de aprofundamento, nas quais solicitava que Alecrim contasse alguma história relacionada a temas abordados na narrativa inicial, por exemplo: *“Você comentou também que... a maior parte da sua vida você passou menstruando, né. Conta pra mim alguma história sobre isso, sobre sua relação com a sua menstruação.”* Este segundo momento da entrevista demandou-me uma posição mais participativa e mediadora do processo de construção de sentidos por Alecrim, pois sua narrativa, interativa e não linear, seguiu um estilo descritivo bastante detalhado. Dediquei-me a acompanhar a coerência própria de sua narrativa, mantendo o foco nos temas narrados em sua resposta inicial e nos objetivos do estudo. As narrativas que abordam sua identidade de gênero, sua orientação sexual e sua trajetória nos coletivos autônomos são foco de maior elaboração discursiva, com predominância de trechos autorreflexivos. Estes relatos, bastante férteis em termos de processos de incorporação da novidade, por narrarem experiências significadas como *“divisora de águas”* ou como *“ressignificações”*, serão privilegiados na análise de posicionamentos identitários, desenvolvida a seguir. As narrativas – referentes aos temas mencionados - tendem a ser mais polifônicas, com vozes que expressam relações e embates entre posicionamentos e contrapositionamentos. Ao longo da entrevista predomina o uso de tempos verbais no passado e, da metade para o final, com a intensificação do caráter autorreflexivo da narrativa, o uso de verbos no presente torna-se freqüente. Nos últimos trechos da entrevista prevalecem também os relatos de grande valência emocional e que destacam lugares discursivos e perspectivas potencialmente compartilhadas entre Alecrim e a entrevistadora.

2.3.2- Análise de posicionamentos identitários e análise microgenética

Adriana: “Conte-me a sua história de vida, tudo que você achar necessário, que você achar relevante, da maneira que você quiser, livremente”.

Alecrim: “[Faz cara de surpresa, franzindo os olhos e a boca, pausa longa]. *Eu fiquei menstruada com 10 anos*, com 11 eu mudei pra escola pública, tenho uma irmã e um irmão, moro, agora voltei pra casa da minha mãe, moro lá com minha mãe, meu pai, minha irmã e meu irmão [pausa média]. E eu não tenho muitas lembranças de antes dos 11 anos, de idade. Que eu acho que tem a ver com ter entrado na escola pública e ter começado a escrever, assim, oficialmente, que eu tinha uma professora de redação e tal que falou pra gente fazer uns cadernos de poemas e tal. Eu só acho [rindo] não sei se é por isso mesmo, mas acho que é. *E... como eu menstruei com 10 anos eu passei muitos anos da minha vida menstruada, mais da metade, eu tenho 28 agora, em [nome do mês] eu vou fazer 29. E bem recentemente, essa semana, eu percebi que eu tenho... assim, eu descobri ano passado que eu tinha TPM, que antes eu achava que não, porque eu era feminista, eu sou feminista há 10 anos mais ou menos, e pouco, antes talvez. Oficialmente [risos] falando né. Com consciência de ser feminista. E eu achava que TPM não existia e tal, que era um desses mitos que os homens inventam pra gente se sentir imbecil ou burra, estúpida, frágil e tal. Só que aí depois que eu mudei pra uma casa com várias feministas e a gente conversa muito sobre essas coisas e tal, eu entendi, 'é, eu tenho TPM, é uma coisa de boa, não sei o que'. E aí [risos] eu percebi que eu passei muito tempo da minha vida de TPM também. Que ela dura umas duas semanas antes da menstruação, sabe. Então eu passo metade do mês de TPM [risos]. Isso mexe muito com a maneira com que eu faço as coisas. E tem a ver com como as pessoas me percebem, que é sendo [pausa média] muito brigona, teimosa e... impetuosa [dando ênfase]. E as pessoas costumam dizer que eu vou muito até as coisas que eu quero e tal. E eu percebi que quando eu tô de TPM eu faço isso mesmo. Então, ... minha trajetória de vida... mais ou menos isso, sou uma menina negra filha de um casa interracial, meu pai é negro, minha mãe é branca, minha família é de classe média... [pausa média] Descobri, ou aceitei, ou entendi... minha lesbiandade com 27 anos, [pausa média] já tava no movimento de mulheres, já tava no movimento negro, já tava no movimento feminista né... E as coisas que eu mais consigo lembrar da minha vida, assim, são episódios... de grandes [pausa média] altos e baixos.... muito.... visceral algumas coisas, então tenho*

muitas lembranças de quando eu tava muito triste e de quando eu tava muito feliz, do que aconteceram no meio dessas coisas eu quase não lembro. Então, não tenho grandes narrativas assim e tal. Acho que é isso.” [linhas 01 a 31].

É muito simbólica a escolha de temas na construção da narrativa de Alecrim, que inicia e estrutura sua história de vida em torno do fato de ter menstruado aos 10 anos de idade. Além disso, as posições de *self* presentes em seu relato são predominantemente marcadas por questões de gênero: *Alecrim menstruada aos 10 anos, Alecrim que mora agora com a família, Alecrim que não tem muitas lembranças da infância, estudante de escola pública, escritora, que tem TPM, feminista, brigona, teimosa, impetuosa, que vai muito até as coisas que quer, menina negra filha de um casa interracial, de classe média, lésbica, que está no movimento de mulheres, no movimento negro, no movimento feminista, triste, feliz, que não tem grandes narrativas*. Sua expressão narrativa já sinaliza filiações a posicionamentos identitários que serão co-construídos ao longo da entrevista, circunscrevendo-a a lugares discursivos específicos: mulher, negra, feminista, escritora, lésbica, de classe média, estudante, militante. Os marcadores de identidade de gênero, especialmente a menstruação – com seu caráter cíclico - atravessam de forma transversal toda a entrevista, destacando-se por seu potencial de mobilizar e conectar relatos sobre afetos, desafetos e ressignificações. Uma pista sobre a existência de processos de ressignificação em curso e da relevância do tema da menstruação é a circunscrição temporal que Alecrim estabelece, em uma frase que não é finalizada: “*E bem recentemente, essa semana, eu percebi que eu tenho...*”

A forma diferenciada e particular de organização da narrativa de Alecrim – singular como toda história de vida – demandou-nos a busca de outros caminhos, outras cartografias (Rolnik, 1989; Guattari & Rolnik, 1986/2008) para o desenvolvimento do trabalho analítico, distintas da entrevista de Artemísia. Inspiradas pela possibilidade da escrita configurar-se um mapa de processos subjetivos em jogo, como refere Alecrim nas linhas 63 a 66, construímos uma cartografia triangular¹⁷, priorizando os temas identidade de gênero, orientação sexual e trajetória nos coletivos autônomos.

¹⁷ O triângulo apontado para baixo é historicamente conhecido como um símbolo do feminino, associado ao órgão reprodutor da mulher e à trindade sagrada feminina – em suas faces Donzela, Mãe e Anciã, como metáforas para ciclos físicos, psíquicos e mentais – e comumente relacionado às fases da lua e ao ciclo

“Talvez eu escreva mais quando eu... esteja muito introspectiva, assim, tipo essas coisas de 'ah, percebi que a minha menstruação não sei o que', ou 'percebi que a tais estímulos sociais eu reajo de tal forma', eu gosto de escrever essas coisas pra mais ou menos ter um mapa de como eu sou.” [linhas 63 a 66]

Os trechos da entrevista que abordam a identidade de gênero, a orientação sexual e a trajetória nos coletivos autônomos de Alecrim foram privilegiados na análise de posicionamentos identitários pelos seguintes motivos: (a) por reunirem experiências significadas por Alecrim como marcadoras de trajetória; (b) por serem foco de maior elaboração discursiva, com predominância de trechos autorreflexivos entremeados a relatos descritos, com potencial analítico sobre processos de incorporação da novidade; (c) por seu caráter mais polifônico; (d) por sua valência emocional e, por fim; (e) por priorizarem os objetivos do estudo.

A menstruação – e a resignificação de “ser mulher” ou de seu “eu feminino” – é tema que atravessa toda a entrevista e, em certa medida, organiza a narrativa de Alecrim, relacionando-se com os demais temas, como seu processo de escrita e sua participação nos coletivos autônomos. A menstruação é inicialmente significada como um “transtorno” [linha 119], momento em que se inicia um diálogo entre as posições *Alecrim que odiava ser mulher quando mais nova* e *Alecrim em paz com a menstruação*. A posição *Alecrim que odiava ser mulher quando mais nova* forma uma parceria com as posições *vulnerável* e *assediada por homens*, além de marcar um circunscritor temporal, sinalizando um movimento de análise em retrospectiva, que constrói os posicionamentos atuais em oposição a posicionamentos passados. O uso do gerúndio “*tava resignificando*” indica tratar-se de um processo em andamento.

A resignificação da menstruação, associada à posição *em paz com a menstruação*, é mediada pelo uso de um copo menstrual e por experiências de sua

menstrual. Em tradições antigas, como na cultura celta, de base matrifocal, o triângulo também é símbolo de uma concepção circular da passagem do tempo, numa referência aos constantes recomeços da humanidade e da natureza, como as estações do ano (Faur, 2002). Inspiradas no destaque dado por Alecrim à resignificação da menstruação, tema que marca o início da entrevista, bem como no caráter cíclico de sua narrativa, recorreremos a esta metáfora para organizar as análises.

trajetória no feminismo. A ressignificação é também associada a um processo de pacificação com o que ela significa como “*o meu eu feminino*”.

“E a menstruação sempre tinha sido muito transtorno assim, pra mim. Eu achava uma merda, achava um saco, marcava que eu era mulher, né. Quando eu era mais nova eu odiava ser mulher. Achava injusto, não podia fazer nada, as pessoas sempre... era muito vulnerável, os homens ... sempre pegavam em mim, era um saco. E aí demorou um tempo assim, até ... depois, bem depois, que eu já era feminista há um tempo, já tava ressignificando ... o meu eu feminino, sei lá como pode chamar, eu fiz as pazes com a menstruação quando eu comecei a usar um copinho menstrual¹⁸, que é aquele de silicone e tal, não descartável. Muito mais massa, ecológica, não agride o corpo, não tem aqueles branqueadores, não tem produto químico. Aí eu achei minha menstruação massa.” [linhas 119 a 127]

Um pouco mais adiante [linhas 144 a 201], ao responder minha pergunta subsequente, solicitando que ela contasse uma história sobre sua sensação de “*quando eu era pequena, eu odiava ser mulher*”, Alecrim reafirma não ter muitas lembranças da infância. Em seguida, narra detalhadamente a forma como sua família, dentro de suas “*limitações*”, não realizava uma divisão sexual do trabalho doméstico, de modo que seu pai e sua mãe compartilhavam as tarefas e repassavam essa forma de organização para as(os) filhas(os). Este trecho da narrativa não apenas cumpre a função de relatar referências familiares que participaram da construção de sua identidade de gênero, como

¹⁸ Os copos menstruais - ou menstrual cups, em inglês - são uma alternativa para os absorventes e tampões descartáveis. Têm validade de 10 anos e diversas marcas disponíveis no mercado. Os primeiros modelos, ainda em látex, foram criados na década de 1930. Feitos de silicone cirúrgico não alérgico e bastante maleáveis, podem ser utilizados por até 12 horas e permitem à mulher a prática de exercícios, inclusive aquáticos. Devem ser inseridos na saída do canal vaginal e, ao alcançarem sua capacidade máxima, retirados e higienizados para novo uso. Os copos menstruais não possuem químicos que alteram o fluxo menstrual – como géis e branqueadores -, possibilitando um contato maior da mulher com seu próprio corpo e com seu ciclo menstrual. Sua difusão tem sido impulsionada nos últimos anos pelos mais diversos motivos, especialmente entre mulheres que: (a) se preocupam com o meio ambiente – visto que os absorventes descartáveis não podem ser reciclados e demoram mais de 500 anos para se decompor -, (b) sofrem com alergias aos descartáveis ou temem a síndrome do choque tóxico, (c) adeptas do ecofeminismo, (d) integrantes de movimentos de resgate da sacralidade feminina, (e) ou mesmo mulheres que buscam a praticidade e a economia proporcionada pelos copos menstruais. Atualmente não há fabricantes do produto no Brasil, o que dificulta sua maior popularização, restringindo sua venda a sítios na internet, revendedoras ou importação direta. Maiores informações sobre os copos menstruais podem ser encontradas em sítios e em grupos temáticos nas redes sociais da internet.

também cria um contraponto entre o espaço privado e os espaços públicos: “*Na rua, tinha muito essa coisa de eu ser uma menina.*” Após essa frase, Alecrim retoma a descrição de violências sofridas em virtude de condutas masculinas diante de seu corpo sexuado e voluptuoso, exemplificando assédios perpetrados por homens, bem como as estratégias de defesa empreendidas por ela, como o uso de camisetas largas: “*Então essas coisas eu relacionava com ser mulher, e achava isso uma merda. Aí tipo 'porra, isso só serve pra isso, pros caras acharem... que podem... invadir o meu corpo quando eles querem' [pausa média]. Eu tinha medo de homem, quando eu era nova, era um saco isso. E aí todos os... subterfúgios das meninas, de esconder que são mulheres, eu usava*” [linhas 169 a 172]. Paulatinamente, Alecrim estabelece uma ligação entre o contrapositionamento *homens que acham que podem invadir meu corpo quando querem* e o posicionamento assumido *Alecrim que odiava ser mulher quando pequena*.

Mais adiante, após algumas narrativas sobre sua entrada no feminismo, na cena *hardcore* e sua trajetória acadêmica, ao abordarmos o tema “*descobri, ou aceitei, ou entendi ... minha lesbianidade com 27 anos*” , Alecrim constrói a seguinte narrativa [linhas 348 a 487]:

“Então [pausa média] essa é a parte menos divertida, eu acho. Eu... eu sei que todo mundo achava que eu era sapatão. Da minha família. E eu entendo porque meu pai odiava as minhas amigas. Que ele achava que elas eram minhas namoradas. E quando eu tinha 17 anos, que eu soube disso, porque ele odiava [nome da amiga], e a [nome da amiga] era apaixonada por mim. Todo mundo sabia, menos eu. E eu também era apaixonada por ela, mas eu também não sabia. Então a gente tava sempre juntas, sempre! [Narra o cotidiano com a amiga e uma viagem que as duas fizeram tendo a companhia da família de Alecrim.] Chegando lá meu pai teve uma briga cabulosa com ela. E depois eu tava conversando com minha mãe e falei 'olha, eu não sei por que que ele tem tanta raiva das minhas amigas, ele sempre teve raiva das minhas amigas, mas se você tá preocupada, eu não namoro ela, se é isso que vocês tem tanto medo, a gente é só amigas'. Eu não sei de onde eu tirei isso, mas eu falei isso pra ela. E ela falou assim 'não minha filha, eu não to preocupada com isso, eu não tenho nenhum problema com ela, o seu pai é que não gosta dela'. E eu sempre falei essas coisas com a minha mãe. Com meu pai, era só um cara que eu tentava fazer tudo pra agradar, mas não tinham muitas conversas [suspiro]...

[Em seguida, posiciona as tias como muito preocupadas com sua vida amorosa e com suas roupas: “E elas tinham todo esse cuidado, não sei o que, que era pra saber se eu ia ser mulher mesmo, sabe?” (...) Narra situações com familiares que ilustram essas “preocupações” e “medos” da família.] *E aí com 17 anos eu entendi mais ou menos o que a galera tinha medo mesmo de eu ser sapatão, só que eu achava que eu não era lésbica. E era uma onda, porque eu acho que eu tenho mesmo uma coisa louca, porque ... não é uma coisa louca, mas um ... uma identidade fragmentada, com instâncias que quase não se comunicam. Agora tão todas voltadas para o si e conversando tal, tá massa. Mas antes, eu achei isso bem recentemente, por causa dessas mudanças, eu mudei três vezes agora, recentemente. Foram umas coisas minhas pra casa da minha vó. Eu fui lá costurar e fiquei vendo as coisas. Aí tinha um diário de 98, 97... bem das antigas. E eu escrevia uns contos, uma agenda, uma agenda. Tinha uns contos, uns pedaços de diário e tal. Vários contos de sapatão. Falando assim, 'ai, não sei quem beijou ela, não sei quem largou o namorado porque estava apaixonada pela amiga' [risos]. Eu fico me achando ridícula [risos]. Porque que onda isso, eu escrevia isso, eu conhe... eu me imaginava assim, no futuro, casada com uma mulher. E achava que isso não tinha nenhum problema, eu achava, ah... tipo, eu nem pensava sobre isso, eu só ficava com alguns homens de vez em quando, tinha um pouco de nojo de homens, porque eu sempre tive... experiências muito ruins com homens. Ainda assim eu insistia, às vezes ficava com um ou com outro e tal, ou às vezes me apaixonava. Mas gostava de trepar com homens, não sei o que. Ou achava que gostava, porque não tinha a ver com ter orgasmo, não era prazeroso, era uma coisa de... mostrar pras pessoas que eu ficava com alguém. [...] Então isso calava a boca das pessoas um pouco, sabe. [...] Eu me imaginava ficando com mulheres quando eu fosse mais velha. Tipo ah, quando eu tiver uns 27 anos eu vou ter uma namorada, a gente vai morar não sei onde. Mas eu não achava que eu era lésbica, eu nem pensava sobre isso, eu tinha amigas lésbicas, ou bissexuais, só que eu achava que não tinha nada a ver comigo, isso. [...] Então, quando eu fiquei apaixonada por uma mulher, que eu fiquei louca, morrendo de medo, com vergonha, pensando 'caralho, que que minha família vai pensar, mermão, já sou, velho, uma porra louca, não tenho emprego fixo, não consigo me formar, to no terceiro curso superior, não ... tipo sou velho... uma porra louca, eu sou a excêntrica da família, como eu vou ser lésbica?'. Eu fiquei louca, chorei horrores, gritava, eu fiquei doida, doente né. Foi péssimo porque eu perdi, velho, [pausa média, suspiro, emociona-se] a mina mais foda que eu podia ter... ficado pelo menos amiga, sei lá. Pelo menos não, amiga é muito bom, já tá ótimo. Mas*

nem isso existe né. ... E aí... enfim, foi só mais uma coisa que eu... depois que passou o terror... eu fiquei de boa, pensando 'ai, até que enfim'. Rolou essa parada, que era o que tinha que ser mesmo [...].”

No trecho acima, com forte carga emocional, Alecrim qualifica o processo de “descobri, ou aceitei, ou entendi... minha lesbiandade com 27 anos” como “a parte menos divertida”, sintetizando com este relato um período de cerca de 10 anos de sua trajetória. As pausas e o conteúdo do relato indicam o caráter construtivo da narrativa, que se desenvolve no contexto interacional da pesquisa. Alecrim posiciona familiares como aqueles(as) “que achavam que eu era sapatão”, em oposição ao posicionamento que ela assume *Alecrim que achava que não era lésbica*. Atribui à briga entre seu pai e sua amiga durante uma viagem como um evento que introduz a novidade, na medida em que a partir dessa situação “eu entendi mais ou menos o que a galera tinha medo mesmo de eu ser sapatão”. A expressão “entendi mais ou menos” qualifica essa compreensão como um processo em elaboração, provavelmente sem ser objeto de grande elaboração discursiva. A recorrência com que o posicionamento *Alecrim que achava que não era lésbica* é reafirmado, não obstante o conteúdo dos seus registros nos diários e a forma como os familiares “implicitamente” a posicionavam, aponta para um possível processo de estabilização do posicionamento, silenciando as vozes dos contrapositionamentos familiares. De acordo com Cavaleiro (2006), a discrição com que o tema da lesbianidade é tratado nos contextos escolar e familiar favorecem a invisibilidade de lésbicas e bissexuais, impactando o desenvolvimento da identidade sexual e de gênero das jovens. Em contextos predominantemente monológicos, como os que fundam a heterossexualidade como norma, posicionamentos considerados não canônicos – como lésbica, bissexual, transexual, apenas para citar alguns exemplos - tendem a ter menor possibilidade de serem incorporados ao campo semiótico. A existência de espaços em que estas vozes ganham maior destaque estimula a polifonia e favorece a incorporação da novidade em processos de reorganização psíquica de indivíduos.

Um aspecto interessante da narrativa de Alecrim – presente também na trajetória de Artemísia – é que a existência de lésbicas, bissexuais e feministas em seu círculo de convivência torna o (contra)posicionamento *lésbica* possível, factível. É um elemento

incorporado ao campo semiótico de Alecrim na compreensão da experiência afetiva e sexual de outras mulheres, que ecoam de alguma forma na maneira que ela significa suas próprias experiências. No início da entrevista, no qual Alecrim aborda a ressignificação do seu “*eu feminino*” [linhas 189 a 201], sua entrada no feminismo é significada como fundamental para a elaboração discursiva de seus processos psíquicos:

“Aí comecei [risos] a pensar... em retrospectiva, assim, como as coisas tinham acontecido. Nesse momento eu já tinha passado por... vários casos de assédio na rua, [detalha os assédios sofridos em diferentes momentos de sua trajetória]... então, entendi tudo [ênfase], assim... que não tinha a ver... que assim, que eu tentar fazer coisas, falava 'ai, eu odeio ser mulher'. Eu odiava... ter essa, esse aspecto num mundo que os homens achavam que isso era deles, e possuir a qualquer momento que eles quisessem. O sentimento do incômodo eu já tinha, mas não discursivamente. Essa foi mais ou menos a época que eu comecei... no hardcore, que foi a época que eu comecei no feminismo, comecei a ter amigas mulheres feministas, e comecei a entender meus processos...”

O posicionamento *lésbica* sai do plano da reflexão, dos contos registrados em cadernos e agendas, quando Alecrim se apaixona por uma mulher. O posicionamento *lésbica* entra em forte tensão com o posicionamento *Alecrim que achava que não era lésbica*, que por sua vez é alimentado pelo posicionamento *a excêntrica da família*. Além das várias posições que compõe o posicionamento *a excêntrica da família*, Alecrim acrescenta um componente de gênero/identidade sexual que apenas é incorporado mediante uma crise e sob forte tensão: “(...) *uma porra louca, não tenho emprego fixo, não consigo me formar, to no terceiro curso superior, não... tipo sou velho... uma porra louca, eu sou a excêntrica da família, como eu vou ser lésbica? Eu fiquei louca, chorei horrores, gritava, eu fiquei doida, doente né.*” Relata, com pesar, que as dificuldades desta crise resultaram no fim do envolvimento com a jovem por quem se apaixonou. De acordo com Kraus (2000), eventos de natureza disruptiva, que rompem o senso de coerência do *self*, demandam grande mobilização de dispositivos de reorganização psíquica e uma notável capacidade de auto-regulação. Os segundos de pausa e a sequência das frases na parte final da narrativa [*Mas nem isso existe né... E aí... enfim, foi só mais uma coisa que eu... depois que passou o terror... eu fiquei de boa*] articulam o

(término de) relacionamento com uma jovem ao processo de incorporação do posicionamento *Alecrim lésbica*, atribuindo ao evento o potencial de promover uma quebra da continuidade do self.

Com um olhar em retrospectiva sobre suas experiências, Alecrim reconhece a crise como processo necessário para integração de suas instâncias psíquicas: *“E era uma onda, porque eu acho que eu tenho mesmo uma coisa louca, porque ... não é uma coisa louca, mas um ... uma identidade fragmentada, com instâncias que quase não se comunicam. Agora tão todas voltadas para o si e conversando tal, tá massa”*. Significa sua identidade como dialógica e diferencia o início de seu processo de *“compreender, aceitar ou entender sua lesbianidade”* do momento de realização da pesquisa. Sua narrativa nos leva a refletir sobre a dinamicidade do self na perspectiva dialógica, ressaltando os posicionamentos como sínteses provisórias do eu, construídos de acordo com os contextos ao quais as pessoas estão imersas. O relato de Alecrim aponta ainda para a possibilidade de a polifonia resultar em, no mínimo, dois processos distintos: (a) polifonia que promove proliferação e instabilidade de vozes, imobilizando *“o indivíduo pela incapacidade de tomar uma posição coerente e consistente face à situação”* (Cunha, 2007, p. 133); (b) polifonia como um processo de reorganização psíquica que reconhece, alimenta e coloca as vozes em diálogo, gerando um senso de coerência interna a partir da justaposição de posições, diferente de processos de oposição e competição.

Alecrim posiciona temporalmente este processo como algo recente e relaciona-o às recorrentes mudanças de residência: *“Mas antes, eu achei isso bem recentemente, por causa dessas mudanças, eu mudei três vezes agora, recentemente.”* No relato seguinte, no qual abordamos o momento atual, Alecrim narra: *“Então, eu to... de boa. Eu sempre [pausa média, emocionada] escrevi sobre as lacunas que eu sentia... na alma. (...) Eu nunca conseguia preencher com nada, nem com religião, nem com literatura, nem com tar (sic) apaixonada, nem com ser muito boa numa coisa que eu gosto muito, tipo tocar ou cozinhar. E eu fazia vários poemas sobre isso [voz pausada, diminui o tom de voz]. ... e agora eu fico me sentindo... preenchida. Tô de boa mesmo.”*

Com relação à atuação sociopolítica, Alecrim narra uma adesão quase que exclusiva a grupos autônomos e formas menos institucionalizadas de militância, em

trechos que se encontram distribuídos ao longo da entrevista. Ao relatar as experiências ocorridas durante seus primeiros semestres na universidade, apresenta várias ações sociopolíticas desenvolvidas como autônoma [linhas 312 a 319], sem vinculação específica a grupos, posicionando-se como *Alecrim que faz as coisas pro mundo ver*.

“Eu sempre fiz as coisas fazendo pra fora. Nunca era uma coisa só pra mim, eu era vegetariana e vendia comida nos shows, e fazia zine sobre vegetarianismo, e trocava e-mails com receitas e colocava receitas na internet. *Sempre tive essa coisa de fazer as coisas pro mundo ver o que que eu tava fazendo, e de repente alguém achar massa fazer junto*. Eu tava ali, tinha acabado de chegar na UnB, tava num curso que eu achava uma merda, mas tava aqui, minha família amava eu tar na UnB, uéué, não sei o que. Faltava pra caralho, fui jubilada¹⁹ no terceiro semestre [risos]. E tava bombando no grupo de estudos feministas, bombando com a banda, bombando com o [fan]zine. ... Foi uma época bem massa de começar as coisas.”

Em diferentes momentos da entrevista, Alecrim narra atividades de produção cultural – fanzines, textos, músicas, traduções, desenhos, eventos – sozinha ou em parceria com os coletivos dos quais faz parte ou mesmo outros grupos. Relatos semelhantes, nos quais jovens promovem um reposicionamento na lógica de reprodução cultural, ao tornarem-se produtoras(es) e não apenas consumidoras(es) de produtos culturais, podem ser encontrados em outros estudos, como Camilo e Lopes de Oliveira (2004) e Sposito, (2006).

O posicionamento *Alecrim que faz as coisas pro mundo ver [e de repente alguém achar massa fazer junto]* alimenta o posicionamento *Alecrim militante*. Ao falar sobre as ações afirmativas que desenvolve, tende a colocar-se na posição de alguém dotada de consciência da própria agência, assumindo uma postura pró-ativa. No contexto da militância, a ausência de atividades, textos ou eventos que atendam a suas demandas atuam como mobilizadoras para a ação. Mais adiante, nas linhas 532 a 535, ao falar sobre o processo de “escrever um texto para outras pessoas lerem”, especificamente em sua coluna em um sítio direcionado a mulheres lésbicas, Alecrim reforça o posicionamento

¹⁹ Jubilamento é quando um(a) aluna(o) é desligada(o) da universidade por rendimento qualificado como “insuficiente”, seja por excesso de faltas às aulas, seja por desempenho “inferior” nas avaliações.

Alecrim que faz as coisas pro mundo ver: “[...] é um site que não tinha uma coluna feminista, é um site de lésbicas que não tinha uma coluna feminista. Tem essa coluna porque eu falei: 'precisa de uma colunista feminista, estou me candidatando ao cargo', e fui aceita.”

A partir da linha 588, que corresponde a cerca de dois terços da narrativa, a temática dos coletivos autônomos é aprofundada. Ao abordar a criação e a forma de organização do coletivo Iansã, Alecrim aponta a participação em atividades do grupo como experiência “*divisora de águas*” [linha 645 a 572]. A forma como a expressão está posicionada na narrativa, logo após a descrição de um dos encontros do Iansã, indica a possibilidade de Alecrim estar falando de uma experiência “*divisora de águas*” não apenas para si, mas também para pessoas que estiveram presentes em eventos do grupo.

[...] E [a gente] escolheu o [nome do feriado], e inventou o nosso evento 'faça você mesma' de feminismo. E aí virou o coletivo. Não teve assim, então agora o [nome do fanzine e coletivo que resultou na criação do Iansã] vai acabar e vai virar o Iansã, não, meio que ah, tava rolando, rolando, rolou. Aí daqui a pouco já tinha outras pessoas né, entrou a [nome da pessoa], entrou a [nome da pessoa], entrou a [nome da pessoa], entrou o [nome da pessoa], entrou o [nome da pessoa]. E o modo de produção era muito massa, porque era totalmente horizontal, de acordo com a disposição e o afeto. A gente falava que Iansã era um grande grupo de namoro coletivo. Que a gente era uma onda cara, super sintonia, assim. Não precisava ficar falando ah 'quem vai fazer isso? Quem vai fazer aquilo', quando começou a precisar disso começou a dar problema. Pessoas saíram, teve briga, não sei o que. Mas enquanto era um cada qual faz o que quer e a gente vai apresentar isso aqui, vai discutir o que a gente vai colocar, na programação, vai chamar outras pessoas pra participar, e a coisa rolava linda assim, as coisas aconteciam de um jeito de tipo, três dias antes do evento não ter lugar. E no dia, na véspera, aparecia: '- Então, tem uma galeria lá [endereço do local], com três salas que dá pra a gente ir lá'. - 'Ãhn?' Não tinha lugar, quase foi cancelado, sabe. E foi grandioso, assim, muito massa, super participativo, as pessoas fazendo a comida... e lavando as coisas. Óbvio que também só tô contando a parte boa, tem a, óbvio que tem o, a, problemas, organizações horizontais, que é basicamente, se todas as pessoas não aderem, algumas que aderiram vão trabalhar mais que as outras poderiam tar trabalhando juntas né. Por isso a gente teve vários problemas. Também era um coletivo de classe média, um coletivo de pessoas

brancas, por muito tempo eu fui a única pessoa negra, depois virei eu, o [nome da pessoa] e a [nome da pessoa]. Mas ainda assim cara, o Iansã é... eu escuto isso até hoje, assim, algumas pessoas falando 'cara, o Iansã é a minha escola de feminismo, eu aprendi a ser feminista no Iansã'. Faz toda a diferença, porque tem gente que aprende a ser feminista na academia. Então aprende de um jeito engessado, hierárquico, é, rígido, formal, né? Cartesiano, de feminismo. Eu aprendi feminismo fazendo zine. E algumas pessoas aprendem feminismo no Iansã, que é um 'oi, você que acabou de chegar, qual é seu nome mesmo? Ah tá, então, ajuda aqui a arrumar a torneira, porque [risos] tá quebrada'. Muito massa, eu acho uma experiência, cara, meio divisora de águas mesmo. Por isso que eu escolhi essa formação hippie, porque provou que dá pra a gente fazer coisas de forma precária e contando com a disposição das pessoas, que também é a nossa disposição.

Ao abordar o tema da “política do afeto”, Alecrim refere-se a no mínimo três dimensões: (a) a adesão a pautas e grupos motivada por relações afetivas com pessoas e temas, que são percebidos como potencialmente promotores de mudanças em sua vida; (b) a busca por trocas que transcendam a “lógica capitalística” de remunerar a força criativa e de trabalho das pessoas através de dinheiro; (b) a política do afeto como micropolítica, que se constrói no cotidiano, nos espaços públicos e privados, cujo foco envolve não apenas as temáticas da militância, mas especialmente a forma como a ação é desenvolvida. A “política do afeto” foi um tema abordado ao longo de toda a narrativa de forma difusa.

Neste ponto da entrevista [linhas 832 a 910], na fase conclusiva, ao recordar-me de um dos eventos que integram as observações etnográficas, faço uma pergunta com o objetivo de empreender uma retomada de questões abordadas no episódio. A atividade, realizada pela associação Obá, abordava a temática saúde da mulher e os movimentos sociais, contando com a presença de mulheres de diferentes movimentos sociais e coletivos autônomos, algumas profissionais de saúde e por autônomas. Na ocasião, Alecrim discorreu sobre a saúde das mulheres e a militância, bem como as conexões entre o tema, os “afetos e, principalmente, os desafetos”²⁰. Retomei o episódio em virtude da mobilização que o assunto despertou na ocasião, com várias manifestações e

²⁰ Registros do diário de campo.

depoimentos de mulheres presentes na plateia, e de suas ligações com a “política do afeto”.

Então, aquela fala foi muito... eu escrevi antes né? Eu tava lendo. Eu não costumo fazer isso porque eu consigo falar de boa mais ou menos sobre um tema, de acordo com os tópicos e tal. Mas eu falei uma coisa bem no sentido mais amplo de saúde né, não de processo de adoecimento e grandes problemas de saúde pública que as mulheres enfrentam. Mas sim de saúde como integralidade da nossa vida, assim né, um dos processos que permite a nossa vida ser integral. Aí eu fiz aquele texto muito abalada por muitas mulheres estarem doentes, muitas feministas estarem doentes. Com fibromialgia, ou com depressão... ou com gastrite... ou com hérnia... E a gente vive uma onda de vida que são enlouquecedores né, não é só o racismo e a misoginia que enlouquecem, a militância também pode enlouquecer se a gente não tomar cuidado. Porque é muito urgente. Tudo tem que ficar pronto agora. Se a gente pensa, essa menina que acabou de ligar, daqui a pouco eu atendo, já tinha falado com ela... Tomou citotec esse fim de semana. ... então eu to louca assim, 'caralho, será que ela tá bem, não sei o que', fico ligando pra ela toda hora. É urgente mesmo, tem 400 mil mulheres morrendo por ano no Brasil. Por baixo é um número que a gente pensa que é. *A maioria delas parecida com a gente, né, com o cabelo parecido, uma cor parecida, um pouco mais escuras, pobres, um pouco mais novas que a gente. É urgente. A militância leva a gente pra demandas que são urgentes. Eu fico pensando em como a gente pode passar por esses processos e viver bem, sobreviver à militância. Porque senão a gente não dá conta. A gente não fica três anos. E as que estão há dez, tão fudidas. E podem morrer daqui a pouco, porque tão com doenças cabulosas. Tipo câncer, [pausa média] tem várias. Isso é muito preocupante. Então se a gente não consegue pensar na lição número um do feminismo... que é: não existe separação entre o político e o privado, se a gente não consegue trazer isso pra forma como a gente vive a nossa militância, a gente tá colocando a nossa vida pra jogo, assim. E arriscando nossa vida. E beleza, a gente realmente milita pensando em mulheres que muitas vezes a gente não conhece né, eu conheço poucas dessas meninas que provavelmente, que tão, que sofrem mais risco de morrer por abortamento inseguro. Conheço poucas delas mesmo, mas ainda assim tenho uma militância completamente voltada pra direitos reprodutivos de mulheres negras jovens. Só que eu penso que a gente tá fazendo militância pra gente sobreviver sacou. Não é pra beijar a sua gatinha no shopping, é pra andar tranquila na rua. Se você tiver ou não com uma gatinha, e se você*

quiser você poder beijar ela também. Não ter que correr na rodoviária, não ter que entrar correndo no ônibus, que nem eu já tive que fazer quando eu tava com a [nome da pessoa]. *Óbvio que é pela gente também, a gente não pode ficar pensando no, na base né, como se a gente tivesse fora da base. Se a gente tá num movimento de mulheres, e a gente tá no movimento de mulheres negras, a gente tá no movimento de lésbicas, a gente tá militando pela gente...* Então eu fico pensando... cara, em saúde como uma, um lugar né, pra chegar, porque a nossa militância tá pensando em saúde, políticas de saúde, em como ter acesso integral à saúde. Mas também que seja fundamento da nossa ação. Porque, pras que não são usuárias do, do sistema... público, pode ser mais fácil ficar saudável, eu tenho plano de saúde, eu sei que é mais fácil. Mas ainda assim a gente tem que pensar numa militância que não enlouqueça, que não adoça, que não enfraqueça... que não esgote a gente. Cinco reuniões por dia, no dia 27 de outubro, que foi o dia de mobilização pró-saúde da população negra, e o fórum de mulheres negras fez um ovulário de saúde da população negra no DF, eu fui em quatro reuniões. ... no final do dia, eu tava no aniversário do meu amigo, no [nome de um café da cidade], na frente do computador, na quinta reunião, que era pela internet. [Pausa média]. Eu não gosto de fazer essas coisas. Porque eu fico esgotada. Porque parece que nenhum dos lugares eu tava inteira. Só no da manhã, né, porque eu tinha chegado e tal, tava descansada, de boa. Ainda assim com mil coisas, porque a gente tava organizando, então já acordei com 'então, não sei o que não tá aqui, qual o telefone de não sei quem?', 'eita porra, caralho véi'. ... aí eu fico pensando assim, que tipo beleza, a gente vive num Estado de democracia representativa indireta, um estado capitalista, patriarcal, colonial, misógino, lesbofóbico, que tem raiva de gente pobre, que extermina gente preta, pobre, que extermina mulher preta, deliberadamente. [Pausa média]. E a gente tá se movimentando pra pensar que políticas esse Estado pode fornecer pra gente, né, movimento social dando aula pro Estado, de como a gente viver saúde de forma plena, assim. Não morrer de mortes evitáveis, e também ter direito ao orgasmo, que também deixa a gente feliz e saudável, né. Isso, cara, até agora não vi quem tenha feito de forma mais massa do que o movimento de mulheres. Especialmente o movimento de mulheres negras. Que não são necessariamente feministas, Jurema Verneque afirma publicamente que ela não é feminista. Porque ela é da corrente de mulheres negras que acredita que o feminismo é uma coisa das brancas. Que inclusive é uma das coisas que as mulheres brancas usaram pra subordinar ainda mais as mulheres negras. Então, em respeito a elas o movimento de mulheres negras, feministas ou não, tem feito isso de maneira mais íntegra. Pensando nos processos em várias instâncias, não só na política

pública, mas na política mais privada, da alimentação, do impacto do cigarro na vida das militantes, nas militantes alcoólatras... na violência, entre casais de lésbicas, e fazendo, cara, trabalhinho ali né, grupo de mulheres, que nem lá no começo, conversando sobre isso, não só fazendo cargos públicos, entregando cartas com as demandas e subsidiando as políticas públicas e formulando elas, lá junto com a gestão de administração. Eu penso saúde como uma coisa muito ampla, assim, e minha preocupação é tar saudável na militância. Quando não rola, quando eu tô triste, eu não tô dentro, tristeza pra mim é índice de má qualidade na saúde né. Tristeza, o cansaço, sono ruim, prisão de ventre, não ter prazer, tar há 3 horas sem sorrir, não ter tempo de ligar pra sua mãe, não molhar as suas plantas, come só na rua comida fria, sanduíche, [pausa média] é grave. Que nem mioma uterino, pressão alta, diabetes, e abortamento inseguro pras mulheres negras. É muito ousado e é cansativo fazer essas grandes conciliações. Mas, assim, as mulheres... não aceitaram esse desafio, pensaram... a vida assim né. *A história da militância das mulheres tem muito mais a ver com o viver bem dentro e fora, do que as militâncias tradicionais, de esquerda, aqueles que pensam 'grandes projetos, grandes hospitais, serviços de saúde pública para todas as pessoas', mas não conseguem perceber o sistema de opressão cotidiano, ali entre a equipe, divisão de classe, de raça, ... e de gênero né, na instituição e tal. Tem uma cegueira programada né, pra esses aspectos, que o movimento de mulheres recusou assim, desde sempre, falou 'não velho, o privado é político, vamo nessa, a partir disso que a gente vai construir a vida'.* E eu sou... herdeira do feminismo anos 70, super identitário [risos] dos grupos de mulheres. É total minha onda do feminismo, saúde plena, não consigo pensar saúde como o acesso a remédio. O acesso a remédio é massa pra quem escolheu a alopatia, mas também a gente tem que pensar numa alimentação saudável e tal. Se te responde.

Com essa pergunta de cunho argumentativo, diferente da dinâmica narrativa autobiográfica estabelecida ao longo da entrevista, Alecrim desloca-se para o posicionamento *Alecrim militante*. A partir daqui, a expressão “a gente”, que havia sido significada ao longo da narrativa como “eu e as outras pessoas do coletivo” ou “eu e as minhas amigas”, adquire múltiplos significados. Neste trecho da narrativa, Alecrim usa a voz da militante e constrói um lugar ampliado para “a gente”, que toma o sentido de “as mulheres”, “as mulheres negras”, “as militantes”. No nível do evento narrativo, a repetição da palavra “a gente” e a ênfase dada, cada vez que é pronunciada, são recursos

para estabelecer um processo de identificação, ora com as coletividades supracitadas, ora com a pesquisadora, com quem Alecrim estabelece uma relação de compartilhamento de características e experiências cotidianas.

A primeira vez que “a gente” é empregado para estabelecer este tipo de identificação é nas linhas 688 a 692, quando Alecrim relata suas experiências de participação em diferentes movimentos e coletivos: *“Mas essa disposição de trabalhar, a partir da micropolítica do afeto, é completamente diferente quando eu encontro mulheres que tem uma formação de partido de esquerda. E a gente tem que dar conta de colocar todas essas subjetividades pra jogar e trabalhar todas juntas, da forma mais harmoniosa possível, que a gente tá falando da nossa vida né, de mulher preta.”* O sentido ampliado “de gente” reaparece novamente apenas no trecho que vai das linhas 832 a 910, atual foco de análise.

Alecrim reforça essa identificação ao reconhecer-se como alguém da base: *“Só que eu penso que a gente tá fazendo militância pra gente sobreviver sacou. [...] Óbvio que é pela gente também, a gente não pode ficar pensando no, na base né, como se a gente tivesse fora da base. Se a gente tá num movimento de mulheres, e a gente tá no movimento de mulheres negras, a gente tá no movimento de lésbicas, a gente tá militando pela gente...”* A militância opera como um exercício de representatividade de si, de (re)construir-se através da experiência cotidiana na militância. Neste sentido, todo discurso em uma militância *“a partir da micropolítica do afeto”* é, em certa medida, uma narrativa de si, uma narrativa identitária. E, ao narrar-se, Alecrim estabelece pontos de ancoragem com a experiência cotidiana de outras mulheres, a partir de marcadores como negritude, identidade de gênero ou recorte etário.

Nessa narrativa, Alecrim também estabelece movimentos de adesão e resistência à militância, destacando algumas fronteiras semióticas e segmentações do movimento de mulheres e do movimento feminista. Há uma relação de tensão entre o posicionamento *Alecrim militante* e as posições *Alecrim que busca uma militância que não enlouqueça, que não adoça, que não enfraqueça, que não esgote*. A forma como essa tensão marca a relação entre os posicionamentos é complementada pelos posicionamentos que Alecrim (re)assume a seguir, nas linhas 912 a 942, apresentadas abaixo. Buscando retomar o

cunho narrativo autobiográfico das perguntas, faço uma questão sobre a relação de Alecrim com a militância e a própria saúde.

Adriana: E como é que tá a sua relação, com a militância e com a sua saúde.

Alecrim: [Pausa média, risos] Então, eu tenho um problema [risos] de ser uma mulher movida por paixão. ... Eu sou de [nome de uma orixá afro-brasileira] né, eu sou movida por paixão. E eu me jogo nas coisas. Então esse semestre, que eu podia ter me formado, eu deixei de me formar, porque a UnB pra mim é a coisa menos importante e menos agradável, [...] eu abri mão, larguei várias disciplinas... porque eu tava em 5 coletivos. E fazendo coisas que são urgentes né. Tudo é urgente. *Mas aí, [risos] estrategicamente, há umas duas semanas eu pensei 'é, eu to reprovada em um monte de coisa, não me formei, minha formatura é urgente'*. Porque eu tentei um trampo e precisava do diploma, por causa do diploma eu não consegui, foi o segundo [ênfase] que eu perdi esse ano, [...] precisando de grana, velho, não consegui o trampo porque eu não sou formada, e eu já podia tar formada há três semestres... *aí eu decidi... é uma coisa que eu to decidindo assim, tem tempo, tem tudo a ver [pausa média] com essa relação, com a forma... com que as coisas aconteceram com a minha relação com a [nome de uma jovem]... eu to decidindo não ser comandada pelas paixões... [...]* Mas eu não, assim, não posso ficar dependendo disso pra fazer as coisas, porque nem tudo vai ser apaixonante, e não posso deixar que coisas muito apaixonantes impeçam coisas chatas, que vão me permitir fazer coisas apaixonantes. Então... ano que vem eu vou fazer 29 né, retorno de saturno [risos], tem muitas coisas a considerar. Aí eu decidi... ficar em menos coletivos... e cuidar mais das minhas plantas, da minha casa, porque eu mudei há, voltei pra casa da minha mãe enquanto eu não... acho um outro lugar pra morar. E tá tudo encaixotado, eu tô com sete calcinhas, porque minhas calcinhas tão numa mala que tá na casa que eu morava, que ainda não tive como ir lá buscar as coisas. Aí agora eu to nessa onda de... organizar a casa, pra poder sair pra rua [bastante emocionada]. Acho que vai rolar.

Aqui se estabelece uma relação entre dois posicionamentos: *Alecrim comandada pelas paixões*, alimentada pelas posições *Alecrim reprovada*, *Alecrim que não formou* e *Alecrim que perdeu um “trampo” [trabalho]*, em oposição a *Alecrim que não é comandada pelas paixões*, composta pelas posições *Alecrim estratégica*, *Alecrim que considera a formatura urgente*, *Alecrim que decide ficar em menos coletivos*, *cuidar mais*

das plantas, arrumar outro lugar para morar. As pausas, a carga emocional do relato e as ideias que ele vincula indicam o caráter construtivo da narrativa e dos posicionamentos, contrapondo a uma concepção de posição criada a *priori* e meramente atualizada no contexto interativo (Silva, 2003). Estes aspectos, assim como o uso recorrente de gerúndio em verbos como “*tô decidindo*” e o marcador temporal “*há umas duas semanas, eu pensei*”, sinalizam para a ocorrência de um processo em andamento. Apontam também para um movimento de uma polaridade – o posicionamento *Alecrim comandada pelas as paixões* – para outra, o posicionamento *Alecrim que não é comandada pelas paixões*. A forma como esta transição é construída nos leva a considerar que o deslocamento entre estes posicionamentos não torna monológica a voz de *Alecrim não comandada pelas paixões*, na medida em que ela é assumida de maneira a não impedir a emergência de outras vozes, outras posições, reforçando o caráter processual da construção em andamento.

Na frase “*Aí agora eu to nessa onda de... organizar a casa, pra poder sair pra rua*”, com forte carga emocional, se estabelece uma relação entre a casa e Alecrim como abrigo de si mesma. Considerando o contexto de construção da frase, de caráter autorreflexivo, supomos que “*organizar a casa*” opere como metáfora para os processos de reorganização psíquica de Alecrim. A importância dada às questões cotidianas e da intimidade reassume uma posição prioritária na trajetória de Alecrim sendo necessário, portanto, “*organizar a casa pra poder sair pra rua*”, para poder retornar à militância de outro lugar, de outra posição, de uma forma “*que não enlouqueça, que não adoça, que não enfraqueça, que não esgote*”. Para Alecrim, a militância das mulheres, a partir da micropolítica do afeto, implica no exercício cotidiano de estabelecer formas mais saudáveis de convivência, com todos os desafios que envolvem essas “*conciliações*”: “*A história da militância das mulheres tem muito mais a ver com o viver bem dentro e fora, do que as militâncias tradicionais, de esquerda, aqueles que pensam 'grandes projetos, grandes hospitais, serviços de saúde pública para todas as pessoas', mas não conseguem perceber o sistema de opressão cotidiano*” [linhas 901 a 903].

CAPÍTULO 6

(Re)conhecendo o caminho percorrido

Após intenso período de construção, seleção e análise de informações, é hora de (re)conhecer o caminho percorrido. As narrativas construídas no contexto interacional da pesquisa subsidiaram análises microgenéticas dos fluxos de posicionamentos identitários, indicando conexões entre a inserção nos coletivos autônomos feministas e ressignificações das formas de vivenciar as identidades de gênero e sexual. Conforme indicamos nas discussões, em pesquisas de outras autoras com jovens lésbicas e bissexuais, os espaços de intimidade, como o núcleo de amigas(os) e vizinhas(os), a família e a escola são significados como os contextos onde jovens vivenciam mais experiências de preconceito motivadas por orientação sexual. A existência de grupos de mulheres que possibilitem a construção de um senso de pertença ao coletivo e de um contexto favorável à expressão do afeto por mulheres promove impactos no desenvolvimento do self dessas jovens. Os grupos foram significados como contextos de socialização, aprendizado, troca simbólica e afetiva, empoderamento e contato com a diversidade. São igualmente posicionados como espaços de tensões e muitos desafios, indicando que o exercício da crítica e problematização são mais que bem-vindos: são desejados e estimulados.

As participantes apontam espaços informais de interação, como os coletivos autônomos e grupos organizados em torno de práticas culturais e de lazer, como contextos privilegiados de canalização da força vital e criativa juvenil e de articulação de ações afirmativas. Isso sinaliza que boa parte de instituições e serviços da chamada política de atenção integral à adolescência e à juventude, como escolas, serviços de saúde e programas culturais, tem desenvolvido suas ações a partir de visões limitadas e descontextualizadas da participação sociopolítica juvenil. O estabelecimento de estratégias descentralizadas de diálogo com jovens favoreceriam a construção colaborativa de políticas públicas para a juventude, mais afinadas com as especificidades dos diferentes segmentos dessa população.

As diversas formas de ação sociopolítica de jovens apontam ainda para outro aspecto: embora não recusem o diálogo com o Estado, essas jovens e seus grupos questionam a efetividade da democracia representativa. Mudam o foco de ação, seguindo um caminho distinto das utopias predecessoras, como o movimento estudantil da década de 60. A tomada do poder e substituição do governo por outro supostamente mais eficiente e democrático é repensada como projeto político. A politização da intimidade, a descentralização e capilarização das ações, o reconhecimento da importância dos afetos e desafetos e a valorização do cotidiano como espaço privilegiado de transposição da teoria para a prática são assumidos como estratégias a serem priorizadas.

As narrativas engendradas no contexto interacional da pesquisa apontam para processos de adesão e resistência ao fazer político. As adesões e resistências estão conectadas às tensões entre as representações de identidades sexuais, sustentadas como posições políticas na defesa de direitos sociais, e o complexo e múltiplo exercício da sexualidade. A instabilidade, a fluidez e as contradições passam a ser incorporadas aos processos de significação da experiência, na medida as identidades de gênero são problematizadas e explicitam a crise da identidade como base comum para a ação coletiva. Posições como lésbica, bissexual, transexual podem ser vivenciadas tanto como devir, reconhecendo a complexidade, não-linearidade, fluidez e temporalidade próprias da sexualidade, quanto como identidade política, filiadas à racionalidade e à linearidade próprias da noção de sujeito jurídico da modernidade. Como repensar a categoria sujeito político em contextos nos quais não há garantias mínimas de condições materiais de existência e de direitos sociais? As narrativas autobiográficas das participantes, em seus processos de construção de um senso de si, explicitam que a relação entre o devir e a identidade política, entre mudança e estabilidade, é permanentemente marcada por tensões.

Outro aspecto que observamos é a necessidade de problematizar a relação estabelecida entre Terceiro Setor e Estado. Os grupos participantes explicitaram os desafios em conciliar a lógica do afeto, a mobilidade e flexibilidade dos coletivos, com a assunção de tarefas de cunho estatal. Se por um lado, as mudanças nas políticas do Estado favoreceram o desenvolvimento de mecanismos de participação popular, por

outro, promoveram a segmentação e especialização dos movimentos sociais, dificultando o exercício de formas mais abertas e descentralizadas de organização.

As participantes sinalizaram, nas entrevistas e nas observações, a problematização de suas formas de militância, em busca de um cotidiano mais saudável e que não reproduza as lógicas de opressão das mulheres através da sobrecarga de trabalho e responsabilidades. Ao considerarmos um dos princípios mais centrais do feminismo: “não há cisão entre o público e o privado”, as reflexões que elas tem desenvolvido, em busca de uma militância que preze pelo cuidado, pelo respeito, pela observação e ressignificação das próprias ações, não apenas individualmente, mas também coletivamente, torna-se prioritária. Essas mulheres devem ser reconhecidas pela ousadia e coragem de tentar fazer essas conciliações entre as diversas subjetividades em jogo, promovendo impactos no contexto social, bem como em seu cotidiano e na vida de outras mulheres.

As contradições dos coletivos autônomos precisam ser percebidas em suas potencialidades de sinalizar as contradições humanas e as próprias contradições do capitalismo mundial integrado. Os coletivos autônomos resgataram o papel das singularidades, das práticas cotidianas, dos processos subjetivos na dimensão política, favorecendo a experimentação de novas pautas relacionais. Contudo, o processo não implica na negação das questões macropolíticas, como se a luta ocorresse estritamente no campo da micropolítica. O desafio consiste em integrar este dois vetores de luta, essas duas dimensões do processo de transformação social, assim como o indivíduo vivencia, dialogicamente, a integração entre a mudança e estabilidade do self.

Não pretendemos, com este trabalho, estabelecer uma análise da efetividade das ações empreendidas pelos coletivos autônomos, tampouco comparar sua eficácia a outras formas de organização coletiva. O caráter difuso, fluido e de estruturação “precária” das ações desses grupos inviabiliza dimensionar os impactos de suas iniciativas. Além disso, as novas formas de organização social e participação política que estes grupos ensaiam que não podem ser analisadas sob o prisma das estratégias convencionais da chamada democracia representativa, sob o risco de associarmos-nos ao pessimismo do pensamento conservador brasileiro, que tende a ser cético em relação à sociedade civil. Eis uma das razões que fundamentam e justificam nossas escolhas teóricas e metodológicas, buscando

construir novos caminhos para compreender as ações coletivas juvenis e suas conexões com os processos identitários das jovens que deles integram, seus afetos e desafetos.

Em relação às questões teóricas e metodológicas da pesquisa, consideramos que nossas escolhas foram adequadas na construção de análises mais contextualizadas e mais adequadas à complexidade e ao dinamismo de formas contemporâneas de ação sociopolítica juvenil, como os coletivos autônomos. Além disso, avaliamos que a profundidade e qualidade das narrativas construídas no contexto das observações etnográficas e no contexto interacional das entrevistas, estão estreitamente ligadas à relação de confiança construída entre as participantes e a pesquisadora ao longo de quase dois anos de inserção no campo. A maneira como os grupos se organizam e, de certa forma, se des(re)articulam, pautados pela micropolítica do afeto, implicou em contínuas reflexões sobre nosso fazer científico. Em que medida nossas teorias e, principalmente, o modo como construímos nossa pesquisa, era adequado, justo, ético e plural?

Embora fosse bastante significativo o número de estudantes universitárias e jovens profissionais entre as integrantes dos grupos participantes, seria leviano não destacar a existência de mulheres com variadas trajetórias. Algumas haviam iniciado sua militância em partidos de esquerda, outras se encaminhavam para atuação profissional em instâncias do poder legislativo brasileiro, algumas eram advindas de movimentos populares locais. Igualmente importante seria incluir uma discussão mais sistemática sobre diferentes condições socioeconômicas de jovens no contexto dos coletivos autônomos feministas. Inicialmente ambicionávamos fazer entrevistas com mais jovens, contudo o tempo disponível para a realização do estudo, a metodologia adotada, o interesse em trabalhar com uma estrutura de análise artesanal e complexa, bem como alguns limites pessoais da pesquisadora inviabilizaram a ampliação do número de participantes neste momento da pesquisa. Alguns aspectos que pretendemos aprofundar em outros trabalhos são: um diálogo mais estreito entre a dimensão macrocontextual e a análise das entrevistas; discussões sobre o papel da pesquisadora em observações etnográficas de base feminista; e o aprofundamento dos critérios de identificação de posicionamentos identitários e de processos de autorreorganização psíquica frente à novidade.

Ao longo do estudo, reafirmamos nossa posição de compreender a dimensão política do fazer científico em cada uma das escolhas metodológicas. A temática da negritude, por exemplo, atravessava transversalmente as discussões e ações dos grupos participantes, de modo que a pesquisadora era posicionada, como audiência, a partir desses marcadores. Os posicionamentos assumidos e atribuídos no contexto interacional da pesquisa, a partir do tema da negritude, tanto estabeleciam tensões como estimulavam atitudes colaborativas entre as jovens e comigo, como pesquisadora, a partir de processos de identificação e diferenciação. Torna-se, portanto, imprescindível discutir raça/etnia ao problematizar os movimentos sociais de gênero e sexualidades.

Minha identificação como mulher possibilitou a realização da pesquisa nos contornos planejados, mas definitivamente, o fato de compartilhar alguns atributos culturais com as participantes, ou ao menos com boa parte delas, não permitiam acesso pleno ao conhecimento das mulheres daqueles grupos. A compreensão da impossibilidade de apreensão completa da realidade do outro também traz, em si, a filiação às perspectivas sociohistóricas, narrativistas e dialógicas que apóiam o presente trabalho, bem como reforçam a noção de que todo campo semiótico também é pleno de fronteiras, como significados mais centrais, outros mais periféricos, marginais.

Nesse sentido, senti-me constantemente em trânsito, em espaços simbólicos fronteirizos, especialmente no começo do trabalho. A postura crítica que as participantes assumiam diante de mim, perguntando detalhadamente sobre objetivos da pesquisa, metodologia de construção de informações, quem “exatamente” participaria de cada momento. Os desafios que colocavam ao questionar minha orientação sexual, minha identidade étnico-racial, minhas roupas, minha leitura sobre marcos históricos. Todos esses aspectos estabeleciam tensões que se explicitavam no processo comunicativo, demarcando diferenças e similaridades. Neste sentido, também fui objeto de análise para elas, também fui participante de suas “pesquisas”. Minha inserção no campo incluiu um processo avaliativo proposto por algumas delas, que constantemente problematizavam minha capacidade de compreender e interpretar suas vivências. Até que ponto compartilhávamos alguns lugares discursivos?

À medida que me tornei mais “visível”, no processo de construção da pesquisa, as integrantes dos grupos passaram a me convidar com maior frequência para eventos,

seminários, confraternizações e começamos a compartilhar mais nossas vidas cotidianas. O período como consultora foi fundamental, permitindo que eu conhecesse melhor os ritos, as estratégias comunicativas específicas dos grupos, além de possibilitar a co-construção de laços afetivos e o estabelecimento de relações de confiança. Esse período permitiu que as tensões fossem diluídas sem, contudo, qualquer esperança ilusória de que desaparecessem por completo. Ainda bem. Esta pesquisa materializou-se a partir da abertura dessas mulheres para receber-me, sua disponibilidade para participar das diferentes etapas da pesquisa, sua liberdade para demarcar falas que não deveriam entrar no escopo das análises. Reconhecendo o caráter relacional da construção de informações, a ligação afetiva que construímos promoveu impactos em meu cotidiano, nas minhas relações, na forma como lido com meus afetos.

Compreendo que, ao compartilhar aspectos comuns com algumas participantes - como idade, inserção na militância feminista, identidade de gênero e sexual, identificação com a negritude - fui posicionada e assumi outros posicionamentos além de pesquisadora. Entendo que estabelecemos interações de co-construção e bidirecionalidade, de modo que as relações promoveram transformações tanto em mim quanto nas participantes, impactando a minha própria noção de continuidade e coerência interna.

Considerando as especificidades do contexto interacional das entrevistas narrativas autobiográficas, compreendemos as histórias de vida narradas não apenas como um relato pessoal, mas também como o relato histórico de uma integrante de um grupo social sobre práticas coletivizadas. A importância da entrevista, como atividade autorreflexiva, deve ser percebida em seu potencial de estimular a pessoa a avaliar, rever e ressignificar sua própria trajetória. A situação apresentada no contexto da entrevista é percebida por nós como potencialmente disparadora de processos de auto-organização, na medida em que representa uma situação interacional singular, em que a pessoa é convidada a construir, juntamente com a pesquisadora, uma narrativa sobre sua própria biografia.

A coerência interna é um processo circunscrito em termos temporais e contextuais, de modo que não deve ser compreendida como um produto, como um fim em si mesmo, mas como um processo de reorganização psíquica, dinâmico e mutável,

que será continuamente atualizado. Por meio das análises microgenéticas das entrevistas, focando nas relações entre os posicionamentos identitários, buscamos sinalizar que a multiplicidade do self não significa uma infinidade de posicionamentos aleatórios ou total ausência de síntese. As sínteses provisórias de si, como um senso de articulações de múltiplos posicionamentos - às vezes complementares, às vezes contraditórios - devem ser compreendidas em sua dimensão negociada, vivenciada e relacional, considerando os contextos aos quais as pessoas estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- Agier, M. (2001). Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7 (2), 17- 28.
- Aguiar, F.H.R. & Conceição, M.I.G. (2009). Expectativas para o futuro e escolhas vocacionais em estudantes na transição para o ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10 (2), 23-41.
- d'Alte, I., Petracchi, P., Ferreira, T., Cunha, C., & Salgado, J. (2007). Self dialógico: um convite a uma abordagem alternativa ao problema da identidade pessoal. *Interacções*, 6, 8-31.
- Amorim, K.S. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2008). Dialogismo e a investigação de processos desenvolvimentais humanos. *Paidéia*, 2008, 18(40), 235-250.
- Anjos, G. (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologia*, 4 (7), 222- 252.
- Araújo, C.M. (2008). *Significações sobre adolescência e desenvolvimento humano em um projeto social educativo*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade de Brasília, Brasil.
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (2008). *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bamberg, M. (2002). *Construindo a masculinidade na adolescência: posicionamentos e processos de construção da identidade aos 15 anos*. Em: L. P. M. Lopes & L. C. Bastos (Orgs.). *Identities: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Bamberg, M. (2004). Talk, small stories, and adolescent identities. *Human Development*, 47, 366-369.
- Barsinski, M. (2006). *Identity Construction of Reformed Criminal Women: A Systemic Approach*. Tese de doutorado em Psicologia. Clark University, Worcester, Massachusetts, Estados Unidos.

- Bock, A.M.B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cadernos Cedes*, vol. 24, n. 62, p. 26-43.
- Boghossian, C.O. & Minayo, M.C. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde & Sociedade*, 18 (3), 411-423.
- Bonetti, A. (2009). Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. *Mediações*, 14 (2), 105-122,
- Branco, A. U. & Rocha, R. F. (1998). A questão da metodologia na investigação científica do desenvolvimento humano. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 14 (3), 251-258.
- Branco, A. U. & Valsiner, J. (1997). Changing methodologies: A co-constructivist study of goal orientations in social interactions. *Psychology and Developing Societies*, 9, 35-64.
- Branco, A.U. & Valsiner, J. (1999). A questão do método na Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva co-constructivista. Em: M. G. T. Paz & Tamayo. (Org.) *Escola, trabalho e saúde*. Brasília: EDUnB.
- Bruner, J. (1997). *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Butler, J. (1990/2008). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Camilo, A. A. (2008). *Os novíssimos movimentos sociais, cidadania e processos identitários na juventude*. Trabalho apresentado na Jornada de Projetos do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Camilo, A.A. & Lopes de Oliveira, M.C.S.L. (2003). *Contextos de desenvolvimento da adolescência na contemporaneidade: tribos urbanas, estética e subjetividade*. Em: Congresso de Iniciação Científica da UnB (Org.), Anais do 9º Congresso de Iniciação Científica da UnB, Brasília, Brasil.
- Camilo, A.A. & Lopes de Oliveira, M.C.S.L. (2004). "A gente quer é que aconteça": *identidade, grupos e ações afirmativas na adolescência*. [resumo expandido] Em: Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (Org.), Anais do Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil.

- Camilo, A. A. & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2007). *Identidade, socialidade e consumo nas práticas infracionais de adolescentes*. Manuscrito submetido à publicação.
- Camilo, A.A. & Lopes de Oliveira, M.C.S.L. (2009). *Coletivos autônomos, identidade e cidadania jovem*. [Resumo expandido] Em: Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Org.), Anais do VII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, Brasil.
- Camilo, A. A., Assunção, C.V., Fontoura, L.P. & Lopes Oliveira, M.C.S.L. (2002a). *Urban tribes as developmental context in adolescence*. [Resumo] Em: Society for Cultural Research and Activity Theory (Ed.) Book of Abstracts Dealing with Diversity: Fifth Congress of the International Society for Cultural Research and Activity Theory (página 460). Amsterdã, Holanda.
- Camilo, A. A., Assunção, C.V., Fontoura, L.P. & Lopes Oliveira, M.C.S.L. (2002b). *Punks e patricinhas: espaços urbanos e adolescência*. [Resumo] Em: Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Org.), I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão, São Paulo, Brasil.
- Canclini, N.G. (1995/2006). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Cappelletto, F. (2003). Long-term memory of extreme events: from autobiography to history. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 9 (2): 241-256.
- Carrano, P. (2006). Juventude e participação no Brasil – Interdições e possibilidades. *Democracia viva*, 30, 03-05.
- Castro, M. e Abramovay, M. (2003). *Marcas de gênero na escola. Sexualidade e violências/discriminações. Representações de Alunos e Professores*. Disponível em <http://observatorio.ucb.unesco.org.br/publicacoes>. Acesso em 12 de abril de 2010.
- Castañon, G. (2007). *Introdução à epistemologia*. São Paulo: EPU.
- Cavaleiro, C. (2006). *A escola em movimento: feminilidades homossexuais, identidades, pertencimento e exclusão*. Em: ANPEd (Org.), Anais da 29ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT03-2589--Int.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2010.

- César, M.R.A. (1998). *A invenção da “adolescência” no discurso psicopedagógico*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
- Chaitin, J. (2004). My story, my life, my identity. *International Journal of Qualitative Methods*, 3(4), Article 1. Retrieved INSERT DATE from http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/3_4/pdf/chaitin.pdf
- Chandler, M. (2000). Surviving time: the persistence of identity in this culture and that. *Culture & Psychology*, 6 (2), 209-223.
- Creswell, J. H. (1998). *Qualitative inquiry and research design. Choosing among five different traditions*. Thousand Oaks: Sage.
- Cunha, C. (2007). *Processos dialógicos de auto-organização e mudança. Um estudo microgenético*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade do Minho, Portugal.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2006). A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. Em: N. Denzin, Y. Lincoln & cols. (Orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Edwards, D. (2005). Discursive psychology. Em K.L. Fitch & R.E. Sanders (Org.). *Handbook of language and social interaction*. (pp. 257-273). Londres: Erlbaum.
- Faur, M. (2002). *O Anuário da Grande Mãe*. São Paulo: Gaia
- Figueiredo, L. C. M. (2008). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Flick, U. (2002). Entrevista Episódica. Em M. W. Bauer e G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp.114-136). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Foucault, M. (1972). *A ordem das coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1979). *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fraser, M. T. D. & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14 (28), 139-152.
- Freitag, B. & Rouanet, S. (1993). *Habermas. Coleção grandes cientistas sociais no. 15*. São Paulo: Ática.

- Gergen, K. J. (2001). Psychological Science in a postmodern context. *American Psychologist*, 56 (10), 803-813.
- Gohn, M. G. (1997/2007). *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Golishian, H.A. & Anderson, H. (1996). Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. Em: D.F. Schmitman. (Org.) *Novos paradigmas: cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gonçalves, H.S. (2005). Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, pp. 207-219.
- Gonçalves, M. (no prelo). Momentos de inovação em psicoterapia: o que podemos aprender com a psicologia do desenvolvimento? Em: M. Silva, A. Garvey & M. Lira (Orgs.), *Microgenesis: estudo do processo de mudança*. Porto Alegre: Artmed.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Guattari, F. (2004). *Plan sobre el planeta. Capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares*. Madri: Traficantes de Sueños.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986/2008). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Habermas, J. (1987). *Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre: L&PM.
- Hall, S. (1992/2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2000). “Who needs “identity”?” Em: P.du Gay; J.Evans & P. Redman. *Identity: a reader*. Londres: Sage.
- Harré, R. & Gillet, G. (1994/1999). *A mente discursiva: os avanços na ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artmed.
- Hermans, H.J.M. (1996). Voicing the self: from information processing to dialogical interchange. *Psychological Bulletin*, Vol. 119. No. 1, 31-50.
- Herschmann, M. (1995). Música jovem e violência na cultura urbana carioca - O hip-hop invade a cena. Em: J. Braga; S. Porto & A. Neto. (Org.) *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim.

- Hilsenbeck Filho, A. & Cabral, F. (s/d) *Algumas considerações sobre a relação do Exército Zapatista de Libertação Nacional com o Estado e a sociedade civil*. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/alexandermaximilianhilsenbeckfilho.pdf> Acesso em 17 de março de 2010.
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas & Instituto Pólis (Ibase/Pólis). (2005). *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ibase.
- Japiassu, H. (2002). *Introdução às ciências humanas: análise de epistemologia histórica*. São Paulo: Letras e Letras.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M.W. (2000). Entrevista narrativa. Em M. W. Bauer e G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp.114-136). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Kraus, W. (2000). Making Identities Talk. On Qualitative Methods in a Longitudinal Study [33 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 1(2), Art.15. Disponível em <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0002154>. Acesso em 11 de março de 2010.
- Lanes, P. (2006). Mitos e verdades em torno da participação juvenil. *Democracia viva*, 30, 72-75.
- Linell, P. (2003). *What is dialogism? Aspects and elements of a dialogical approach to language, communication and cognition*. Department of Communication Studies, Linköping University, Sweden.
- Lopes de Oliveira, M.C.S (2003). Subjetividade e conhecimento: do sujeito da representação ao sujeito dialógico. *Revista Fractal do Departamento de Psicologia da UFF*, 15(2), 33-52.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2005). *Processos de desenvolvimento do self adolescente em contexto de privação de liberdade*. Projeto de pesquisa estágio júnior no exterior CNPq.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 11 (2), 427-436.

- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2009). *Senso de si e narrativa: a abordagem de pequenas histórias*. Em: Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Org.), Anais do VII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, Brasil.
- Lopes de Oliveira, M.C.S., Camilo, A.A. & Assunção, C.V. (2003). Tribos urbanas como contexto de desenvolvimento de adolescentes: relação com pares e negociação das diferenças. *Temas em Psicologia da SBP*, 11(1), 61-75.
- Lopes de Oliveira, M. C. S.; Pinto, R. G.; Souza, A. S. (2003). Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. *Revista Temas em Psicologia*, 11, (1), 16-27.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. & Vieira, A. O. M. (2006). Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do *self* adolescente. *Educação e Pesquisa*, 32 (1), 67-83.
- Lotman, I.U. (1990). *Universe of the mind: a semiotic theory of culture*. Bloomington: Indiana University Press.
- Lotman, I.U. (2005). On the semiosphere. *Sign Systems Studies* 33.1.
- Machado, F. V. & Prado, M. (2005). Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, 10 (19), 35-62.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A.U. (2005a). A noção de sujeito na ciência psicológica: linguagem e constituição da subjetividade em discussão. Em: F. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Thomson.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A.U. (2005b). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em: M.A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A.U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 23 (1), 81-90.

- Maffesoli, M. (2000). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Maffesoli, M. (2004). *Notas sobre a pós-modernidade. O lugar faz o elo*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora.
- Maffesoli, M. (2005). *A tranfiguração do político. A tribalização do mundo*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Maffesoli, M. (2007). *O ritmo da vida. Variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Maingueneau, D. (1997). *Os termos-chave da análise do discurso*. Gradiva: Lisboa.
- Marcondes, D. (1996). A intersubjetividade no discurso e a construção da realidade. Em: I. Magalhães (Org.), *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: EDUnB.
- Marcuschi, L. A. (2001). O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. *Linguagem & Ensino*, 4, (1), 79-111.
- Olesen, V. (2006). Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. Em: N. Denzin, Y. Lincoln & cols. (Orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Oliveira, J.R., Silva, L.I.C. & Rodrigues, S.S. (2006). Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura. *Democracia viva*, 30, 62-75.
- Pereira, M.F. (2008). “Porcarias”, *inteligência e cultura: semioses da ecologia da comunicação da criança com as linguagens do entretenimento, com ênfase nos games e nos desenhos animados*. Tese não-publicada, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, Brasil.
- Pezzini, I. & Cervelli, P. (2007). Semiótica e consumo: espaços, identidades e consumo. experiências. *Revista Galáxia*, 13, 29-45.
- Pinto, C.R.J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Abramo.
- Ratner, C. (2001). Analyzing cultural-psychological themes in narrative statements. *Forum: qualitative social research* 2 (3): 1-8. www.qualitative-research.net
- Rieman, G (2003). A joint project against the backdrop of a research-an introduction to “doing biographical research”. *Forum: qualitative social research*, 4(3), 1-20.
- Rocha-Coutinho, M.L. (2006). Narrativa oral, análise de discursos e os estudos de gênero. *Estudos de Psicologia*, 11(1), 65-69.

- Rolnik, S. (1989). *Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. Em: D. Lins (Org.), *Cultura e subjetividade. Saberes Nômades*. Campinas: Papirus, pp.19-24.
- Rosa, A. (2007). *La mutua constitución de experiência y significado. Dos miradas históricas a la explicación psicológica del conocimiento*. Manuscrito submetido à publicação.
- Rossetti-Ferreira, M. C.; Amorim, K.S.; Silva, A. P.S. & Carvalho, A.M.A. (2004). Tecendo a rede de significações: fios e alinhavos. Em: M. C. Rossetti-Ferreira, K.S Amorim, A. P.S. Silva, & A.M.A.Carvalho (Org.) *Redes de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Salles, L.M.F. (2005). Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia*, 22(1), p. 33-41.
- Saraiva, A. (2007). *Casa das Pombas: a função social da cidade e a justiça igual para todos*. Acessado em 20 de outubro de 2007 no Centro de Mídia Independente: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/398304.shtml>
- Sarlo, B. (1997). *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Sarti, C. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista de Estudos Feministas*, 12(2): 35-50.
- Sifuentes, T.R. (2007). *Mulheres xerentes: narrativas culturais e construção dialógica da identidade*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade de Brasília, Brasil.
- Silva, A. P. S. (2003). *(Des)continuidades no envolvimento com o crime. Construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo, IBCCRIM.
- Spinelli, L. G. (2009). Outras racionalidades: Zapatismo, experiência de classe e escolha de classe. *Intratextos*, 1 (1), 61 - 79.
- Sposito, M. (2006). Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. Em: M. C. Freitas (Org.), *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Editora Cortez.

- Valsiner (1998). *The guided mind: a sociogenetic approach to personality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Valsiner, J. (2001). Editorial: The first six year: Culture's adventures in Psychology. *Culture & Psychology*, 7 (1), 5-48, pp 5-48.
- Valsiner, J. (2002). Forms of Dialogical Relations and Semiotic Autoregulation within the Self. *Theory & Psychology*, 12(2): 251–265.
- Vidich, A. & Lyman, S. (2003). Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e na Antropologia. Em: N. Denzin, Y. Lincoln & cols. (Orgs.), *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Yokoy de Souza, T. (2007). *Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade de Brasília, Brasil.
- Yokoy de Souza, T., Branco, A., & Lopes de Oliveira, M.C.S. (2008). Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos teóricos e tendências atuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20 (2), 357-376.
- Wellen, W. (2005). A presença feminina nas subculturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista de Estudos Feministas*, 9, 32- 49.
- Zanetti, J. P. (2009). *Jovens Feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Brasil.

Apêndices

Apêndices 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília-UnB
 Instituto de Psicologia - IP
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

Via da Pesquisadora Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Olá!

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo interpretar as trajetórias de desenvolvimento de jovens inseridas(os) no contexto de grupos autônomos que desenvolvem ações vinculadas aos temas gênero, orientação sexual e raça/etnia no Distrito Federal. Este estudo é importante para identificar as especificidades das ações afirmativas empreendidas por essas(es) jovens e seus grupos e ampliar as reflexões sobre desenvolvimento humano em contexto.

Meu nome é Adriana Almeida Camilo, sou psicóloga e estou sob a orientação da Profa Dra Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira. Informações adicionais podem ser obtidas diretamente conosco no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília ou pelo contato 33072625, ramal 416. Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade de Brasília (3307-3799), que também estará disponível para maiores esclarecimentos.

A pesquisa consta de entrevistas individuais e em grupo, além de observações de atividades desenvolvidas no contexto do grupo ao qual você está vinculada(o). Você tem o direito de responder apenas o que desejar e as respostas poderão ser dadas livremente. Você pode se recusar a responder questões que lhes tragam constrangimentos e é facultado e garantido o seu direito de desistir de contribuir com a pesquisa em qualquer momento de sua participação.

Todas as entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra. Os dados obtidos serão analisados e utilizados apenas para fins de pesquisa. Dessa forma, haverá confidencialidade das nossas conversas e sua identidade será preservada. Quando escrevermos nosso trabalho, não colocaremos seu nome. Solicitamos, assim, seu consentimento na participação deste trabalho e nos colocamos à disposição para prestar qualquer esclarecimento complementar, neste momento e ao longo da pesquisa. Agradecemos muito sua colaboração!

Brasília, ____ de _____ de 2009.

Eu, _____ concordo em participar dessa pesquisa.

 Assinatura

Assinatura da pesquisadora: _____



Universidade de Brasília-UnB
 Instituto de Psicologia - IP
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

Via da(o) Participante

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Olá!

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo interpretar as trajetórias de desenvolvimento de jovens inseridas(os) no contexto de grupos autônomos que desenvolvem ações vinculadas aos temas gênero, orientação sexual e raça/etnia no Distrito Federal. Este estudo é importante para identificar as especificidades das ações afirmativas empreendidas por essas(es) jovens e seus grupos e ampliar as reflexões sobre desenvolvimento humano em contexto.

Meu nome é Adriana Almeida Camilo, sou psicóloga e estou sob a orientação da Profa Dra Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira. Informações adicionais podem ser obtidas diretamente conosco no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília ou pelo contato 33072625, ramal 416. Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade de Brasília (3307-3799), que também estará disponível para maiores esclarecimentos.

A pesquisa consta de entrevistas individuais e em grupo, além de observações de atividades desenvolvidas no contexto do grupo ao qual você está vinculada(o). Você tem o direito de responder apenas o que desejar e as respostas poderão ser dadas livremente. Você pode se recusar a responder questões que lhes tragam constrangimentos e é facultado e garantido o seu direito de desistir de contribuir com a pesquisa em qualquer momento de sua participação.

Todas as entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra. Os dados obtidos serão analisados e utilizados apenas para fins de pesquisa. Dessa forma, haverá confidencialidade das nossas conversas e sua identidade será preservada. Quando escrevermos nosso trabalho, não colocaremos seu nome. Solicitamos, assim, seu consentimento na participação deste trabalho e nos colocamos à disposição para prestar qualquer esclarecimento complementar, neste momento e ao longo da pesquisa. Agradecemos muito sua colaboração!

Brasília, ____ de _____ de 2009.

Eu, _____ concordo em participar dessa pesquisa.

 Assinatura

Assinatura da pesquisadora: _____

Apêndice 2

Roteiro Entrevista Narrativa Autobiográfica

(Baseado em Jovchelovitch & Bauer, 2002; Chaitin, 2004, Yokoy de Souza, 2007)

Entrevista organizada nos seguintes momentos: preparação, iniciação, narração central, fase de questionamento, fala conclusiva

A- Preparação: compreensão preliminar do acontecimento principal

Como criei familiaridade com o campo de estudo?

Qual o acontecimento principal a ser explorado nas entrevistas, visando atender os objetivos da pesquisa?

Quais lacunas as entrevistas devem preencher?

1- Iniciação

- Explicar o contexto de investigação em termos amplos e apresentar o consentimento, mesmo que a participante já o tenha assinado, para relembrar os termos da relação estabelecida no contexto da pesquisa.

“**Olá!** Como conversamos anteriormente, no momento de agendamento da entrevista, essa pesquisa pretende conhecer/ investigar as especificidades das ações desenvolvidas por coletivos/grupos lésbico-bissexuais que atuam nas áreas gênero, sexualidades e raça/etnias. Você foi convidada a participar da etapa de entrevistas por ser ou ter sido integrante de um dos grupos/coletivos do gênero no DF que participam da pesquisa e a conversa que teremos tem como objetivo compreender/conhecer um pouco de sua trajetória/ história de vida e como se dá/deu sua participação no coletivo/grupo e sua ação sociopolítica. Eu farei uma pergunta, solicitando que você responda livremente da maneira que preferir, pelo tempo que achar necessário e eu não irei interrompê-la até que você sinta e diga que finalizou. Após esse momento, farei algumas perguntas adicionais. Desde já agradeço sua participação. Fique à vontade para esclarecer quaisquer dúvidas.”

- Pedir permissão para gravar

- Explicar a EN: narração sem interrupções, fase de questionamento

- Apresentar a pergunta disparadora ou tópico inicial, que deve representar interesses da entrevistadora:

“Por favor, conte-me sua história de vida, incluindo o que quer que você considere relevante”

2- Narração Central

- Tomar notas durante a entrevista da linguagem empregada pela entrevistada e perguntas a serem feitas posteriormente, para aprofundar temas abordados pela entrevista.

- Não interromper, não tecer comentários e encorajar com escuta ativa, linguagem não verbal e apoio paralinguístico

- Quando a pessoa sinalizar que terminou o relato, perguntar: **“Haveria ainda alguma coisa que você gostaria de dizer?”**

3- Fase de questionamento

Questões exmanentes (meu interesse e linguagem, que servirão de base para traduzir em questões imanentes, utilizando a linguagem adotada pela entrevistada).

4- Fala conclusiva

- Comentário informais e perguntas de caráter argumentativo, como as que envolvem “Por que?”

- Como você se sentiu falando da sua vida? Como você se sentiu falando da sua vida para mim?

- Há algum aspecto/tema que você acha que ainda poderia ser abordado ou aprofundado?

- Você acha que ficou algo da sua história de vida fora da entrevista?

- Você tem alguma sugestão ou crítica à forma como a entrevista ocorreu?

- Agradecimentos

POSSÍVEIS PERGUNTAS PARA FASE CONCLUSIVA/ SELECIONAR DE ACORDO COM AS NARRATIVAS CONSTRUÍDAS DURANTE ENTREVISTA (VERSÃO PARA PRIMEIRA ENTREVISTA)

Infância e Adolescência

- Como você descreveria a sua infância?
- Conte-me alguma história da sua infância.
- Que tipos de coisa você fazia quando criança?
- Como você descreveria a sua adolescência?
- Conte-me alguma história da sua adolescência.

Família

- Com quem você mora? Quais são as ocupações delas(es)?
- Como você descreveria seu pai/mãe/avós/irmãos?
- O que sua família acha de você estar atuando no coletivo?

Sobre sua inserção na militância e Ações dos coletivos

- Conte-me alguma história que você tenha vivido durante sua participação no coletivo/grupo?
- Como foi sua inserção no(s) coletivo(s)? Quem faz parte, quem não pode participar? Como você conheceu o coletivo?
- Você já participou de outros grupos/ coletivos/ ações sociopolíticas? Quais? O que faziam? Como faziam? Como foi o processo de entrar/participar/sair desses grupos?
- Conte que ações são desenvolvidas pelo(s) coletivo(s) do(s) qual(is) você faz parte? Como o grupo realiza essas ações? Como tomam decisões? Como dividem tarefas?
- O que o diferencia? Como seu coletivo/grupo se relaciona com outros grupos? E instituições/ONGs? De que forma o coletivo se posiciona no cenário sociopolítico (com relação a outros coletivos, à área temática escolhida pelo coletivo, na comunidade etc.)?

- O que te levou a participar? Que papéis, funções e tarefas você desempenha/desempenhou/gostaria de desempenhar no grupo? O que te mantém (mantinha) no grupo? O que te motivou (motivaria) a sair do coletivo?
- Como você se relaciona com as outras pessoas/mulheres que participam do coletivo?
- Como você se sente quando está com @s outr@s integrantes do grupo? Como você se sente quando está participando/desenvolvendo ações do/para grupo?
- Como você se sente quando está com pessoas que não fazem parte do grupo?
- Conte-me uma história que envolva pessoas que não fazem parte do grupo.
- Você acredita que algo na sua vida tenha mudado após entrar no coletivo? O que e como?
- O que te desagrada ou o que você gostaria de mudar no grupo?

Vida escolar

- Conte-me sobre sua trajetória escolar.
- Você está estudando no momento? Como você descreveria sua relação com os estudos e suas atividades cotidianas?
- Quais são seus planos para o futuro em termos acadêmicos?

Amizades

- Conte-me alguma história ocorrida com suas(seus) amig@s?
- O que vocês costumam fazer junt@s?
- Quem são as pessoas em que você mais confia?

Trabalho

- Você trabalha? Conte-me sobre o trabalho que você desenvolve. Como você se sente com relação ao seu trabalho? Que tipo de trabalhos você já se envolveu?
- Você quer trabalhar em quê, daqui a uns anos?

Vida amorosa/conjugal e parental

- Conte-me alguma história da sua vida amorosa/conjugal.
- Você tem namorad@/ ficantes? Como elas(es) são?
- Como é o relacionamento de vocês?
- Você tem filh@s? Como elas(es) são?
- Você já se casou? O que acha disso?

Saúde e autocuidado

- Você bebe? Fuma? Usa outras drogas?
- Em que ocasiões você faz uso dessas substâncias?
- Como é sua alimentação?
- E seu sono?
- Quais são as atividades mais prazerosas que você faz no seu dia-a-dia? Quais são as mais prazerosas que você gostaria de fazer/ fazer com maior frequência? Quais são as menos prazerosas?
- De que forma você cuida/descuida de sua saúde?

Sobre ser mulher/ Sobre sua identidade de gênero/orientação sexual

- Conte como você vivencia sua orientação sexual e sua identidade de gênero? Como você se caracterizaria?
- Você acredita que algo na sua vida tenha mudado ao/após identificar-se dessa forma? O que e como?
- O que é visibilidade para você? E para seu coletivo?
- Que dificuldades você enfrenta como mulher? Como lésbica/bissexual? Como militante/ integrante do coletivo/grupo?

Reflexão sobre o momento atual

- Você está satisfeita com a sua vida?
- Como você se descreveria esse momento da sua vida?
- O que você mudaria na sua história de vida?
- O que é a coisa mais importante da sua vida agora?
- Qual a sua maior preocupação hoje em dia?

Morte

- O que você quer fazer antes de morrer?
- Quantos anos você acha que vai viver?
- Como você gostaria de morrer?
- Depois que você morrer, o que você gostaria que as pessoas dissessem sobre você?

Futuro

- Quais são suas expectativas daqui em diante?

Apêndice 3

Protocolo de identificação da entrevista e de memórias da fala conclusiva

(Baseado em Flick, 2002)

- Data e local da entrevista:
- Duração da entrevista:
- Entrevistadora:
- Indicadores para identificar a entrevistada:

- Idade:
- Orientação sexual/ identidade de gênero:
- Papéis que ocupa no grupo/coletivo do qual faz parte:

- Profissão:
- Campo profissional e há quanto tempo trabalha na área:

- Onde nasceu e viveu:

- Filhos? Quantos, idade e gênero?

- Peculiaridades da entrevista:

- Registrar nível de confiança/ desconfiança percebida na entrevistada com relação ao contexto de pesquisa/ Aspectos da relação entrevistada-pesquisadora (identificação, horizontalização, diferenciação).